



SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 55, DE 18 DE MAIO DE 2012

Altera o Anexo I da Portaria SECEX/MMA nº 29, de 7 de março de 2012, que estabelece, no âmbito deste Ministério do Meio Ambiente, procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no exercício de 2012.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições delegadas pela Portaria MMA nº 282, de 20 de agosto de 2009, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 - LDO/2012, no Art. 4º da Lei nº 12.595 - LOA/2012, de 19 de janeiro de 2012 e na Portaria SOF/MP nº 5, de 30 de janeiro de 2012, alterada pela Portaria SOF/MP nº 42, de 9 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Portaria SECEX/MMA nº 29, de 7 de março de 2012, passa a vigorar com as datas constantes do Quadro abaixo:

Prazos	Prazos para inserção dos pedidos no SIOP e encaminhamento à Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária - CGGO/SPOA	
	Créditos dependentes de autorização legislativa (Lei)	Créditos autorizados na Lei orçamentária (Decreto)
1º Período	Até 28.03	Até 28.03
2º Período	Até 13.08	Até 13.08
3º Período	-----	Até 15.10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO GAETANI

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 18 DE MAIO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24 do Anexo I, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007;

Considerando a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal e o disposto no art. 46 da Lei nº 9.605/98, Lei de Crimes Ambientais;

Considerando a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis;

Considerando o Decreto 6.099, de 27 de abril de 2007, em seu art. 4º e a Portaria nº 341, de 31 de agosto de 2011, em seu art. 1º incisos VIII, XVII e XVIII que dispõe sobre o regimento interno do Ibama;

Considerando o Decreto nº 3.607, de 21 de setembro de 2000, que regulamenta o comércio internacional de espécies e espécimes incluídos nos Anexos I, II e III da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES;

Considerando os termos da Instrução Normativa nº 15 de 06 de dezembro de 2011, que estabelece procedimentos para a exportação de produtos e subprodutos madeireiros de espécies nativas oriundas de florestas naturais ou plantadas; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade de Florestas - DBFLO, no Processo Ibama nº 02001.003496/2007-73, resolve:

Art. 1º O art. 12 da Instrução Normativa nº 15, de 06 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 Fica revogada a Instrução Normativa nº 77, de 7 de dezembro de 2005."

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DA COSTA MARQUES
Substituto

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 61, DE 18 DE MAIO DE 2012

Aprovar o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo, localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012. Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Considerando que a Floresta Nacional de Passo Fundo, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, atendeu ao art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no que concerne a elaboração de seu Plano de Manejo; Considerando que o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo foi apresentado ao Conselho Consultivo da Unidade, analisado e aprovado pela Chefia da Unidade de Conservação e pela Coordenação de Plano de Manejo do ICMBio; Considerando que o art. 16 do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da Unidade de Conservação e no Centro de Documentação do Órgão executor, e Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.002498/2008-11, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo, localizada no Estado do Rio Grande do Sul;

Art. 2º - Tornar disponível o texto completo do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo, em meio digital, na sede da Unidade de Conservação, no Centro de Documentação e na página do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

Art. 3º - A Zona de Amortecimento constante deste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação, que será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico;

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 62, DE 18 DE MAIO DE 2012

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Xingu.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012. Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e o Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 01, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação Federal das categorias RESEX e RDS; Considerando que o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Xingu, instituído pela Portaria 59/2010/ICMBio, aprovou o Plano de Manejo Participativo da Unidade na reunião ordinária realizada nos dias 08, 09 e 10 de junho de 2011, em Altamira/PA, por meio da

Resolução nº 12, de 10 de junho de 2011; e Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.000046/2009-77; RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Xingu.

Art. 2º - Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da unidade para consulta, em versão impressa na sede do Instituto Chico Mendes em Brasília, na sede da Unidade na Altamira/PA e em meio digital na página eletrônica do ICMBio na rede mundial de computadores.

Art. 3º - A Zona de Amortecimento constante deste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação e será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 9 DE MAIO DE 2012

Dispõe sobre a padronização das placas de identificação das áreas sob Concessão Florestal nas Florestas Públicas da União.

O CONSELHO DIRETOR DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a Gestão de Florestas Públicas;

Considerando a necessidade de identificação das áreas sob Concessão Florestal a partir dos limites das Unidades de Manejo Florestal-UMF;

Considerando a necessidade de padronização dos caracteres, dimensões das logomarcas governamentais, cor e legibilidade visual das placas de identificação das áreas sob Concessão Florestal;

Considerando o disposto nos incisos II e XVI, art. 53, da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, que disciplina a operacionalização da concessão florestal e acesso às unidades de manejo e do inciso IV, art. 52, do Decreto nº 6.063 de 20 de março de 2007, que trata da proteção da floresta contra ameaças a sua integridade, resolve:

Art. 1º Toda Unidade de Manejo Florestal-UMF sob concessão florestal deve expor placas padronizadas de identificação de área, conforme modelo contido no Anexo I desta Resolução, em locais visíveis de acesso de pessoas e veículos, conforme especificado pelo Serviço Florestal Brasileiro em diretrizes técnicas.

Art. 2º Para fins dispostos nesta Resolução entende-se por:

I - Placa de identificação: estrutura de sinalização instalada nos locais estratégicos previamente estabelecidos pelo Serviço Florestal Brasileiro, das Unidades de Manejo Florestal das Concessões Florestais.

II - Unidade de Manejo Florestal-UMF: perímetro definido a partir de critérios técnicos, socioculturais, econômicos e ambientais, localizado em florestas públicas, objeto de um Plano de Manejo Florestal Sustentável, podendo conter áreas degradadas para fins de recuperação por meio de plantios florestais;

III - Unidade de Produção Anual: subdivisão da UMF, destinada a ser explorada em um ano. Art. 3º A placa de identificação deverá ser confeccionada pelo concessionário a partir do arquivo digital fornecido pelo Serviço Florestal Brasileiro.

§ 1º A confecção dar-se-á por meio de processo de pintura, serigrafia ou adesivagem (recorte eletrônico) sobre chapa metálica galvanizada, com 1 ou 2mm de espessura, tratada com fundo anti-corrosivo, virada nas bordas ou aparafusada sobre uma moldura de madeira, nas dimensões especificadas no Anexo I desta Resolução.

§ 2º A placa será confeccionada em tamanho superior ao estabelecido, desde que estabelecidas as proporções contidas no Anexo I desta Resolução.

§ 3º A placa em chapa galvanizada deve utilizar tinta esmalte sintético e seguir as especificações constantes no Anexo I desta Resolução.

§ 4º As logos do Serviço Florestal e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes deverão seguir as especificações contidas nos respectivos endereços eletrônicos <http://www.sfb.gov.br/sala-de-imprensa/espaco-do-jornalista/logomarcas-do-servico-florestal> e <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/manulicmbio.pdf>.

§ 5º No caso do Brasão da República, o mesmo deverá ter seu arquivo baixado do site da Presidência da República no endereço eletrônico: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/simbolos-nacionais/brasao>.

§ 6º Devem ser alteradas as informações a respeito do Responsável Técnico na placa de identificação, no caso de sua substituição.

Art. 4º O suporte para fixação da placa deverá ser confeccionado em madeira resistente a intempéries com as dimensões mínimas especificadas no Anexo II desta Resolução.

Art. 5º O descumprimento dos preceitos desta Resolução, constitui infração às cláusulas contratuais que dispõem sobre o objeto desta presente Resolução e à Lei nº 11.284, de 2006.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL
Diretor-Geral

ANEXO I

Especificações técnicas para confecção da placa de identificação das áreas sob Concessão Florestal.





GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE



Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista Rio Xingu



Altamira – PA, fevereiro de 2012

*“Às aves, asas;
Aos peixes, nadadeiras;
Aos homens que vivem na natureza,
O conhecimento da natureza;
Essas são as suas asas e nadadeiras”
José Martí*

Ministério de Meio Ambiente – MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Dilma Vana Roussef

Presidenta da República

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra do Meio Ambiente

Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Presidente do ICMBio

Paulo Fernando Maier de Souza

Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação

Erika Fernandes Pinto

Coordenadora Geral de Gestão Socioambiental

Rosária Farias Sena

Coordenadora Regional 3ª Região – Santarém/PA

Vera Nanci Oliveira Carvalho

Chefe da Reserva Extrativista Rio Xingu

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Supervisão

Lino Viveiros – ICMBio

Daniel Castro – ICMBio

Luciana Nascimento Viana – ICMBio

Vera Nanci Oliveira Carvalho – ICMBio

Acompanhamento

Grupo de Trabalho

Elaboração e revisão do documento

Darlenys Hernandez Munoz – Consultora

Lino Viveiros – ICMBio

Daniel Castro – ICMBio

Isa Alencar – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Vivianne Souza da Silva – Consultora

Márcia Cristina Delfina – Consultora

Luciana Nascimento Viana – ICMBio

Vera Nanci Oliveira Carvalho – ICMBio

Silvio de Souza Junior – ICMBio

Colaboradores

Jasylene Abreu- Word Wildlife Fund Brasil – WWF-Br

Tarcísio Feitosa – Laboratório Agroecológico da Transamazônica – LAET

Kízia Castro

Andréa Barroso - Pedagoga

Felipe Resque – IPAM

Antônia Martins – Fundação Viver Produzir e Preservar – FVPP

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE SIGLAS.....	10
1. INTRODUÇÃO	12
2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE	16
2.1. Histórico e Decreto de Criação.....	16
2.2. Localização e Situação Fundiária	20
2.2.1. Localização da Unidade	20
2.2.2. Situação Fundiária	24
2.3. Dinâmica de Ocupação Estadual e Regional	28
2.4. Caracterização Ambiental.....	35
2.4.1. Meio Biótico	35
2.4.2. Meio Abiótico.....	39
2.5. População e Meio Ambiente.....	48
2.6. Caracterização Social.....	55
2.6.1. Perfil da População	55
2.6.2. Territorialidade e Sazonalidade.....	61
2.6.3. Formas de Organização	63
2.6.4. Divisão do Trabalho	64
2.6.5. Atividades Culturais, Esportivas e Religiosas	64
2.6.6. Infraestrutura	65
2.6.7. Acesso a Políticas Públicas	67
2.7. Caracterização Institucional	72
2.8. Caracterização Econômica.....	76
3. ANÁLISE SITUACIONAL DA UNIDADE.....	85
3.1. Ameaças e Conflitos Externos	85
3.2. Ameaças e Conflitos Internos.....	91
3.3. Análise das Lacunas de Informação	92
4. GESTÃO DA UNIDADE	95
4.1. Estrutura da Gestão da Unidade	95
4.1.1. Infra-estrutura da Gestão.....	100
4.2. Plano de Utilização	102

4.3.	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso	108
4.4.	Zoneamento da Unidade.....	109
4.4.1.	Proposta de Zona de Amortecimento	124
5.	CENÁRIOS	130
6.	PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E ECONÔMICA	135
6.1.	Programas de Qualidade de Vida e Cidadania.....	135
6.1.1.	Subprograma Saúde e Segurança Alimentar	136
6.1.2.	Subprograma Educação	137
6.1.3.	Subprograma Saneamento Básico	138
6.1.4.	Subprograma Habitação.....	139
6.1.5.	Subprograma Telecomunicação.....	139
6.1.6.	Subprograma Cultura, Lazer e Esporte.....	140
6.1.7.	Subprograma Energia.....	140
6.1.8.	Subprograma Transporte.....	141
6.1.9.	Subprograma Documentação.....	141
6.1.10.	Subprograma de Acesso a Produtos Básicos	142
6.2.	Programas de Manejo de Recursos Naturais e Cadeias Produtivas.....	142
6.2.1.	Subprograma Extrativismo	142
6.2.2.	Subprograma Pesca.....	144
6.2.3.	Subprograma Agricultura e Criação de Pequenos Animais	145
6.2.4.	Subprograma Turismo	146
6.2.5.	Subprograma Animais Silvestres.....	146
6.2.6.	Subprograma Pesquisa	147
6.3.	Programa Recuperação de Áreas Degradadas.....	147
6.3.1.	Subprograma Recuperação de Áreas Degradadas.....	148
6.3.2.	Subprograma Impactos Ambientais.....	148
6.4.	Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental	149
6.5.	Subprograma Gestão e Administração	150
6.5.1.	Subprograma Comunicação.....	150
7.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	152

ANEXO A Decreto de Criação da Reserva Extrativista Rio Xingu.

ANEXO B Lista de Moradores e Usuários da RESEX Rio Xingu – 2011

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1. Mapa de localização da reserva extrativista Rio Xingu no município de Altamira, Estado do Pará	21
Figura 2.2. Mapa carta imagem da RESEX Rio Xingu	22
Figura 2.3. Mapa das unidades de conservação da Terra do Meio	23
Figura 2.4. Diagrama esquemático do modelo de apropriação fundiária na região	26
Figura 2.5. Mapa de vegetação da RESEX Rio Xingu.....	37
Figura 2.6. Mapa de geologia da RESEX Rio Xingu	41
Figura 2.7 Mapa de relevo da RESEX Rio Xingu	44
Figura 2.8. Mapa de hidrografia da RESEX Rio Xingu	46
Figura 2.9. Mapa de solos da RESEX Rio Xingu	47
Figura 2.10. Fotos de casas de ribeirinhos rodeadas do ambiente natural	48
Figura 2.11. Mapa de desmatamento na área da RESEX	51
Figura 2.12. Respostas expressas em percentagem à pergunta: Qual o principal problema ambiental do país	52
Figura 2.13. Respostas expressas em percentagem à pergunta: Qual o principal problema ambiental da comunidade	52
Figura 2.14. Respostas expressas em percentagem à pergunta: O aquecimento global é um problema ambiental muito sério, pouco sério ou nada sério	53
Figura 2.15. Respostas expressas em percentagem à pergunta: Quem deveria ou poderia resolver o problema do aquecimento global?	53
Figura 2.16. Respostas expressas em percentagem à pergunta: Estaria disposto a viver com mais poluição se isso trouxesse mais emprego	54
Figura 2.17. Respostas expressas em percentagem à pergunta: O Brasil tem uma natureza tão rica, que não precisa controlar a exploração de seus recursos naturais	54
Figura 2.18. Respostas expressadas em percentagem à pergunta: A natureza é sagrada e o homem não deve interferir nela	55

Figura 2.19. Mapa de distribuição atual dos moradores da RESEX Rio Xingu, entre a comunidade Forte Veneza e o extremo Sul da RESEX	57
Figura 2.20. Mapa de distribuição atual dos moradores da RESEX Rio Xingu, entre o extremo Norte da RESEX e a comunidade Forte Veneza	55
Figura 2.21. Distribuição etária da comunidade expressa em percentagem	59
Figura 2.22. População ribeirinha participante das reuniões de formação do Conselho Deliberativo acompanhada da equipe de trabalho.....	60
Figura 2.23. Distribuição da população em etnia e ou cor da pele, expressada em percentagem	61
Figura 2.24. Casas da RESEX com as paredes construídas de diferentes materiais (começando pela esquerda: aberta com quarto paredes de tecido; paredes de barro; paredes de palha)	66
Figura 2.25. Destino que seguem os resíduos dos moradores da RESEX, expressos em percentagem	66
Figura 2.26. Barco Águia do Xingu, pertencente à AMOMEX	67
Figura 2.27. Percentagem da população que alcançou os distintos níveis de ensino	69
Figura 2.28. Atividades desenvolvidas pelas crianças durante a realização das reuniões para formação do Conselho Deliberativo	70
Figura 2.29. Principais atividades econômicas realizadas pelos moradores da RESEX Rio Xingu (de esquerda a direita: coleta de castanha: quebra do ouriço; pesca: pesagem do peixe com o atravessador; farinha: processo de torrar a farinha)	78
Figura 2.30. Galinhas e patos criados livres na RESEX	83
Figura 4.1. Reuniões realizadas nas comunidades para formação do Conselho Deliberativo em junho de 2009.....	97
Figura 4.2. Diagrama de Venn construído em reunião efetuada na localidade Bela Vista (próxima ao extremo sul da reserva)	98
Figura 4.3. Diagrama de Venn construído em reunião efetuada na localidade Morro Grande (próxima ao extremo sul da reserva) em junho de 2009	98
Figura 4.4. Diagrama de Venn construído em reunião efetuada na localidade Baliza, extremo norte da reserva, em junho de 2009	99

Figura 4.5. Resultados do trabalho com os moradores para identificação das características dos conselheiros antes da escolha dos mesmos	99
Figura 4.6. Base 1 localizada no PARNA Serra do Pardo	101
Figura 4.7. Voadeira para o deslocamento de pessoal até a RESEX Rio Xingu	102
Figura 4.8. Reuniões pequenas realizadas nas localidades (de esquerda a direita) Morro do Félix, Morro Grande, Pedra Preta e Baliza, para a construção do Plano de Uso....	103
Figura 4.9. Localização dos lugares das reuniões onde foi realizado o mapeamento participativo	111
Figura 4.10. Mapa de usos de solo para a região do Baliza	112
Figura 4.11. Mapa de usos de solo para a região da Pedra Preta	113
Figura 4.12. Mapa de usos de solo para a região do Morro Grande	114
Figura 4.13. Mapa de usos de solo para a região do Morro de Félix	115
Figura 4.14. Mapa de pesca para a região do Baliza	116
Figura 4.15. Mapa de pesca para a região da Pedra Preta	117
Figura 4.16. Mapa de pesca para a região do Morro Grande	118
Figura 4.17. Mapa de pesca para a região do Morro de Félix	119
Figura 4.18. Mapa de conflito da RESEX Rio Xingu	120
Figura 4.19. Mapa de zoneamento da RESEX Rio Xingu	125
Figura. 4.20. Mapa de Zoneamento da região do Baliza, na RESEX Rio Xingu	126
Figura. 4.21. Mapa de Zoneamento da região da Pedra Preta, na RESEX Rio Xingu..	127
Figura. 4.22. Mapa de Zoneamento da região do Morro Grande, na RESEX Rio Xingu.....	128
Figura. 4.23. Mapa de Zoneamento da região do Morro do Félix, na RESEX Rio Xingu.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1. Calendário produtivo obtido na localidade Morro de Félix	79
Tabela 2.2. Calendário produtivo obtido na localidade Morro Grande	80
Tabela 2.3. Calendário produtivo obtido na localidade Pedra Preta	81
Tabela 2.4. Calendário produtivo obtido na localidade Baliza	82

LISTA DE SIGLAS

AMOMEX – Associação dos Moradores do Médio Xingu

ARPA – Programa de Áreas Protegidas da Amazônia

ASW - Aktionsgemeinschaft Solidarische Welt

CD – Conselho Deliberativo

CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ED – Environmental Defense

ESEC – Estação Ecológica

FVPP – Fundação Viver Produzir e Preservar

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IN – Instrução Normativa

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

ISA – Instituto Socioambiental

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

LAET – Laboratório Agroecológico da Transamazônica

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MMTCCA - Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Sem Terra

NEPO – Núcleo de Estudos de População

NGI – Núcleo de Gestão Integradora

ONG – Organização Não Governamental

PARNA – Parque Nacional

PM – Plano de Manejo

PU – Plano de Uso

RDS – Reserva Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista

SAGRI – Secretaria Estadual de Agricultura

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

TDM – Terra do Meio

TI – Terra Indígena

UHE – Usina Hidrelétrica

1. INTRODUÇÃO

A Reserva Extrativista Rio Xingu foi criada em 2008, no Município de Altamira, no Estado do Pará. Com uma área de 303.841 hectares, beneficia cerca de 60 famílias que tem na exploração de recursos florestais e pesqueiros suas principais atividades produtivas.

Segundo a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as Reservas Extrativistas são unidades de conservação de uso sustentável que tem como objetivo proteger os meios de vida e a cultura dos povos e comunidades tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Há décadas que as populações tradicionais habitam essas reservas de maneira não agressiva ao meio ambiente através de um “manejo consciente” de suas riquezas garantindo o estado atual de conservação mesmo sob pressão de vetores de crescimento populacional.

A gestão destas unidades está a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), cuja missão institucional é proteger o patrimônio natural brasileiro e promover o desenvolvimento socioambiental. Distintos instrumentos de gestão devem ser utilizados para garantir esses resultados, incorporando o saber popular dos moradores e fazendo deles participantes ativos nos processos decisórios, com acesso às políticas públicas e possibilitando o uso dos recursos para as futuras gerações.

O Plano de Manejo (PM) é requisito indispensável na gestão das unidades de conservação. Ele resgata a história do povo permitindo entender as realidades atuais; traduz os anseios dos moradores, suas expectativas de futuro, sua forma de interpretar a natureza e suas demandas; estabelece as regras de uso e convivência que deverão garantir a coexistência harmônica dos moradores e a preservação do seu modo de vida tradicional; indica caminhos para chegar a um cenário satisfatório entre conservação da natureza e meios de produção local, sem esquecer o direito das populações à qualidade de vida. Num primeiro momento o PM exige a compilação de todos os documentos oficiais, registros bibliográficos e literatura disponível sobre a unidade de conservação ou a região em que se encontra, de forma que seja possível conhecer as suas bases históricas e analisar posteriormente os aspectos que precisam ser aprofundados em prol

do bom funcionamento da unidade. Posteriormente esses dados são complementados através de atividades participativas, que permitem construir as bases para a gestão da unidade, considerando as necessidades e interesses dos moradores em harmonia com a conservação dos recursos naturais.

Durante esta compilação foi possível constatar que não existem muitos estudos realizados sobre a RESEX Rio Xingu. No entanto, foram considerados documentos sobre a Terra do Meio, denominação da região que abrange a RESEX. Nos últimos anos, essa região está sendo alvo de estudos com o intuito de se estabelecer um Mosaico de Unidades de Conservação para, posteriormente, formar um corredor ecológico da biodiversidade dentro da Amazônia Brasileira, sendo a RESEX Rio Xingu a última unidade criada para consolidação deste mosaico.

As técnicas participativas possibilitaram a identificação dos principais problemas que afetam a RESEX e os seus moradores bem como as principais demandas para a gestão da unidade, e permitiram conhecer a percepção que os moradores têm da natureza e a sua visão de futuro. A Fase 1 da construção do Plano de Manejo da RESEX Rio Xingu ocorreu através da compilação das informações existentes localmente, por meio de entrevistas e reuniões na qual a população relatou suas origens, seus modos de vida e seu papel na conservação da natureza, bem como um resgate de regras de uso dos recursos que permitirão oficializar o processo de proteção sem agredir o modo de vida destas populações.

Esse documento se propõe a apresentar não só o histórico da RESEX e as suas realidades, mas também uma perspectiva futura através da junção das visões, interesses e objetivos de todas as partes componentes da gestão da unidade.

1.1 – Etapas de elaboração do Plano de Manejo

A elaboração do Plano de Manejo se deu através das seguintes metodologias de trabalho:

- i) Compilação das informações existentes e disponíveis sobre a área específica ou sobre a região;
- ii) Processamento e análise de dados; e

iii) Construção de informações novas a partir de técnicas participativas.

A caracterização da unidade até o item 2.4 foi construída a partir da compilação de informações contidas em fontes secundárias, bem como diversas literaturas, dentre elas um estudo realizado pelo MMA em 2002, que embasou tecnicamente a proposta de criação de um mosaico de unidades de conservação na Terra do Meio. O item 2.3 foi complementado com informações obtidas em reuniões coletivas com moradores da RESEX.

Os itens 2.5, 2.6 e 2.8 foram elaborados usando como base os dados obtidos em levantamento socioeconômico, realizado em 2008 e revisado em 2009, com a participação de parte da equipe de elaboração deste Plano de Manejo. Os dados foram processados e analisados, por meio da contratação de consultoria especializada, visando obter informações gerais da realidade dos moradores da reserva. Esses itens foram enriquecidos com informações disponíveis na literatura e no caso específico do item 2.8 (Caracterização econômica) foram construídos em campo pela população ribeirinha, assim como os calendários agrícolas que regem as atividades produtivas nas distintas áreas da RESEX. As informações contidas no item 2.7 (Caracterização institucional) estão baseadas em técnicas participativas através das quais foram identificadas pelos moradores as principais instituições presentes na região, a importância e o papel das mesmas.

O primeiro ponto do item 3 foi construído através da compilação de informações já existentes na literatura consultada ajustada ao contexto atual segundo conversas com os moradores e o conhecimento da equipe de elaboração do plano de manejo da situação atual da unidade e região. Já para a elaboração do item sobre ameaças internas foi consultada a população ribeirinha em entrevista coletiva sobre os problemas que existem atualmente na RESEX, que dificultam a vida destas pessoas ou que até poderiam causar a mudança dos moradores para outros ambientes mais favoráveis. O item sobre lacunas de informação foi construído através de consultas coletivas com os moradores em distintos momentos, mediante entrevistas sobre os temas que, segundo eles, precisam ser aprofundados na RESEX e que poderiam ajudar no desenvolvimento das comunidades ou dar solução a problemas que têm surgido com alguns produtos.

Os resultados das entrevistas foram complementados com a análise dos itens encontrados na revisão bibliográfica, determinando quais os aspectos ausentes. O item 4 sobre Gestão da Unidade foi elaborado através de técnicas participativas com a colaboração dos analistas ambientais do ICMBio vinculados à elaboração deste Plano de Manejo. Nesse item são descritas as técnicas utilizadas e a formação das instâncias de gestão, como o Conselho Deliberativo da RESEX e o Plano de Utilização. Por fim, é apresentado o zoneamento da unidade, elaborado em conjunto com os moradores, segundo os usos reais que os mesmos dão as distintas áreas dentro da RESEX.

A construção de cenários e a proposta para os programas de sustentabilidade ambiental e econômica da RESEX (itens 5 e 6) foram construídos através de técnicas participativas nas quais os moradores expressaram as suas visões de futuro, as suas necessidades e opiniões sobre os diferentes temas e as suas propostas para melhorar a qualidade de vida na RESEX sem prejudicar a natureza.

Todos os mapas contidos no documento foram elaborados através de uma parceria entre o ICMBio e o IPAM, observando os regulamentos estabelecidos para elaboração dos mapas de Plano de Manejo e contendo as fontes dos dados. Os gráficos e figuras são, em sua maioria, de autoria da equipe de consultoria, neste caso não são detalhadas as fontes no nome da figura.

2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

2.1. Histórico e Decreto de Criação

Desde o final década de 1980, o movimento social regional da transamazônica, representado pela Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP) passou a defender ações voltadas à proteção das florestas como parte do desenvolvimento sustentável, tendo identificado a região da Terra do Meio como uma área estratégica para a conservação dos recursos naturais da Amazônia. A partir desse momento iniciaram-se uma série de ações para a criação de áreas protegidas, com o objetivo de criar “um pulmão verde”, assim denominado pelo movimento, dentro da Terra do Meio (SOUZA, 2006, p. 22,24 e 109). Em 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) contratou um estudo que foi coordenado pelo Instituto Socioambiental (ISA), executado conjuntamente com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a FVPP e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o objetivo de respaldar tecnicamente a criação de um mosaico de unidades de conservação na Terra do Meio (MMA, 2003).

SILVA (2005) descreve como ocorreu o processo de mobilização para a criação da RESEX Rio Xingu. Relata que somado ao movimento social, outras instituições se uniram à luta pela conservação da região. O Greenpeace (2001) solicitou ao governo brasileiro uma medida para a preservação da Terra do Meio, relacionada ao estabelecimento de moratória imediata em todas as operações com madeira em escala industrial na região, até que uma completa avaliação dos valores ecológicos e de conservação tivesse sido concluída e um plano responsável de uso dos recursos naturais fosse desenvolvido e implementado.

Vários estudos foram realizados na região no contexto da luta pela criação de um mosaico de áreas protegidas. Capobianco (2001, *apud* SILVA) considerou a região do interflúvio Xingu/Iriri como uma área de alta diversidade biológica, com alto risco de incêndio e sujeita a pressões antrópicas por atividade madeireira, sendo também uma área importante no que diz respeito aos serviços ecológicos fornecidos pela extensa área de floresta.

Pinto (2005, *apud*. SILVA) ao estudar a Terra do Meio abordando o avanço da fronteira agrícola e seus atores, lembra em suas análises que esta região é estratégica do ponto de vista da conservação, situada entre grandes unidades de conservação e terras

indígenas, e que o controle do processo de ocupação sustentável na área é fundamental para a manutenção dos espaços já conservados.

Inicialmente, estudos de campo (MMA, 2003) recomendaram a criação de uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), denominada RDS Médio Xingu. Todavia, após re-análise do MMA e do ICMBio, conclui-se que a unidade que melhor contemplaria as necessidades da região seria uma Reserva Extrativista. Assim surgiu a proposta de criação da RESEX Rio Xingu, com 259.253,99 hectares, levando em consideração o reconhecimento dos direitos e da proteção das populações tradicionais, a presença de espécies não madeireiras economicamente importantes, como castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl), copaíba (*Copaífera* sp) e seringa (*Hevea brasiliensis* Willd), e a necessidade de garantir às populações o uso de 10 km das margens dos rios, considerado pelos estudos como área de influência das populações ribeirinhas, preservando o patrimônio arqueológico e conservando os ecossistemas e os recursos naturais. A delimitação do perímetro das reservas extrativistas considerou, entre outros, o critério apresentado pela população local segundo a abrangência das áreas de uso extrativista em cada localidade, estabelecendo uma área de três quilômetros de frente por dez de fundo, exatamente como tinha sido sugerido pelo Padre Ângelo, da Prelazia do Xingu.

No período compreendido entre os anos de 2002 e 2005, quatro fazendas se estabeleceram no interior da área proposta para a criação da reserva. O Ministério Público Federal (MPF) propôs ação à Justiça Federal para retirada imediata dos fazendeiros, alegando que sua presença ameaçava a segurança das populações ribeirinhas e das lideranças que estavam trabalhando para a criação da RESEX.

Grileiros e fazendeiros foram acusados pelo MPF de enviar pistoleiros para ameaçar lideranças das comunidades tradicionais da área. Pelo menos três pessoas foram autuadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) por desmatamento ilegal dentro da área da RESEX.

Para os ribeirinhos o estabelecimento das fazendas mostrou a ineficiência do governo brasileiro em garantir a proteção dessa área. A “legalização” das fazendas foi realizada através de negociações entre seus proprietários e os próprios ribeirinhos, e com a falsificação de documentos públicos. Ocorreram desmatamentos ilegais para formação de pasto e denúncias de trabalho escravo dos ribeirinhos.

Segundo os ribeirinhos, há dois grupos de famílias que participaram dessas vendas: os que foram coagidos a vender a terra ou foram expulsos delas, e os que venderam por livre e espontânea vontade, alegando que não tinham “assistência do governo”. Alguns ribeirinhos alegaram que não queriam que seus filhos crescessem sem alfabetização, e relatam que a transação com os fazendeiros não foi completa e que eles nunca pagaram o prometido na negociação.

No processo de criação da RESEX, lideranças da comunidade estiveram várias vezes em Brasília pedindo agilidade na criação da reserva, apoiados pelas ONGs ISA, WWF, FVPP e CPT e também pelo ICMBio.

Um morador da localidade Morro Grande relata que foi expulso da sua terra por homens armados de pistolas e escopetas, que alegaram ter documentos da terra. Ao chegar a Altamira, procurou as autoridades e registrou boletim de ocorrência na delegacia. No ano seguinte, os moradores recorreram à CPT e ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA) para continuar a luta. Na ocasião, a FVPP estava planejando junto com o ISA e a instituição internacional Environmental Defense (ED) um projeto com apoio financeiro da Gordon and Betty Moore Foundation, para a criação e a implementação das unidades de conservação na Terra do Meio. O mesmo entrou em execução no ano de 2004.

Neste ano foram criadas as reservas extrativistas Riozinho do Anfrísio, em Altamira, e Verde Para Sempre, em Porto de Moz. A partir deste momento e com o anúncio do Governo Brasileiro sobre a possibilidade de criar novas unidades de conservação na Terra do Meio, aumentaram as ameaças de morte aos dirigentes, religiosos e ativistas das organizações sociais que trabalhavam na região em prol da conservação e uso sustentável. No ano de 2005 foram criados a Estação Ecológica da Terra do Meio e o Parque Nacional da Serra do Pardo.

O momento da criação dessas unidades de conservação coincidiu com o assassinato da missionária estadunidense e ativista ambiental Irmã Dorothy, no município de Anapu, com grande repercussão na mídia nacional e internacional. Na época o MMA informou que a criação das UCs já tinha sido planejada e que não antecipou o ato de criação das unidades de conservação por causa do crime.

Em 05 de junho de 2006, o Governo decretou a criação da Reserva Extrativista do Rio Iriri com 398.938 hectares, aumentando a área protegida da Terra do Meio.

Faltava a RESEX do Rio Xingu para completar as unidades de conservação propostas para o mosaico da Terra do Meio. Inicialmente, em 8 de novembro de 2004, foi solicitada a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Médio Xingu. Em fevereiro de 2005, a área começou a ser tratada como reserva extrativista em documento do CNPT ao MMA. Após a primeira solicitação de criação de uma área protegida, foram encaminhados ao IBAMA documentos de protesto da Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda. (INCENXIL), reclamando a propriedade de áreas localizadas dentro da proposta de criação da RESEX. Também foi encaminhado um manifesto de repúdio à constituição das RESEX's Verde para Sempre e Riozinho de Anfrísio, da ESEC da Terra do Meio e do PARNA Serra do Pardo, alegando maus procedimentos e desconsideração com o histórico de colonização e luta da Amazônia, assinado pelos prefeitos da região com exceção dos prefeitos de Pacajá e Medicilândia. Na mesma época foi encaminhado ao MMA um documento assinado por um grupo de moradores do Xingu, solicitando a criação da reserva para proteger seus lares e seu modo de vida. Em fevereiro de 2006, uma nova carta foi enviada ao MMA pelos moradores solicitando a criação da RESEX, como forma de proteger a população tradicional das contínuas ameaças e invasões de grileiros.

A partir de 2006, as organizações não-governamentais e demais instituições atuantes na conservação da natureza, o ICMBio e as demais associações das RESEX's da Terra do Meio começaram a se reunir periodicamente e constituíram uma importante rede de discussão chamada de “Rede Terra do Meio”. Em 2006 e 2008 ocorreram os dois primeiros encontros desta rede em que trataram a urgência da criação da RESEX do Médio Xingu. No início de 2008, foi organizada a última viagem à Brasília antes da criação da RESEX, em que moradores expuseram a necessidade de criação da unidade, não se limitando à conservação, mas incluindo a necessidade de preservar o modo de vida dos moradores.

O apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) foi fundamental na criação da Reserva Extrativista Rio Xingu, financiado as atividades de apoio à criação que vinham sendo conduzidas pelo Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT). Finalmente, em 5 de junho de 2008, o Presidente da República assinou o Decreto Presidencial que criou a RESEX Rio Xingu (Anexo A).

2.2. Localização e Situação Fundiária

2.2.1. Localização da Unidade

A Reserva Extrativista Rio Xingu (Figura 2.1) encontra-se no município de Altamira, Estado do Pará (Figura 2.2), na região conhecida como Terra do Meio, fazendo parte de um conjunto de unidades de conservação que representam uma barreira de contenção à expansão da fronteira agrícola e ao arco do desmatamento que vem cercando a Amazônia Brasileira. A RESEX possui uma área aproximada de 303.841 hectares. Limita-se ao norte com a ESEC da Terra do Meio, ao sul com o PARNA Serra do Pardo, a oeste novamente com a ESEC e o PARNA (Figura 2.3) e a leste com as Terras Indígenas (TI) Apyterewa e Araweté do Igarapé Ipixuna.

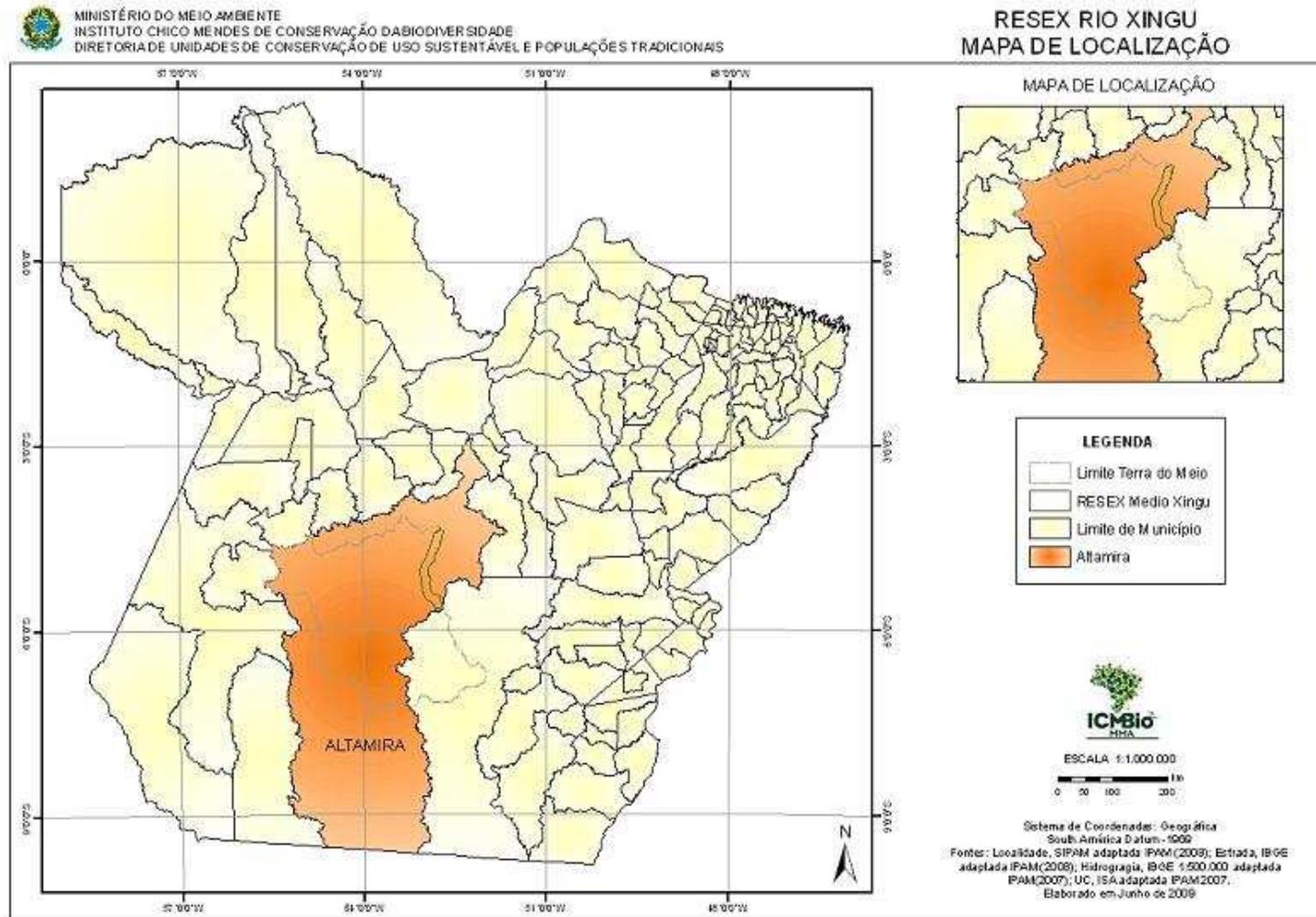


Figura 2.1. Mapa de localização da reserva extrativista Rio Xingu no município de Altamira, Estado do Pará.

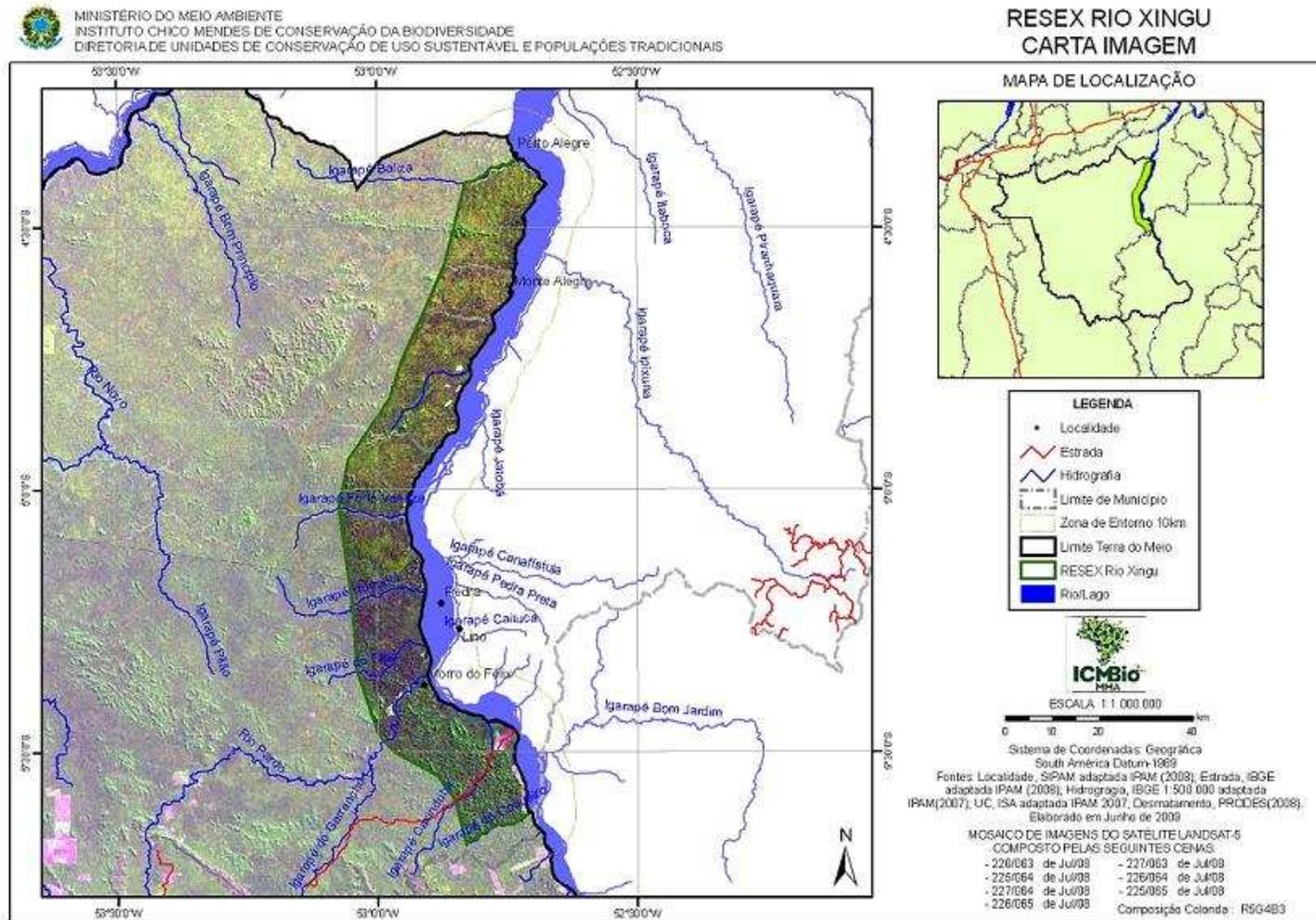


Figura 2.2. Mapa carta imagem da RESEX Rio Xingu.

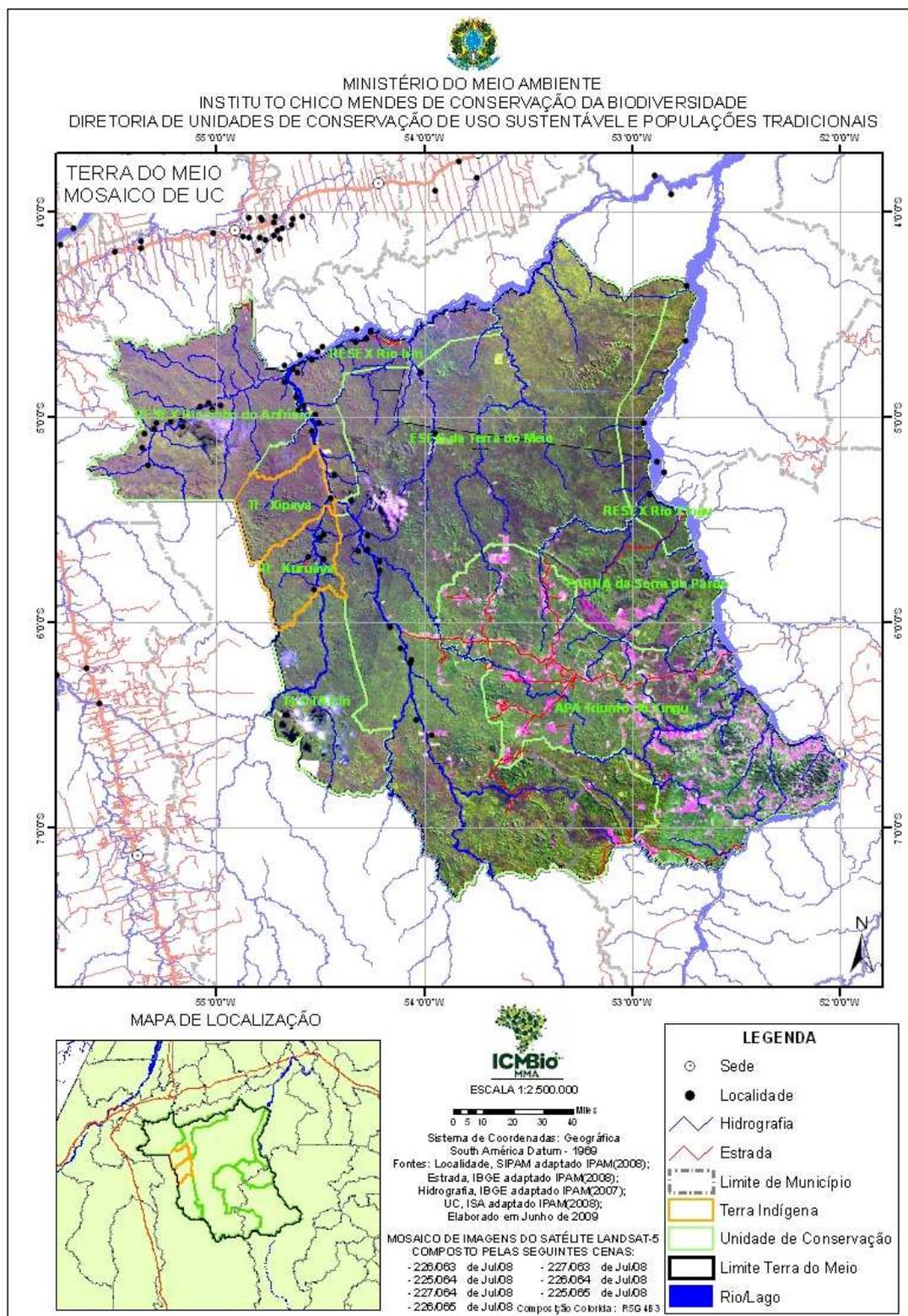


Figura 2.3. Mapa das unidades de conservação da Terra do Meio.

2.2.2. Situação Fundiária

A partir da primeira Lei de terras do Brasil, em 1850, as áreas rurais que não fossem regularizadas dentro do prazo de seis anos a partir da data de publicação da Lei, passariam a integrar as Terras da União. Com a primeira Constituição Federal, em 1891, a União repassou as terras aos respectivos Estados, mantendo sob seu poder apenas áreas consideradas indispensáveis à segurança nacional, sendo estas fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Logo após 1891, coube aos governos estaduais a responsabilidade de regularizar e destinar as suas terras. Entretanto, cerca de 80 anos depois, com a implantação do projeto de construção de rodovias federais na Amazônia Legal, foi publicado o Decreto Lei nº 1.164 de 1971, que legalizava a federalização de terras situadas até 100 km de largura de ambas as margens das rodovias federais na Amazônia, ficando a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) arrecadar e gerir essas áreas. Entretanto, caso houvesse títulos de propriedade expedidos pelo Estado na referida área, anteriores ao Decreto - Lei, esses foram respeitados, mas poucas foram as situações em que isso ocorreu. O Decreto-Lei nº 1.164/71 foi revogado em 1987, por meio do Decreto nº 2.375, porém permanecendo sob jurisdição da União as terras já arrecadadas.

A Constituição Federal de 1988 abre novos precedentes para federalização de áreas. Ela estabelece em seu art. 225 “que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-la e preservá-la para as presentes e futuras gerações”.

A região de Integração Xingu é formada por dez municípios que somados totalizam uma área com extensão de 250.791,94 Km², o que representa aproximadamente 20% da área do Estado do Pará, cuja jurisdição fundiária se divide hoje entre o governo estadual e federal, sendo predominante o domínio da União sobre a região, que é composta em sua maior parte por Unidades Territoriais de Gestão Especial (PDRS XINGU, 2010).

A partir dos anos de 1970, o crescimento acelerado de cidades médias na região amazônica resultou na presença de surtos de desenvolvimento, baseados na exploração dos recursos naturais sob a forma de ciclos, como borracha, venda de pele de

gatos (onça, gato maracajá, etc.), garimpo e exploração madeireira (PINTO, 2010, p. 4). Uma expressão disso é o intenso processo de criação de novos municípios. Entre 1980 e 1996, o número de municípios do Pará saltou de 83 para 143 (MMA, 2006), basicamente nas zonas de expansão da fronteira. No caso do território do Xingu, região da Terra do Meio, esse número saltou de 3 para 10. A exploração predatória dos recursos naturais foi o primeiro momento de um processo de apropriação fundiária. Esse sistema tende a reproduzir estruturas de concentração da propriedade e da renda, porém, permite certa mobilidade vertical para os indivíduos vivendo na região.

A estruturação e a dinâmica da apropriação fundiária criam as condições necessárias à definição de outras atividades, sendo a principal destas a pecuária. Esta estruturação e suas associações explicam a intensificação e a amplitude do desmatamento das novas frentes de ocupação na área de São Félix do Xingu e Altamira (BRUM, 2004). Neste processo de apropriação fundiária, dominante no momento atual na região, o principal não é a produção e a exploração predatória de recursos naturais e sim assegurar a posse da terra, base para futuras atividades produtivas e também de especulação com seu valor. É importante mencionar a influência de capitais externos, eventualmente de origem ilícita (garimpo, grilagem, etc), neste processo de apropriação fundiária, que permite colocar seus detentores na base da estrutura político-administrativa dos possíveis futuros municípios da região, criando mais complicadores (FERNANDES, 1999).

A Figura 2.4 apresenta um diagrama esquemático para o modelo de apropriação fundiária na região (ESCADA, *et al.*, 2007).

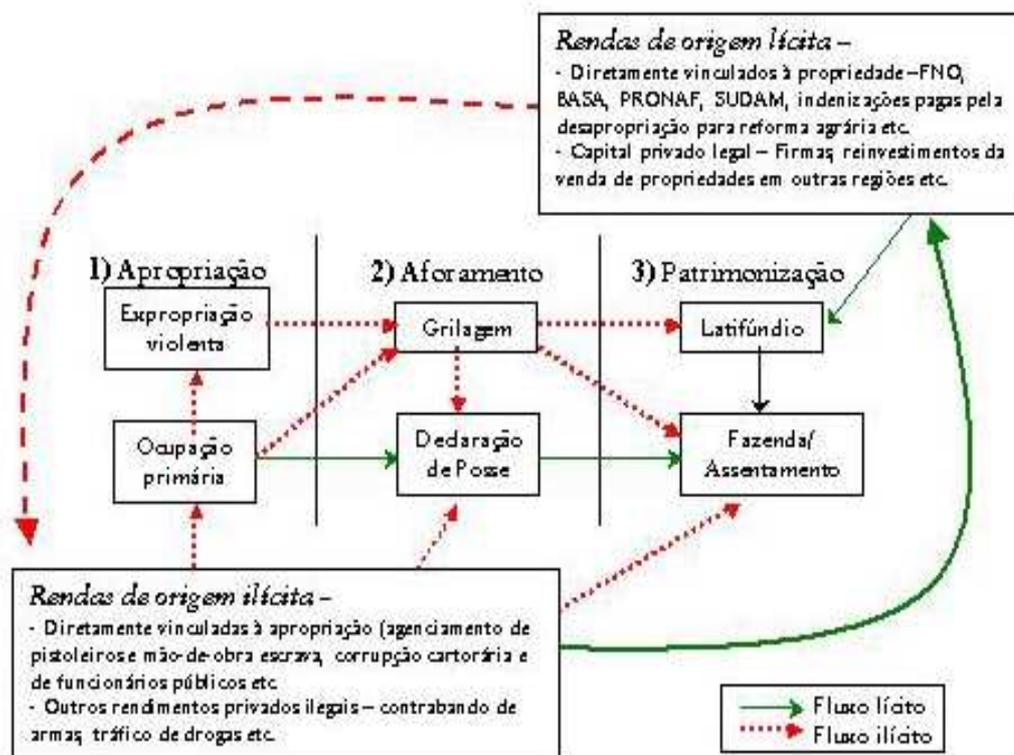


Figura 2.4. Diagrama esquemático do modelo de apropriação fundiária na região (fonte: Escada *et al.*, 2007).

Dentro das reservas extrativistas da Terra do Meio, embora não existam demarcações físicas dos limites das propriedades, os moradores têm essa definição concebida em seu imaginário, por exemplo, o castanhal pode ser designado como um indicador de ocupação ou “territorialidade”. Segundo relato contido no estudo para a criação de um mosaico de unidades de conservação na Terra do Meio (MMA, 2005), o primeiro a chegar e abrir “picada” limpando o castanhal era considerado o “proprietário”. Cada castanhal tem, portanto, um “dono” e pode estar situado em uma localidade diferente daquela onde se situa a moradia. Além disso, o castanhal pode ser explorado por outros, no caso de castanhais antigos que podem ser reabertos por novos moradores. Percebe-se uma valorização do trabalho em detrimento do valor monetário da terra, o reconhecimento de propriedade por estas populações se dá através do “suor”, ou seja, o “dono” é aquele que “gastou” suas diárias e abriu o pique de castanha limpando e mantendo aberta a trilha que leva aos castanhais. Esse fato foi constatado por Torres (2008) como parte da contextualização histórica da ocupação das terras na região onde cita “a mão de obra tudo vale e a terra, quase nada” (Edwards, 1847 *apud* Torres, 2008).

O isolamento da região, a ausência de governo, bem como a convivência de órgãos governamentais, propiciou a incorporação de grandes extensões de terra e a formação de latifúndios (SOUZA, 2006). Além disso, o assédio constante dos madeireiros se juntou a um esquema de grilagem que se estendeu por toda a região, pressionando os moradores a vender ou a deixarem suas terras.

Não existem documentos de posse, mas há registros elaborados pelo Padre Ângelo Pansa, na década de 1980, delimitando áreas com metragem de 5x10 km de fundo, onde se inseriam os castanhais explorados e as residências dos moradores. O relato elaborado pelo Padre Ângelo é importante pelo minucioso trabalho desenvolvido na região, pioneiro ao tentar catalogar as famílias existentes ao longo dos rios e fazer ingerências junto aos órgãos públicos para a regularização fundiária das terras de posse destas pessoas.

Preocupado em garantir a posse da terra pelos ribeirinhos e em evitar que uma possível regularização fundiária pudesse vir a confiná-los em pequenos lotes, segundo o modelo padrão dos órgãos públicos responsáveis - que não levava em conta as características histórico-culturais e ambientais da região - Pansa fez um levantamento da área efetivamente utilizada por cada família em suas atividades. Esta área não se restringia às proximidades das moradias. Ela englobava os seringais, castanhais, locais de ocorrência de andiroba e copaíba, pontos de caça etc., que podiam estar localizados a quilômetros das casas dos ribeirinhos. Calculando a área de uso das famílias a partir dos depoimentos sugeriu:

“No que diz respeito à Titulação das Posses, em conformidade com a Lei n° 6.969 regulamentando o direito de usucapião, sugerimos aos órgãos encarregados das colonizações, INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] e ITERPA [Instituto de Terras do Pará], que ao redor dos pequenos lotes de 100 hectares a serem entregues aos posseiros relatados nesta pesquisa, sejam constituídas reservas florestais de 3.000 hectares que, além de proteger o patrimônio da União e do Estado, vão proteger o ambiente natural, e permitir aos moradores continuar sua atividade extrativista da borracha e da castanha” (PANSA, 1984).

2.3. Dinâmica de Ocupação Estadual e Regional

A elaboração desse item foi baseada nas publicações MMA (2003) e FVPP (2002), juntamente com as entrevistas coletivas realizadas com os moradores da RESEX.

A Reserva Extrativista Rio Xingu encontra-se dentro do município de Altamira que é considerado o maior município do mundo com uma extensão territorial de 161.445,9 km² (SEPOF, 2005). A colonização da área onde se encontra o município teve a sua origem nas missões dos jesuítas durante a primeira metade do século XVIII. Até 1917, integrava o município de Souzel, do qual foi desmembrado em 27 de setembro, passando a chamar-se Xingu. Em 31 de março de 1938, mudou-se o topônimo do município para Altamira, devido à altitude da Terra que permite uma visada longa do horizonte fluvial. A maioria dos moradores da região chegou atraída pelas políticas de ocupação promovidas pelo governo a partir da década de 1970 com a construção da rodovia Transamazônica e a nova variedade de ofertas econômicas que isso significou.

Em 1972, foi implantado no município o marco zero da rodovia Transamazônica - BR-230 - pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, iniciando um período de intensa exploração da floresta amazônica, com assentamentos de colonos e abertura de vias terrestres, alguns já abandonados e outros que originaram os municípios da região (Medicilândia, Anapu, etc.). A construção da Transamazônica alterou o cenário socioeconômico e ambiental, e promoveu um grande fluxo migratório para a região.

Na década de 1970, o governo federal, através de uma política de incentivos fiscais, promoveu e financiou a abertura de extensas áreas para implantação de pastagem e a criação de novos núcleos urbanos de colonização. Houve grandes investimentos para a construção de estradas para interligar os núcleos urbanos e criar novas frentes de expansão agrícola e povoamento. Segundo OLIVEIRA (2005), outro fator que atraiu muitas pessoas foi a possibilidade de descoberta de jazidas minerais.

A floresta amazônica foi derrubada inicialmente com auxílio de máquinas pesadas, para a construção da rodovia em uma faixa de 70m de largura. Nessa fase, a madeira era, na maior parte, queimada. Além dessa faixa, mais florestas foram derrubadas de cada lado da rodovia, para a implantação de núcleos de colonização agrícola a cargo do INCRA.

Após a inauguração do primeiro trecho da rodovia Transamazônica, em 1972, houve uma grande migração espontânea. Durante a colonização, foram assentadas 5.000 das 100.000 famílias previstas no trecho entre Altamira e Itaituba, sendo que só no ano de 1978, foram assentadas mais de 4.500 famílias neste trecho da rodovia (HOMMA, 2003). Segundo relato, foi o maior período de desmatamento pela pequena produção. A área destinada para o projeto de colonização ocupava 15 km de cada lado da rodovia, onde foram instaladas agrovilas apoiadas por uma infraestrutura para abastecimento, com escolas e posto médico. Cada agrovila compreendia um conjunto de lotes de 100 hectares para as famílias de produtores rurais, sendo que nos primeiros três anos, o governo financiou o plantio de lavouras anuais, principalmente de arroz, e posteriormente de algumas culturas permanentes, como o cacau.

Na década de 1980, foram destinados novos lotes entre 100 e 500 hectares, além dos 10 km iniciais, numa “espécie de ampliação da colonização” no trecho Altamira-Itaituba, realizada pelo INCRA. No trecho Altamira-Marabá, foram demarcadas áreas de 3.000 hectares para pessoas “de fora” (São Paulo, Paraná), ou seja, esse polígono foi reservado a grandes produtores e à pecuária extensiva, o que não inibiu a ação de posseiros, como relatam MARTINS (2002) e HEBETTE (2006), em estudos realizados sobre essa região, de forma que o fato de a maioria dos donos destas fazendas não trabalharem nessas áreas, gerou uma série de conflitos e a ocupação por famílias sem-terra, entre as décadas de 1980 e 1990.

Entre meados da década de 1980 e início da década de 90, os financiamentos para as lavouras anuais foram suspensos. Após 10 anos do projeto inicial, 40% das famílias voltaram para seus locais de origem ou foram procurar outras áreas. Por outro lado, havia um fluxo contínuo de novas famílias todos os dias. Só em 1992, o governo retomou os financiamentos para médios produtores, que também foram resultados das mobilizações realizadas pelo Movimento dos Sem Terra - MST, através dos Gritos do Campo¹, que resultou em políticas públicas como o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) (SOUZA, 2006). A partir de 1995, a produção familiar é beneficiada por novos financiamentos, caracterizando um novo passo na consolidação

¹ Conjunto de mobilizações realizadas pelo movimento social da Transamazônica nos anos de 1990 que tinham o objetivo de reivindicar políticas públicas para viabilizar a produção agrícola; cujas ações consistiam em caravanas a Belém e Brasília, onde eram realizadas audiências com Secretários de Estados, Ministros, Governadores e Presidentes da República.

do projeto de colonização, como se pode constatar nos estudos realizados por COSTA (2000).

Os primeiros habitantes da região da Terra do Meio foram populações indígenas (COUDREAU, 1977; ADALBERTO, 2002), algumas das quais continuam atualmente na área. Na margem direita do rio Xingu, em frente à RESEX, existem duas terras indígenas: Araweté e Apyterewa.

Os Araweté pertencem ao tronco lingüístico tupi-guarani, praticando as atividades de caça e agricultura em floresta de terra firme. Ocupam 940.900,80 hectares de terra, distribuídos pelos municípios de Altamira, São Félix do Xingu e Senador José Porfírio. O primeiro contato oficial com a FUNAI ocorreu somente em 1976. Até então, os Araweté eram considerados como “índios isolados”, apesar do seu contato com a sociedade envolvente ser mais antigo. Até o final de 2001, todos os Araweté moravam na hoje chamada “aldeia velha”, que se localiza muito acima do Igarapé Ipixuna, com acesso difícil e demorado. Desde 2001 moram a cerca de 6 km da boca do Ipixuna, a meia hora de voadeira do Xingu. O Decreto s/n de 05/01/1996 homologou a demarcação da área.

As terras dos Apyterewa localizam-se nos municípios Altamira e São Félix do Xingu, com uma área de 773 mil hectares. A terra indígena foi reconhecida em 1992, com uma extensão maior, tendo sido reduzida anos depois. A aldeia encontra-se na margem direita do rio, perto do limite sul da reserva, localizada na margem esquerda do rio Xingu.

A ocupação por populações de não-índios dos principais rios da região (Xingu, Iriri, Curuá e Riozinho do Anfrísio) ocorreu induzida pelos ciclos econômicos nacionais. Em um primeiro momento, entre 1850 e 1970, a ocupação esteve relacionada à extração da seringa, do caucho e da castanha-do-pará. Em um segundo momento, após a década de 1970, foi influenciada pela abertura da Transamazônica e pelas atividades de garimpo e caça de gato para retirada de pele, que começaram a ser exploradas posteriormente (SILVA, 2007).

O trecho do rio Xingu que delimita a Terra do Meio ao leste começou a ser ocupado por populações de não-índios em fins do século XIX (COUDREAU, 1977; ADALBERTO, 2002), tendo se tornado rapidamente um importante núcleo de exploração de produtos extrativistas, em especial do látex das seringueiras, que foi o

objetivo inicial do povoamento da área. A partir dessa época, avançando ao longo dos rios, os grupos de seringueiros foram aos poucos ocupando toda a região, segundo o modelo clássico da patronagem e do aviamento, com as moradias espalhadas em torno dos barracões dos seringalistas (NUNES, 2003). Este modelo se manteve durante o segundo ciclo da borracha, induzido pela Segunda Guerra Mundial. As famílias de seringueiros espalhavam-se ao longo dos rios de acordo com a localização dos seringais e a quantidade de estradas de seringa. Aos poucos cada família foi constituindo um “lugar”, ou seja, identificando-se e sendo identificada em determinados trechos dos rios. As localidades conhecidas como Forte Veneza e a Vila São Sebastião (esta se encontra atualmente dentro dos limites do Parque Nacional Serra do Pardo) tornaram-se importantes núcleos seringueiros.

O extrativismo intenso de seringa nessa e em outras regiões da Amazônia, a partir da segunda metade do século XIX, se deve à invenção do processo de vulcanização, por Charles Goodyear, e à produção em massa de automóveis na Europa e nos EUA, que aumentou a demanda para a fabricação de pneus (HOMMA, 2003). Nesse mesmo período aconteceram etapas prolongadas de secas no nordeste o que fez com que o governo federal estimulasse a migração de nordestinos à região Norte do país (NUNES, 2003).

Os migrantes nordestinos que foram trabalhar nos seringais do Médio Xingu, miscigenados com a população indígena local, constituíram a população tradicional que é encontrada hoje ao longo dos rios desta região. Muitos dos atuais moradores são remanescentes diretos do período da borracha, tendo se casado com índias das etnias Xipaiá e Kuruaya, constituindo uma população cabocla, com um sistema cultural distinto, com forte herança indígena, adaptado às condições ecológicas das várzeas e rios da Amazônia e, ao mesmo tempo, inserido nos ciclos econômicos regionais.

Segundo lembranças dos atuais moradores, a miscigenação com a população indígena ocorria quando os homens capturavam as índias e tentavam “amansá-las” (NUNES, 2003). As Xipaias, as Curuias e as Jurunas eram mais fáceis de “domesticar” e terminavam se adaptando e constituindo uma família, mas teve casos de índias que matavam ao homem enquanto dormia e fugiam de volta às suas aldeias.

A exploração e comercialização da seringa eram feitas através de um contrato de arrendamento entre o governo federal e os seringalistas, ou “patrões” da seringa, no

qual eram concedidos o uso e a exploração da terra – propriedade do Estado – ao seringalista. Este pagava o governo através da produção dos seringais. Todo ano, até o fim do mês de abril, um barco subia os rios para recolher a produção dos seringueiros e transportá-la até Altamira, de onde a borracha seguia viagem de navio até Belém, e daí era exportada (SILVA, 2007).

A relação entre seringueiros, patrões e comerciantes locais se dava através do clássico sistema de aviamento: o seringalista ou um comerciante, dono dos barracões (aviador), fornecia mercadorias e crédito ao seringueiro, exercendo certo controle sobre a mão-de-obra local (COSTA, 2000). Nesses barracões, os seringueiros trocavam sua produção por roupas, equipamentos e outras mercadorias, com preços inflacionados, o qual resultava numa dívida permanente dos seringueiros para com os donos dos barracões. Estes, por sua vez, tinham dívidas com o fornecedor de mercadorias da cidade mais próxima, que era o responsável pelo envio da borracha às casas exportadoras (IANNI, 1979, *apud* TORRES, 2004).

Os moradores relatam que era o patrão quem decidia anualmente onde ia ser realizado o trabalho. Os seringueiros recebiam os mantimentos a cada 15 dias. Caso não entregassem a quantidade combinada de borracha, estes não recebiam a comida. Quando os seringueiros ficavam com dívidas, o patrão podia mandar os seus “capangas” amarrarem e dar “taca” (pancadas) neles e até levar a mulher e vendê-la a outros para sanar a dívida. Ao mesmo tempo, a possibilidade do seringueiro sempre permanecer com dívidas, também era uma estratégia do seringalista para que aquele trabalhador ficasse permanente em estado de dependência do sistema imposto pelo patrão.

Em alguns casos eram proibidos pelos seringalistas de fazer roça, como forma de manter a dependência absoluta deles para a alimentação. Por mais que encontrasse melhores preços, estes não podiam vender a borracha para outros seringalistas, caso fossem descobertos, eles eram castigados e a borracha era tomada de quem tivesse comprado. Os ribeirinhos relembram que cada dia antes de sair de casa o pai ou o avô se despedia da família, pois não sabia se ia voltar vivo do dia de trabalho. Nas estradas da seringa, os seringueiros eram alvos fáceis para os índios que os matavam por considerá-los invasores das suas terras. Dizem que aconteceu uma verdadeira guerra entre índios e seringueiros, e que quando os índios matavam um seringueiro, eles se juntavam, iam para a aldeia e matavam quantos índios encontrassem (NUNES, 2003). Também

morriam muitos seringueiros de impaludismo. Durante essa época, subiam pessoas para fazer entrevistas, e quando chegavam a Altamira eram subornados pelos seringalistas e as informações nem saiam da cidade. O mesmo aconteceu com um barco da SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública) que subiu uma única vez e foi proibida de voltar pelos seringalistas tendo que ficar ancorado em Altamira.

No entanto, vale a pena destacar as relações de confiança estabelecidas entre estes seringueiros e seringalistas. Para muitos seringueiros, os seringalistas eram como verdadeiros amigos, estes eram as pessoas que providenciavam serviços de saúde para a família do seringueiro, eram os que entregavam as colocações de seringa para as famílias, “aviavam” rancho durante o ano todo, mobilizavam as colocações para se defenderem de ataques de índios, entre outros (NUNES, 2003).

Em relação ao sistema de aviação, embora tenha sido (e ainda é) uma relação desonesta do ponto de vista financeiro e econômica e vista por muitos pesquisadores como uma “relação perversa”, no contexto dos seringais amazônicos do início do século XX, esta também era uma relação necessária a sobrevivência de muitos moradores nativos. No caso dos seringais do Xingu, há 100 anos, essa região era atendida por uma pequena vila sem os devidos serviços dos órgãos oficiais, etc, de forma que nesse cenário, o seringalista preenchia esta lacuna. Da parte do seringalista, alguns destes também demonstravam preocupação e zelo com os bons seringueiros, ou seja, aqueles que davam produtividade, que não se excediam nas bebedeiras, até porque essa era um tipo de mão de obra preciosa para a região visto que os nativos tinham pouca habilidade para essa prática, e em caso de escassez, estes trabalhadores só eram conseguidos através de incentivos governamentais e tinham que ser trazidos do Nordeste Brasileiro.

O primeiro “boom” de produção de borracha durou até o início do século XX, quando grandes plantações de seringueiras foram feitas no Ceilão e Malásia, a partir de sementes e mudas brasileiras. Esse fato quebrou o monopólio do Brasil sobre a borracha e seu preço caiu, com o início da produção de borracha no Oriente. Na década de 1940, com o início da Segunda Guerra Mundial, começou um segundo período de grande demanda da borracha, conhecido como a “guerra da borracha”. Isso trouxe um novo processo de imigração na região, principalmente de nordestinos à procura de trabalho como seringueiros, que passaram a ser conhecidos posteriormente como “soldados da

borracha”. Esse ciclo perdurou na região até 1970, quando o valor do produto caiu ainda mais, até a quase extinção da atividade.

Paralelo à extração da borracha, os moradores também realizavam a colheita da castanha durante o inverno. A partir de 1960, aproximadamente, tanto a safra da castanha quanto a da seringa eram acompanhadas por outra atividade, a caça de “gatos”, cuja pele era vendida aos mesmos atravessadores e que representava uma fonte adicional de renda, até que anos depois a caça e comercialização foram proibidas. Na época em que a renda era muito escassa, várias famílias abandonaram a área e alguns homens foram para os garimpos próximos. Dentro da RESEX, no igarapé Danta, em frente ao Morro Grande, também existiu um garimpo entre as décadas de 80 e 90. Pertencia aos irmãos Costa Silva, moradores da RESEX. O garimpo era chamado de “Farinha Molhada”, pelo fato de que, quando as pessoas não tinham comida, elas comiam farinha com água. Este garimpo funcionou aproximadamente por dez anos, e de acordo com relatos de um ribeirinho: *“Na época da madeira melhorou a situação dentro do garimpo, pois entraram em acordo com os madeireiros, deixavam retirar o mogno da área de extração do mineral em troca de rancho”*.

O crescimento de Altamira, na década de 1970, motivado pela abertura da rodovia Transamazônica (BR-230) trouxe novos atravessadores que passaram a comprar a produção de castanha-do-pará e de látex diretamente dos seringueiros. Dessa rodovia, ainda partem estradas vicinais (os travessões) em direção à Terra do Meio que facilitaram a ocupação e, nos últimos anos, também o ingresso de especuladores de terra e madeireiros. Os moradores relatam que os primeiros madeireiros chegaram à região com um documento falando que eram os donos da área. A prática utilizada era a seguinte: o madeireiro chegava ao porto do ribeirinho, entrava na propriedade, tirava a madeira e ia embora sem deixar nenhuma renda para o morador. Os ribeirinhos citam que alguns se beneficiaram de forma indireta da extração de madeira ao trabalhar como pilotos, mateiros, transportadores ou vendendo produtos aos madeireiros como farinha e galinhas. Também pode mencionar que os madeireiros assumiram durante esse período o papel do Estado, ausente na região, e se encarregavam de providenciar assistência médica, sendo lembrados casos em que o madeireiro levou de avião algum morador doente para ser atendido na cidade. Porém, se alguém desafiava o poder do madeireiro, este sofria as conseqüências, como foi o caso de um morador que foi preso junto com os

filhos por ter reclamado do madeireiro que derrubou sua roça. Alguns moradores também foram intimados a sair da propriedade por homens armados. Na lembrança dos moradores, foi uma época muito difícil, de muita opressão e humilhação. Muitos ribeirinhos foram expulsos, outros não agüentaram e foram morar nas cidades.

A colonização das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como o crescimento de São Félix do Xingu, trouxeram um novo modelo de ocupação para a região da Terra do Meio, baseado na exploração da pecuária, dando lugar à grilagem de grandes extensões de terra utilizadas para o aproveitamento ilegal de madeira e para a criação de extensas áreas destinadas a atividades pecuárias. Muitos ribeirinhos foram obrigados a vender as suas terras e se deslocar para a periferia das cidades. A população tradicional, com um modo de vida extrativista passou a viver sob as ameaças e domínio dos grileiros que viraram os novos patrões e em alguns casos, também uma fonte alternativa de renda.

Com a criação das reservas extrativistas na região, aparece a possibilidade para muitas famílias retomar ao modo de vida extrativista, ficam protegidos e menos vulneráveis às invasões de grileiros, além de poderem acessar a diversas opções que garantam uma vida digna em prol da conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

2.4. Caracterização Ambiental

As informações que aparecem nesse item provêm dos estudos realizados para a criação da RESEX e do mosaico de unidades de conservação da Terra do Meio (MMA, 2003).

2.4.1. Meio Biótico

Flora

Dentro da RESEX Rio Xingu, pode-se observar a ocorrência de dois tipos principais de vegetação: Floresta Ombrófila Aberta, que ocupa a maior parte da área; e a Floresta Ombrófila Densa (Figura 2.5). Baseado em inventários realizados em áreas próximas, se considera que um número aproximado de 200 espécies vegetais deve ocorrer na Terra do Meio.

Na Floresta Ombrófila Aberta se destacam duas fitofisionomias básicas, a Formação Mista e a Floresta de Cipó. A Floresta Mista é caracterizada por grandes árvores bastante espaçadas, latifoliadas, sempre verdes, de altura irregular. As espécies de maior ocorrência são a *Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl. (castanha-do-pará), a *Helicostylis podogyne* Ducke (inharé), a *Apuleia molaris* Spr. ex Benth. (amarelão), a *Hymenea* sp. (jatobá), dentre outras. Ocorrem também freqüentes grupamentos de palmeiras, como as espécies *Orbignya phalerata* Martius (babaçu), *Euterpe precatória* Martius (açai-da-terra firme), *Maximiliana maripa* (Aublet) Drude (inajá) e *Astrocaryum aculeatum* Meyer (tucumã). A Floresta de Cipó é uma formação dominada total ou parcialmente por cipós, que obstruem a copa das árvores, com poucas espécies emergentes em que se destacam *Alexa grandigflora* Ducke (melancieira), *Andira parvifolia* Ducke (sucupira), *Dalbergia* sp. (jacarandá-do-pará) e *Tabebuia serratifolia* (G. Don) Nichols. (ipê amarelo). Dos cipós, podem-se destacar *Bauhinia* sp. (escada-de-jabuti), *Memora* sp. (buquê-de-noiva) e *Acacia* sp. (rabo-de-camaleão).

Na Floresta Ombrófila Densa se destacam três fitofisionomias: as Áreas Inundáveis (Aluvial), a Terra-firme de Platôs e a Floresta Densa Submontana. As Áreas inundáveis correspondem a uma floresta de estrutura complexa, rica em palmeiras - como *Euterpe oleraceae* Martius (açai), *Mauritia* spp. (buriti e buritirana) e do gênero *Geonoma*, além de algumas helicôneas, marantáceas, aráceas e ciclantáceas. Apresenta raras árvores emergentes, entretanto de grande valor ecológico-econômico, dentre elas *Ceiba pentandra* Gaerth. (sumauáma), *Pachira* sp. (mungubarana), *Cedrela odorata* Linneu (cedro), *Pouteria* spp. (abiurana) e *Calophyllum brasiliensis* Camb. (jacareúba). A originalidade dessas florestas reside no ciclo anual de cheias e vazantes dos rios o que submete à comunidade biótica a um ciclo de comportamentos adaptativos.

A Terra-firme de Platôs é uma floresta com estrutura uniforme, com grande mistura de espécies em grande número por unidade de área, sem uma nítida predominância de uma ou algumas delas quanto ao número de indivíduos ou biomassa (PIRES, 1973), baixa densidade de palmeiras e rara presença de cipós. Entre as espécies arbóreas se destacam: *Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl. (castanha-do-pará), *Hymenolobium excelsum* Ducke (Angelim-da-mata) e *Swietenia macrophylla* King. (mogno), espécie de grande importância que se encontra em perigo de extinção e cuja exploração não é permitida.

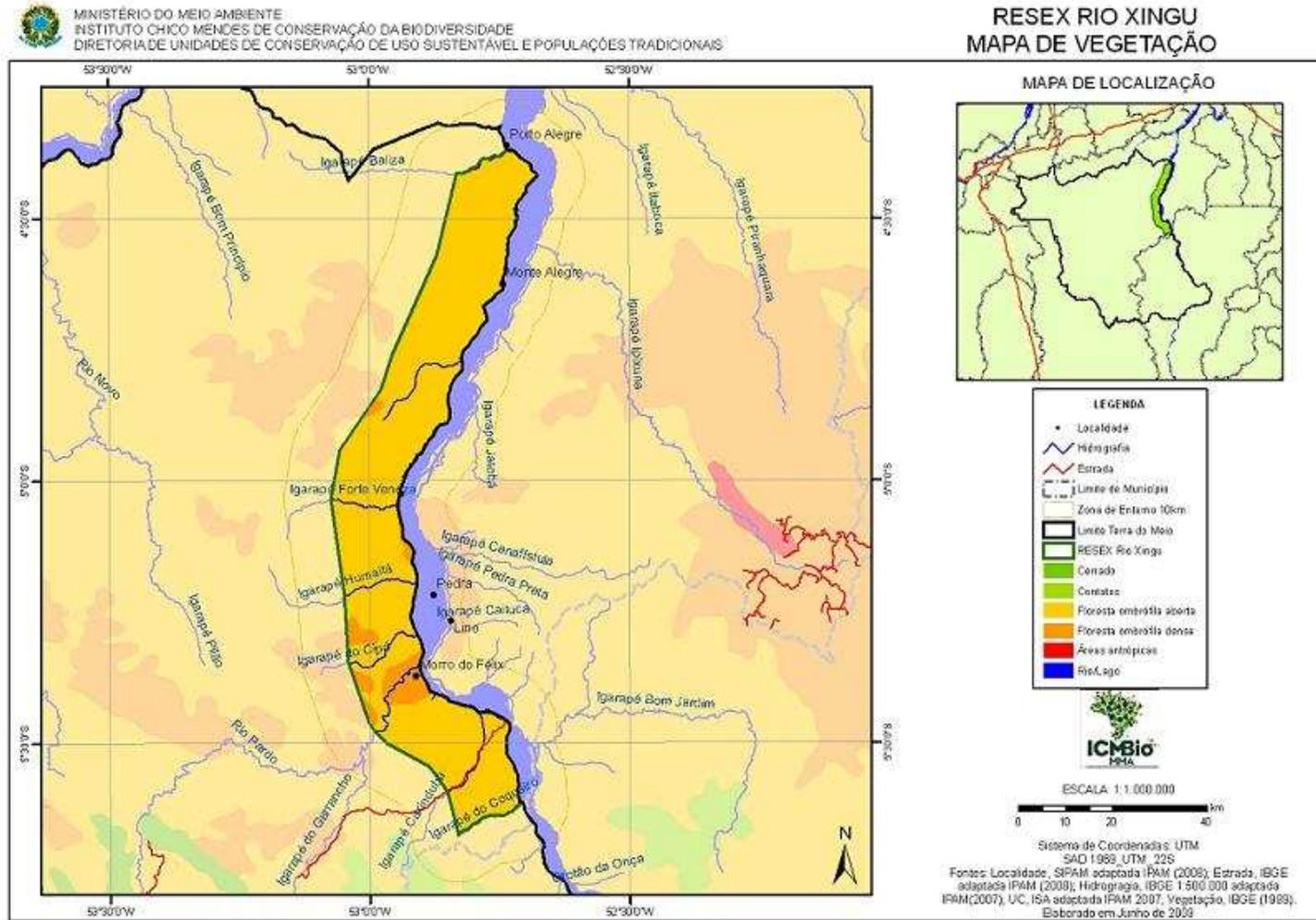


Figura 2.5. Mapa de vegetação da RESEX Rio Xingu.

A Floresta Densa Submontana desenvolve-se sobre antigas cadeias montanhosas, já bastante erodidas, assumindo o formato de colinas e outeiros. A cobertura florestal tem estrutura bem variada, sendo baixa (10 a 15 m) nas cadeias de montanhas e um pouco mais alta nos outeiros, porém não ultrapassando a 20 metros de altura. Entre as espécies observadas estão *Euterpe sp.* (açai-do-morro), *Pouteria sp.* (tatarubá), *Cariniana decandra* Ducke (tauari), *Tabebuia serratifolia* (Vahl) Nichols (pau d'arco, ipê-amarelo), *T. icana* Gentry (ipê) e *Cochlospermum sp.* (algodão bravo).

Fauna

Aves

Os estudos realizados pelo MMA (2003) apontam a existência de 376 espécies de aves na região da Terra do Meio, valor comparável aos encontrados em áreas da Amazônia em que foram realizados estudos intensivos. A esse número foram adicionadas mais 160 espécies que podem ocorrer potencialmente, pois são típicas de ambientes registrados na região, chegando a um valor total potencial de 536 espécies, valor semelhante ao maior número de espécies de aves registradas para uma unidade de conservação da Amazônia Brasileira - RESEX Alto Juruá, no Acre, com 543 espécies.

Mamíferos

Levantamentos preliminares realizados na região indicam a existência de uma alta biodiversidade de espécies de mamíferos, incluindo os morcegos, podendo chegar, no mínimo, a 82 espécies. É referido que o grupo dos primatas é um dos mais diversos, com aproximadamente 11 espécies, dentre as quais está incluído o macaco-aranha (*Ateles belzebuth marginatus*), espécie ameaçada de extinção.

Herpetofauna

A variedade de ambientes existentes na Terra do Meio, resultante das combinações de distintas fitofisionomias e relevos, permite inferir a ocorrência de uma herpetofauna com alta biodiversidade. O isolamento de algumas áreas com

determinadas formações geológicas ou vegetais é também um indicador de um alto potencial de endemismo.

Considerando as informações existentes para a região, acredita-se que existam na unidade ao menos três espécies de jacarés, seis de quelônios, entre 20 e 25 espécies de lagartos, 90 espécies de serpentes e aproximadamente 65 espécies de anfíbios.

Ictiofauna

Distintos levantamentos realizados revelam a existência de 387 espécies de peixes no Xingu, que incluem vários casos de endemismos, valor considerado como o maior número de espécies registrado para a maioria dos rios amazônicos, com exceção do Rio Negro.

Uma das explicações para essa alta diversidade encontra-se nos igarapés da Terra do Meio, que apresentam uma ictiofauna característica de espécies de pequeno e médio porte, que geralmente não são encontrados em rios maiores. Estudos realizados em igarapés de outras áreas da Amazônia indicam que, segundo a abundância desses cursos de água na região, o número de espécies passaria de 150, para um total de 530 espécies, o que seria considerado como uma das coleções mais ricas de espécies de peixes de água doce do planeta.

2.4.2. Meio Abiótico

Clima

O interflúvio Xingu- Iriri e a bacia do rio Iriri estão localizados sob o domínio climático quente, pois a temperatura média em seu regime térmico é superior a 22° ao longo de todo o ano. Considerando-se o regime de umidade, o subdomínio climático é o úmido com três meses secos (julho a setembro em Altamira, PA). Quanto ao tipo climático, a sazonalidade estacional e os sistemas de circulação atmosférica apresentam caráter transicional do equatorial para o tropical, sendo que a região está sob o regime do Brasil central com o pico pluviométrico no verão e o mínimo no inverno.

As chuvas periódicas são causadas por ventos oeste oriundos da massa de ar equatorial, e pelos ventos norte oriundos da convergência tropical. As estiagens são bem

demarcadas, associadas aos ventos nordeste e leste dos anticiclones subtropicais do Atlântico Sul e Açores.

Geologia

Uma boa parte da região, em especial a área recoberta pelas florestas ombrófilas abertas, está localizada sobre as rochas do Complexo Xingu, muito antigas, do período Pré-Cambriano Inferior a Médio. Elas constituem o embasamento da coluna estratigráfica regional e afloram com destaque na bacia do rio Xingu. É um agrupamento de rochas polimetamórficas, com um predomínio granodiorítico em relação a rochas metamórficas (granulitos, anfibolitos, gnaisses, xistos e quartzitos), metassomáticas (migmatitos), cataclásticas e metabasitos. No âmbito dessa unidade destacam-se:

- a) quartzitos, xistos e gnaisses presentes na serra da Baliza;
- b) os alinhamentos de estruturas, incluindo falhas, falhas de deslocamento horizontal e fraturas presentes nas serras do Pilão e do Estragado.

As duas outras unidades com expressão espacial significativa são Gorotire e Prosperança. Ambas são de natureza sedimentar, a primeira do Pré-Cambriano Superior B e a segunda do A. A primeira se dispõe sobre a Formação Iriri e aflora nas Serras do Pardo, do Iucatã e Porte Seguro, além de diversas manchas isoladas ao longo do rio Iriri e baixo Curuá.

À formação Gorotire está sobreposta à formação Prosperança, englobando arenito ortoquartzítico, às vezes com horizontes conglomeráticos com seixos vulcânicos. Sua exposição principal ocorre principalmente ao longo dos Igarapés Pombal e Triunfo, nas cabeceiras do Igarapé do Leite e do riozinho do Anfrísio e em algumas manchas na bacia do rio Cajari.

Com expressão espacial mais reduzida, ainda estão presentes na área de estudo o granito Maloquinha e a Formação Sobreiro (andesitos ao longo do Igarapé Triunfo) do Grupo Uatumã e aluviões ao longo do rio Iriri e Xingu.

Na figura 2.6 é apresentado o mapa de geologia da área da RESEX, com os principais tipos de rochas encontrados.

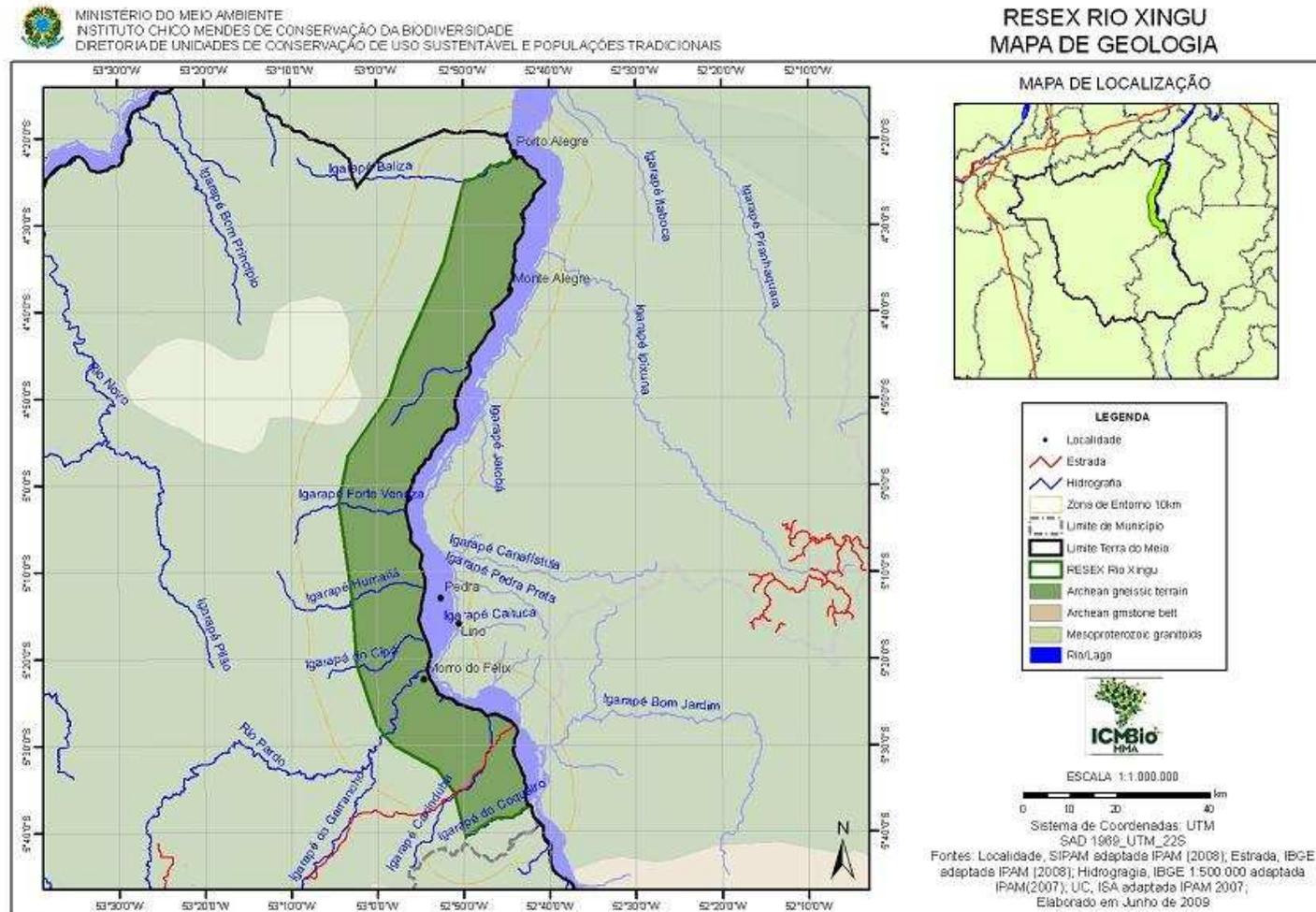


Figura 2.6. Mapa de geologia da RESEX Rio Xingu.

Relevo

Em uma escala macro-regional, a região do Médio Xingu está inserida no contexto dos planaltos residuais sul-amazônicos com intrusões e coberturas residuais circundados por áreas extensas da depressão marginal sul-amazônica. Esses planaltos residuais correspondem a uma vasta área pontilhada por intrusões graníticas pré-cambrianas, formando morros de distribuição descontínua. Junto a essas intrusões, ocorrem extensas áreas de coberturas sedimentares pré-cambrianas, que podem formar também grandes chapadas, como a Serra do Cachimbo, onde nascem os rios Curuá e Iriri. Esses planaltos são interpenetrados pela depressão marginal sul-amazônica, originados por intenso processo erosivo durante os períodos Terciário e Quaternário. Este relevo também é modelado por *inselbergs* com altitudes entre 100 e 400m, crescentes de norte para o sul e observáveis subindo os rios Curuá e Iriri.

Atualmente a morfogênese vigente na região é úmida, porém são muitas as evidências de processos erosivos semi-áridos predominantes ao longo da evolução plio-pleistocência do relevo regional, como as áreas de eversão resultantes da pediplanação pleistocênica, consumação de um pediplano pliocênico no Planalto Dissecado do Sul do Pará e a reelaboração do Pediplano Pré-Cretáceo. Também ainda são muitos os vestígios dos processos tectônicos (gargantas epigênicas, depressão periférica pós-Barreiras, embutimento do pediplano pleistocênico, *watergap* e *hogback*) nos peneplanos presentes na região.

As unidades de relevo sobre a Terra do Meio pertencem em quase sua totalidade a duas grandes unidades morfoestruturais: a Depressão Periférica do Sul do Pará e o Planalto Dissecado do Sul do Pará.

Essa depressão periférica abrange uma superfície baixa e intensamente aplainada sobre litologias pré-cambrianas na faixa dos 125 a 180 m (ver Carta Hipsometria), recoberta por floresta ombrófila aberta mista (cocal) e latifoliada (cipoal).

Esse peneplano é parte de uma extensa faixa de circundesnudação pós Barreiras, ou seja, uma depressão periférica modelada em consequência com as conformações estruturais e litológicas no contato entre os terrenos sedimentares e as bacias paleozóicas do Piauí-Maranhão e do Amazonas. Esse compartimento, gerado por processos erosivos pós-pliocênicos, caracteriza-se pela dissecação em colinas ou em colinas de topos aplainados e pela pontuação por inúmeros relevos residuais

retrabalhados por morfogênese úmida. Esses *inselbergs* apresentam-se isolados ou agrupados, algumas vezes em cristas orientadas no sentido SE-NW, e em forma de pães de açúcar. Ao longo do rio Xingu, há vestígios da pedimentação pleistocênica nos terraços baixos, igualmente afetados pela recente retomada do processo morfogenético úmido. O relevo da reserva aparece no mapa da figura 2.7.

No entanto, do ponto de vista mais prático é importante ressaltar que essa é uma região de vale, com relevo inclinado no sentido vegetação-leito do rio, e naturalmente ocorre o processo de deposição de sedimentos arrastados pelas águas da chuva do meio da floresta para a parte mais baixa do relevo; esse processo forma solos aluviais no período de seca do rio, de forma que esse fato pode se constituir em um potencial para a produção agrícola dos ribeirinhos. Esses solos são utilizados para as roças anuais e por serem ricos em nutrientes, permitem uma boa produção das roças locais.

Hidrografia

As nascentes do rio Xingu estão situadas em altitudes da ordem de 600 metros, na junção da Serra do Roncador com a Serra Formosa. Sua extensão total pode ser avaliada em aproximadamente 2.045 km, sendo 1.815 km com a denominação Xingu. A bacia hidrográfica do rio Xingu abrange uma área de 531.250 Km² e apresenta uma forma alongada com cerca de 350 km de largura média e 1.450 km de comprimento. A rede de drenagem é quase paralela entre a maioria dos afluentes e corre no sentido da declividade geral da bacia.

Na região da Terra do Meio, encontram-se numerosas ilhas, geralmente baixas e alagadiças, em muitas das quais se encontram as moradias de parte da população ribeirinha

Apesar de sua extensão, o rio Xingu não se apresenta apropriado para a navegação em larga escala. A montante da cidade de Altamira, a ocorrência de corredeiras faz com que sejam necessários pilotos acostumados com a região para realizar as viagens de acesso à RESEX.

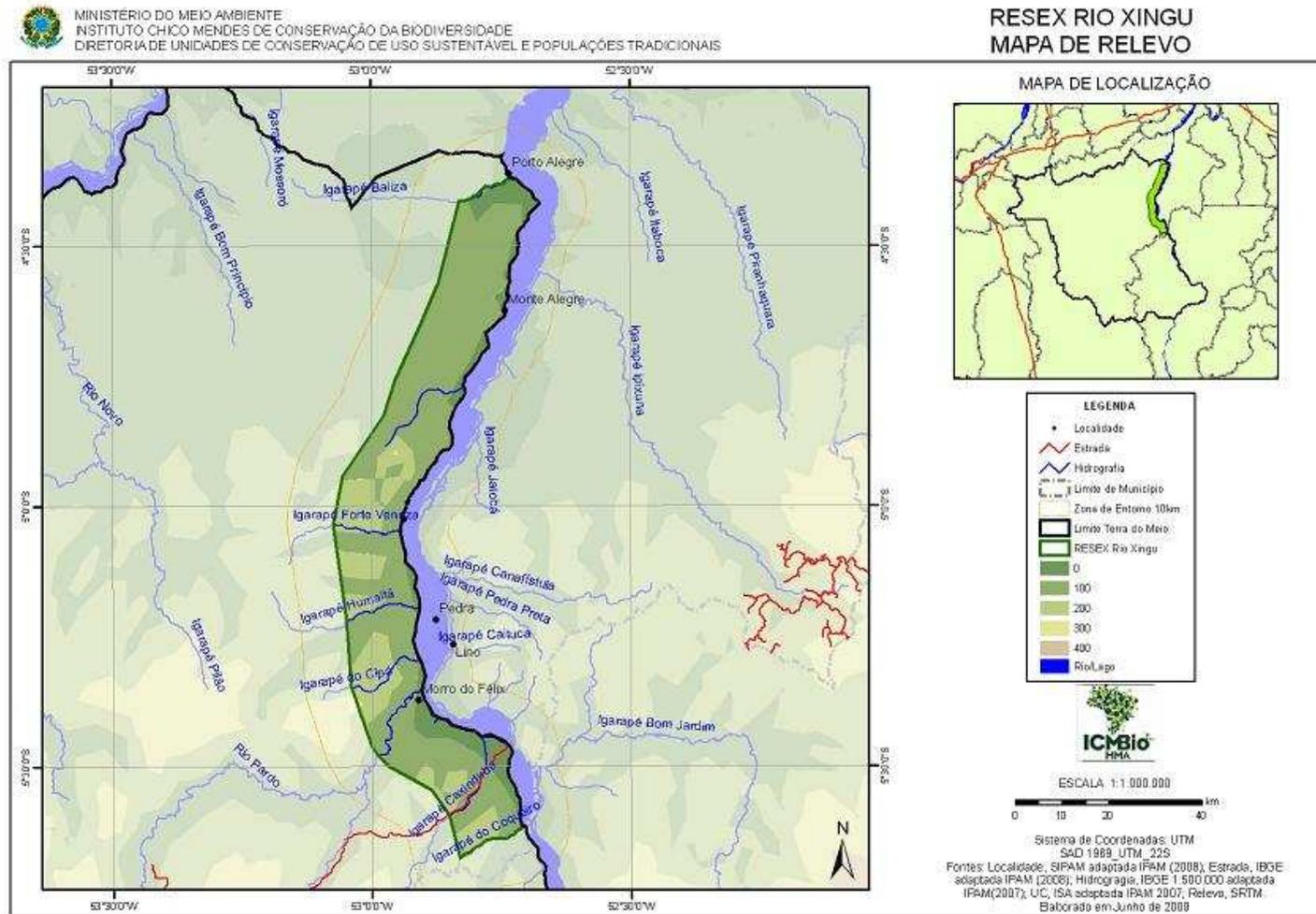


Figura 2.7. Mapa de relevo da RESEX Rio Xingu.

A parte baixa do curso possui um estirão contínuo navegável de 360 km. No curso superior, somente canoas podem navegar devido às cachoeiras, embora o trecho seja extenso. O baixo Xingu é o trecho compreendido entre Belo Monte e sua foz, na margem direita do Amazonas. Sua declividade é baixa, provavelmente semelhante à do Amazonas. É um trecho totalmente navegável. O rio apresenta-se muito largo, quase em forma de estuário, estreitando-se somente na sua foz, onde tem cerca de 7 km de largura. A influência da maré é mais evidente no trecho do baixo Xingu próximo de sua foz.

As características hidrográficas específicas da RESEX aparecem representadas no mapa da figura 2.8.

Solos

Segundo o mapa de solos da RESEX (Figura 2.9), podem ser identificados dois tipos de solos: o argissolo vermelho amarelo, predominante na área; e os neossolos litólicos. Os argissolos vermelho amarelos são solos profundos ou muito profundos, não álicos, com fertilidade natural baixa (distróficos) e moderadamente drenados. Os neossolos litólicos são solos eutróficos típicos, de fertilidade alta, porém com teores de fósforo assimiláveis baixos, também são profundos e moderadamente drenados e têm no relevo sua maior restrição.

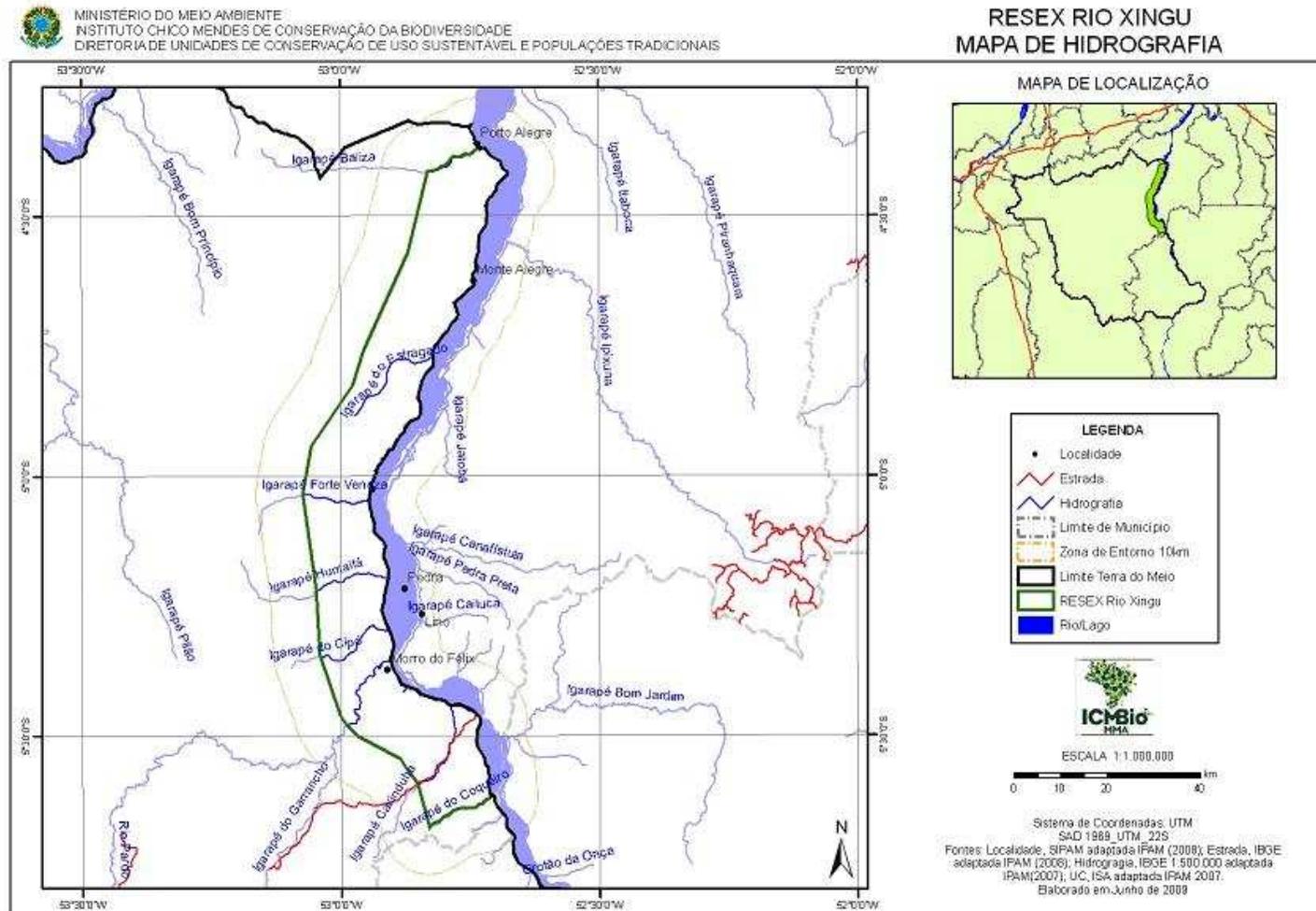


Figura 2.8. Mapa de hidrografia da RESEX Rio Xingu.

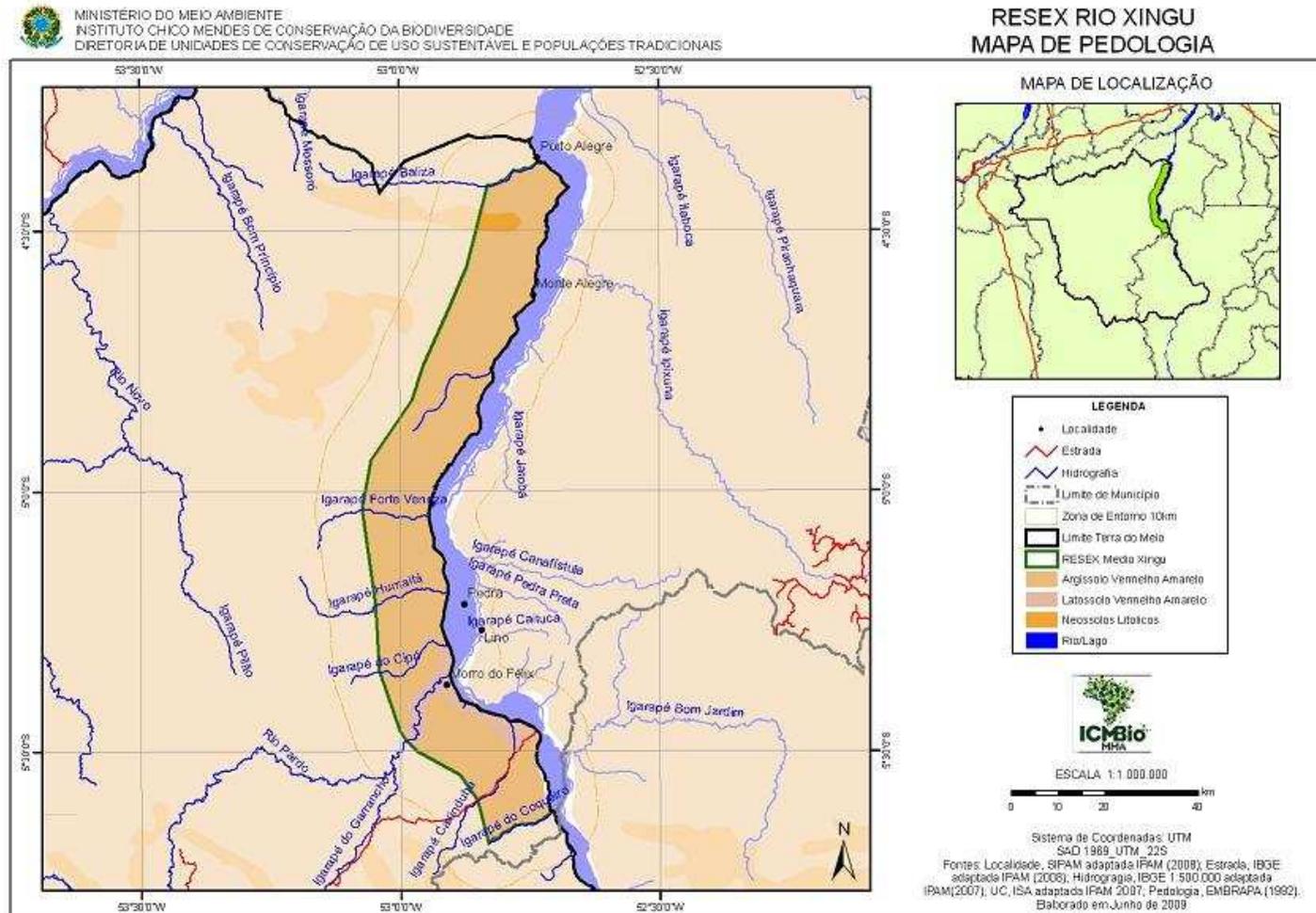


Figura 2.9. Mapa de pedologia da RESEX Rio Xingu.

2.5. População e Meio Ambiente

Dentro de uma Amazônia que tem sido em parte devastada durante as últimas décadas e continua ameaçada pela expansão da fronteira agrícola através do desmatamento ilegal para a venda de madeira e queimadas descontroladas, a Terra do Meio é um alvo evidente de conservação e uso sustentável dos recursos naturais. O estudo para a criação de um mosaico de unidades de conservação nessa região, incluindo distintas categorias de unidades de conservação e terras indígenas, ressalta a grande importância da Terra do Meio desde o ponto de vista ambiental. Esse estudo coloca em primeiro lugar o fato de a região comportar uma diversidade de formações vegetais representativas de cada ecossistema e uma variedade de formações geológicas e geomorfológicas presentes em uma grande área – com mais de 7,9 milhões de hectares. Em segundo lugar, se refere à integridade e um considerável índice de preservação das florestas, de forma geral; assim como é evidente a integração dessa diversidade de ecossistemas às áreas de entorno, sendo que todo este conjunto desempenha uma função importante para a bacia Xingu, enquanto corredor ecológico.

Para os moradores da reserva, uma das maiores vantagens de morar na área é poder fazer uso dos recursos naturais, do mesmo jeito que vem acontecendo desde que começaram a morar na região, sem que isso tenha se revertido na degradação do meio ambiente. Eles relatam que morando na RESEX a vida é mais saudável, assim como os produtos que consomem, extraídos diretamente da natureza. Afirmam que na reserva eles podem viver à vontade e tirar da natureza o que precisam para viver (Figura 2.10).

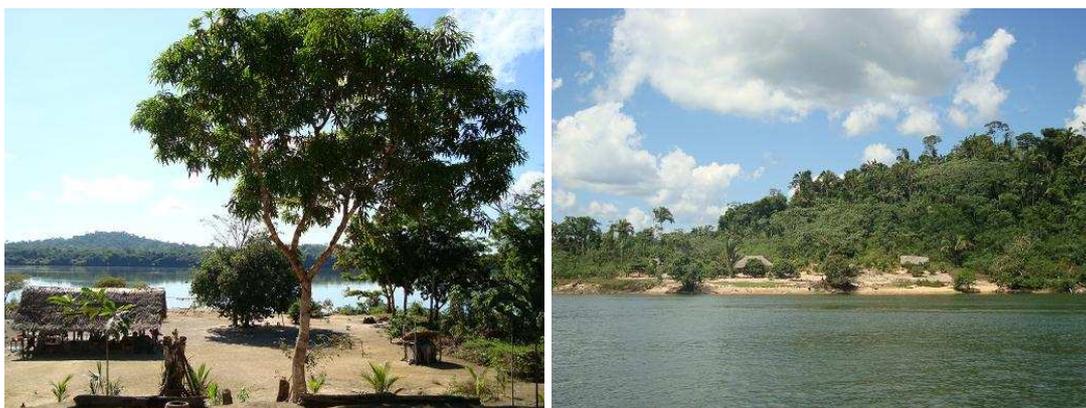


Figura 2.10. Fotos de casas de ribeirinhos rodeadas do ambiente natural.

Ao longo dos anos, como já foi mencionado, as fontes de renda dos moradores ribeirinhos tem acompanhado os grandes ciclos econômicos que resultaram na ocupação da área. Historicamente a população tem vivido de atividades como a extração da

borracha, da castanha, da pele de gato, do açaí, e mais atualmente, do peixe. O modo de essas atividades serem realizadas tem contribuído com a conservação da natureza. A madeira extraída pelos ribeirinhos é utilizada na construção de casas, canoas, remos e móveis. No levantamento socioeconômico realizado na RESEX entre outubro e novembro de 2008 pelo IPAM, em parceria com o ICMBio e o NEPO (Núcleo de Estudos de População) com financiamento da WWF (World Wildlife Fund) e do ICMBio, só 35% das famílias ribeirinhas declararam ter tirado madeira da sua área nos últimos cinco anos, sendo que os outros 65% não retiraram madeira, a maioria sob pretexto de deixar uma reserva. Na figura 2.11 pode-se observar o desmatamento acumulado dentro da área da RESEX. Complementando as atividades extrativistas, os ribeirinhos fazem uma roça que lhes permite suprir as necessidades básicas da família, e em vários casos completar a renda com a produção de milho e de farinha de mandioca, dentre outras. Essa forma que a população interpreta a natureza, instintivamente baseada no uso sustentável dos seus recursos e misturando extrativismo com agricultura de subsistência, pode ser o resultado da miscigenação entre índios e brancos que originou e caracteriza à atual população da reserva extrativista Rio Xingu.

Os moradores relatam que nunca souberam o que era conservação da natureza, mas que as práticas que são realizadas dentro da reserva vêm desde a época dos avôs, quando apreenderam, por exemplo, a abrir a roça e depois “deixar o mato crescer e só voltar a mexer naquela área quando o mato já está crescido de muito tempo”.

Como parte do levantamento socioeconômico foi aplicado um formulário de questões ambientais a ser respondido de forma espontânea pelos entrevistados. De forma geral esse estudo revela o desconhecimento por parte dos moradores sobre temas como aquecimento global, poluição e sobre a identificação dos problemas ambientais e as suas soluções.

Segundo o estudo, 52% dos entrevistados pensam que o principal problema ambiental do país é o desmatamento das florestas e 28% não soube responder. Entre os outros problemas mais citados estiveram a poluição dos rios, as queimadas e a ocorrência de enchentes (Figura 2.12). Quando perguntados sobre qual era o principal problema ambiental da comunidade, 34% dos entrevistados não souberam responder, 26% acharam que é o desmatamento das florestas, 12% mencionaram as enchentes e 6% a poluição de rios (Figura 2.13). Nas duas perguntas aparece a saúde como principal problema ambiental e na segunda pergunta também a educação, o que pode estar

expressando a grande preocupação das comunidades enquanto a esses dois temas, devido à situação crítica em que se encontram por não terem assistência médica e a primeira escola na RESEX ter sido instalada somente em 2011.

Sobre o aquecimento global, 72% dos ribeirinhos responderam que é um problema ambiental muito grave, 20% não souberam responder, só 2% disseram que é pouco grave, e 6% disseram que não é grave (Figura 2.14). No momento de identificar quem poderia ou deveria resolver esse problema, 40% responderam que a solução está nas mãos do governo federal, 27% não sabem, 11% responderam que cada um de nós é responsável por esse problema. Outros indicados foram as entidades ecológicas, o governo estadual e Deus (Figura 2.15).

Dentre as perguntas, foram lidas três afirmações, sobre as quais os ribeirinhos deveriam responder se concordavam ou não. A primeira delas foi se estavam dispostos a conviver com mais poluição se isso trouxesse mais emprego, ao que 70% responderam que não estavam de acordo, 18% falaram que sim e outros 12% não souberam responder, na maioria dos casos por desconhecer o que é poluição (Figura 2.16).

A segunda afirmação era que o Brasil era um país com uma natureza rica e não precisaria controlar a exploração dos recursos naturais. Dos entrevistados, 70% responderam que não concordam com essa afirmação, 16% estiveram de acordo e 14% não souberam responder (Figura 2.17).

Num terceiro momento foi perguntado se a natureza é sagrada e o homem não deve interferir nela ao que 48% afirmaram não concordar, 40% estiveram de acordo e 12% não souberam responder (Figura 2.18).

Foi constatado que os ribeirinhos com maior acesso aos meios de comunicação, como rádio e televisão, e também os que têm maior interação com a cidade, tem maior conhecimento sobre os temas ambientais da atualidade.

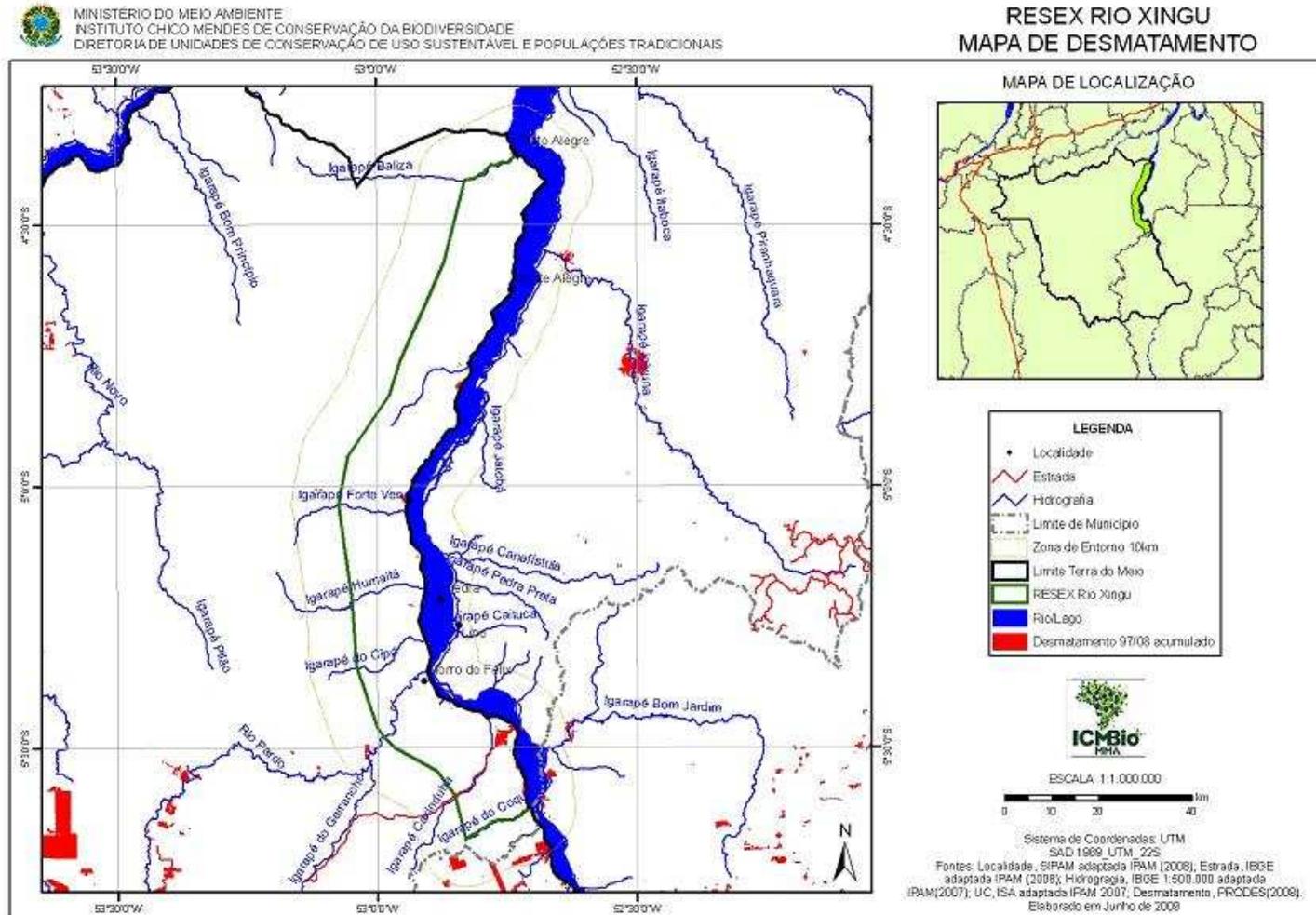


Figura 2.11. Mapa de desmatamento na área da RESEX.

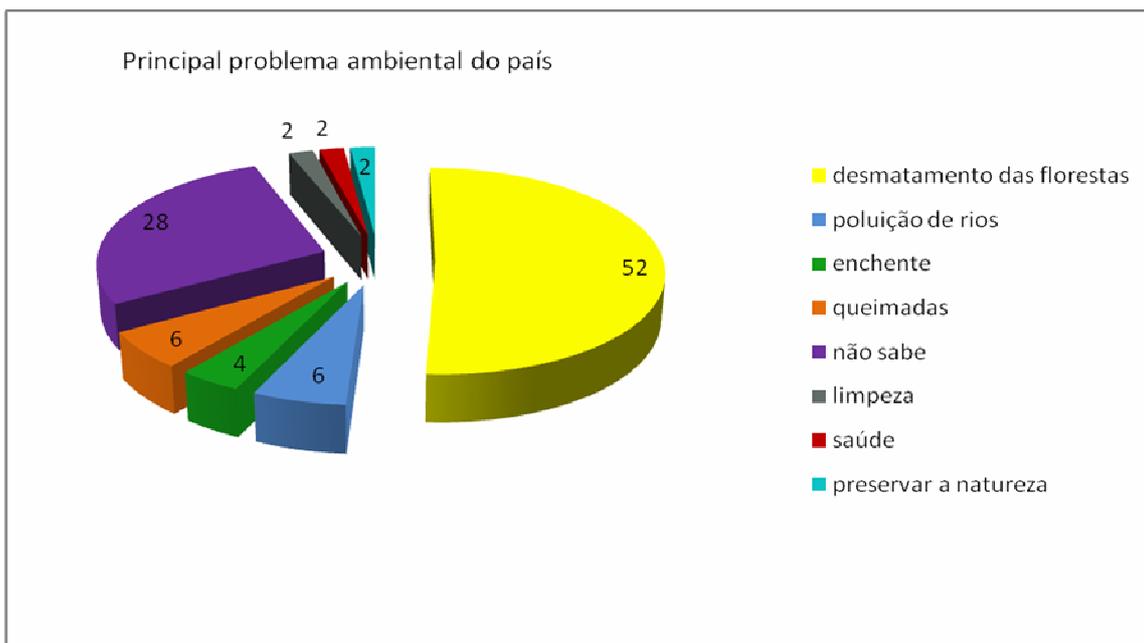


Figura 2.12. Respostas expressas em percentagem à pergunta: Qual o principal problema ambiental do país.

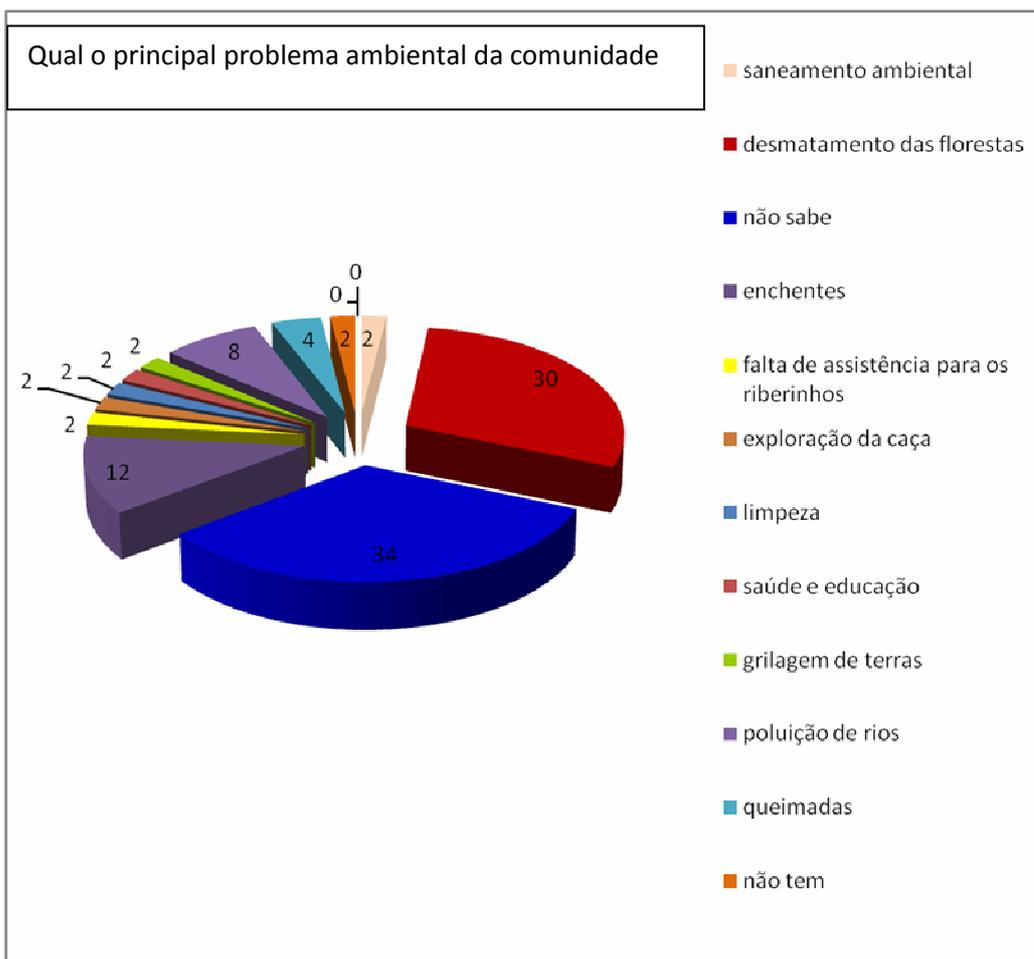


Figura 2.13. Respostas expressas em percentagem à pergunta: Qual o principal problema ambiental da comunidade.

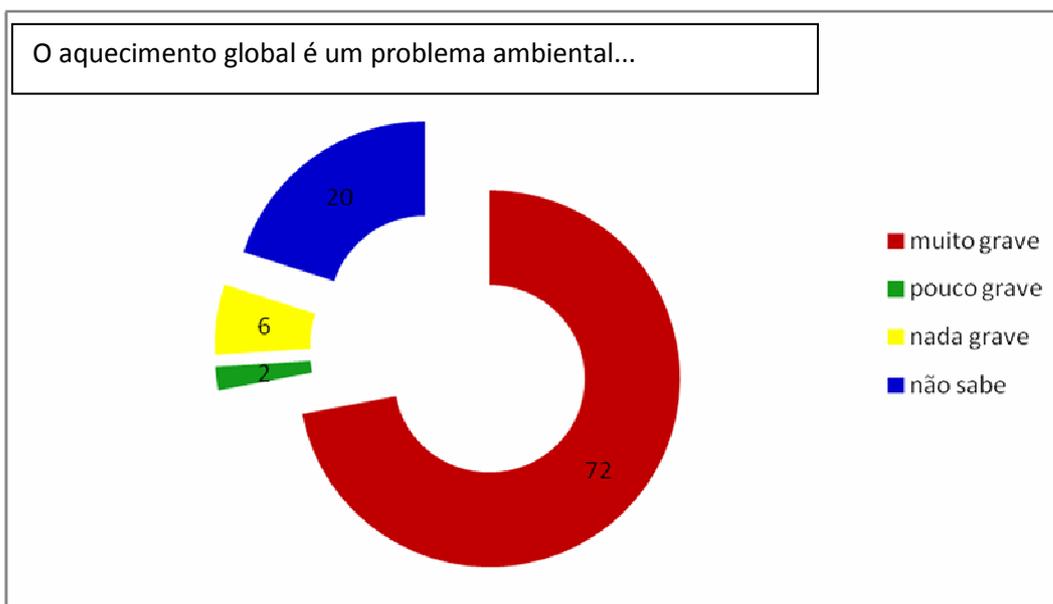


Figura 2.14. Respostas expressas em percentagem à pergunta: O aquecimento global é um problema ambiental muito sério, pouco sério ou nada sério.



Figura 2.15. Respostas expressas em percentagem à pergunta: Quem deveria ou poderia resolver o problema do aquecimento global?

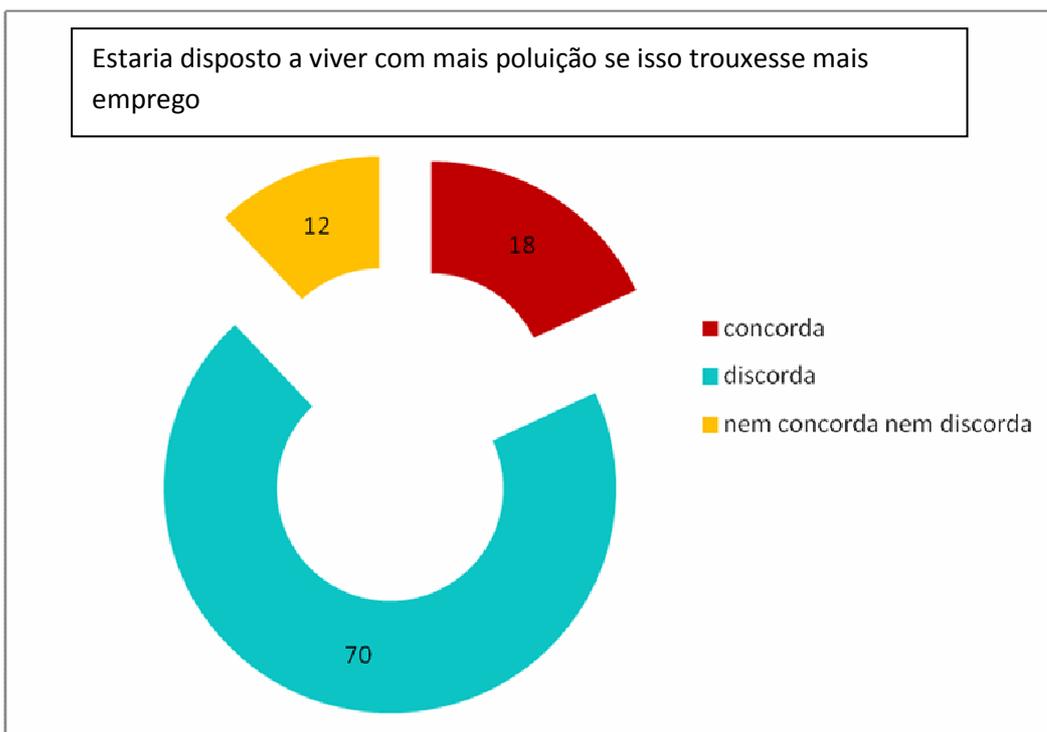


Figura 2.16. Respostas expressas em percentagem à pergunta: Estaria disposto a viver com mais poluição se isso trouxesse mais emprego.

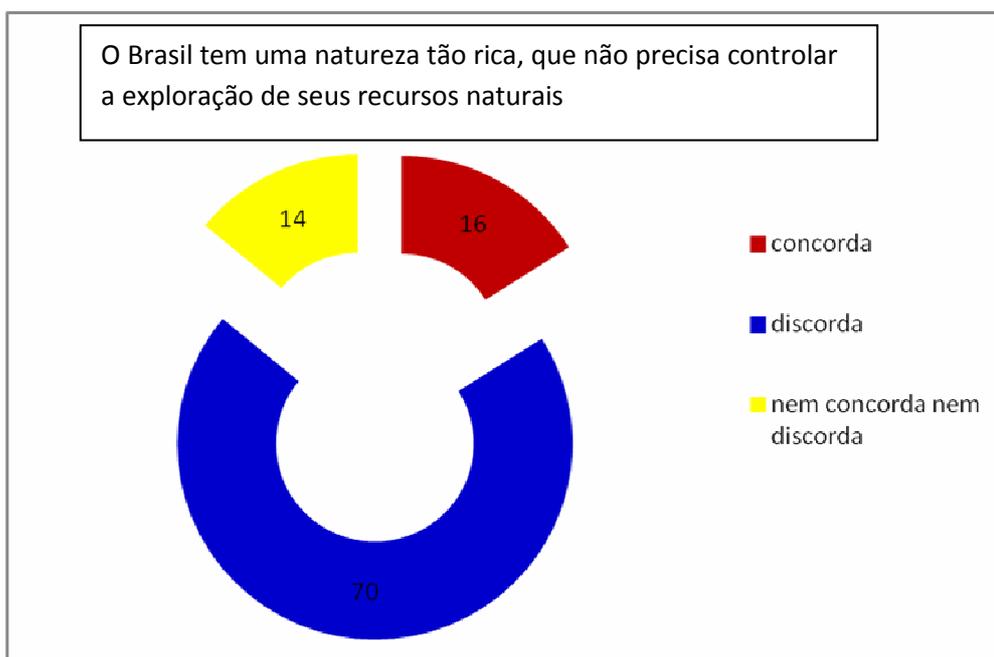


Figura 2.17. Respostas expressas em percentagem à pergunta: O Brasil tem uma natureza tão rica, que não precisa controlar a exploração de seus recursos naturais.

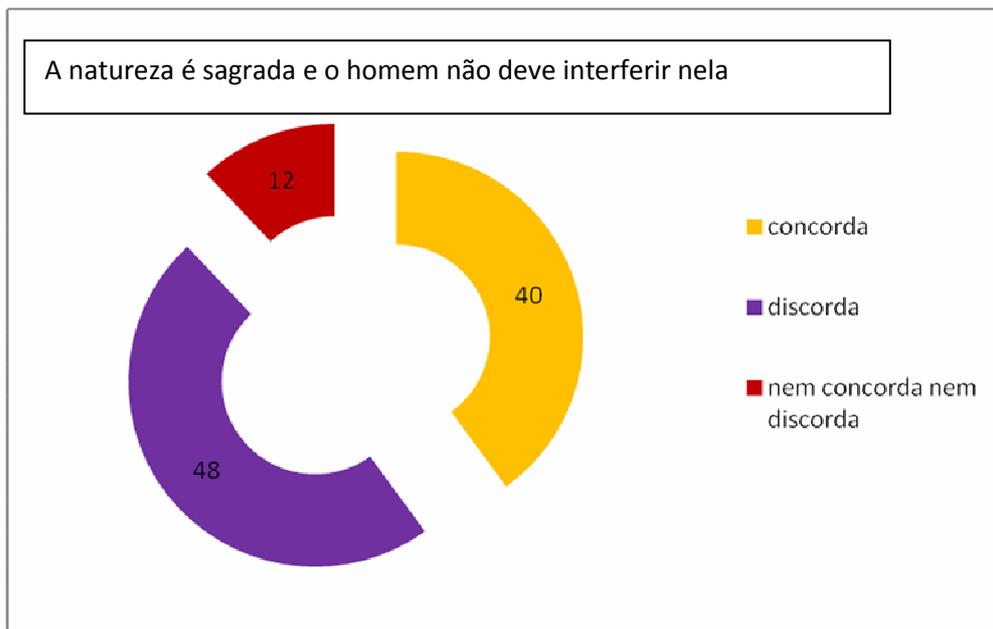


Figura 2.18. Respostas expressas em porcentagem à pergunta: A natureza é sagrada e o homem não deve interferir nela.

2.6. Caracterização Social

2.6.1. Perfil da População

Segundo o estudo realizado para a criação do mosaico de unidades de conservação da Terra do Meio (MMA, 2003), as populações tradicionais da região caracterizam-se por uma economia de base extrativista e de subsistência; por uma relação histórica e cultural com os povos indígenas e novos imigrantes extrativistas; por um domínio de um corpus de conhecimento historicamente construído sobre o meio e; atividades de baixo impacto sobre o ambiente. Pode-se dizer que a população do Xingu segue basicamente esses padrões.

Os estudos realizados anteriormente no Xingu tinham uma abrangência maior do que a área do decreto de criação da RESEX, pelo que fica difícil comparar com os últimos dados disponíveis. COUDREAU (1977) fez uma viagem pelo Xingu em 1896 e relata a existência de 804 moradores na área entre a foz do rio Tucuruí, no município Vitória de Xingu e um local conhecido como Pedra Seca, que fica próximo ao limite com Mato Grosso. O Padre Ângelo Pansa (PANSA, 1984), que realizou um estudo entre a boca do rio Iriri e uma região próxima a São Félix do Xingu, estimou 400 moradores no Xingu. No estudo encomendado pelo MMA, motivado pelas exigências do movimento social e

coordenado pelo ISA (MMA, 2003) foram encontrados 190 moradores entre a foz do Iriri e o Porto que vai para a estrada da Canopus, no Xingu. Em 2005 foi realizada uma expedição com a participação e apoio do IBAMA, a CPT, a WWF Brasil, a FVPP e a *Environmental Defense* - ED. Eles percorreram a área entre os igarapés Cajueiro, localizado no limite entre a TI Kararaô e a ESEC da Terra do Meio, pelo Xingu até o igarapé Primavera que representa hoje o limite sul do PARNA Serra do Pardo, estimando um tamanho populacional de 150 moradores (MMA, 2005).

No levantamento socioeconômico de 2008, no qual foram visitadas todas as casas, foi encontrado um total de 249 pessoas se beneficiando da reserva. Durante o cadastramento oficial dos beneficiários da RESEX realizado entre julho e agosto de 2009 junto com a elaboração do Plano de Manejo foi possível registrar 298 pessoas entre moradores e usuários da reserva², para um total de 96 núcleos familiares encabeçados por maiores de 18 anos. Cabe destacar que o termo usuário foi introduzido na RESEX durante a construção do Plano de Manejo com o objetivo dos moradores fazerem o exercício de se identificar a si mesmos como moradores ou usuários. Foi definido como usuário aquelas pessoas que não tem residência fixa na RESEX, mas que trabalham nela, ou usam os recursos naturais da mesma. Os mapas das figuras 2.19 e 2.20 representam a distribuição atual dos moradores na Reserva Extrativista do Rio Xingu.

Em expedição realizada no mês de junho de 2009, a primeira para a formação do Conselho Deliberativo, com a participação do ICMBio, a WWF, o IPAM e o LAET se teve conhecimento de duas famílias que estão passando o processo para morar na RESEX. Constantemente existem famílias que reivindicam entre os moradores efetivos, a licença para voltar a morar na RESEX, este processo consiste na apresentação de uma solicitação através de uma carta durante as assembleias gerais da RESEX, e posteriormente os moradores e conselheiros apreciam o pedido, caso seja aprovado o pedido, é feito uma exigência de um período de 01 ano para que aquela família abra a sua colocação, construa a sua residência e se fixe na RESEX, caso a pessoa não cumpra esse devido prazo, ela perderá a licença de moradia. A lista de beneficiários da RESEX aparece no Anexo B.

² São pessoas nascidas na RESEX, que não são mais moradoras, mas ainda mantém uma relação de dependência, como caça e pesca, e também de parentesco, de forma que a Resex é um ponto de descanso e refúgio em período de férias escolares e feriados prolongados.

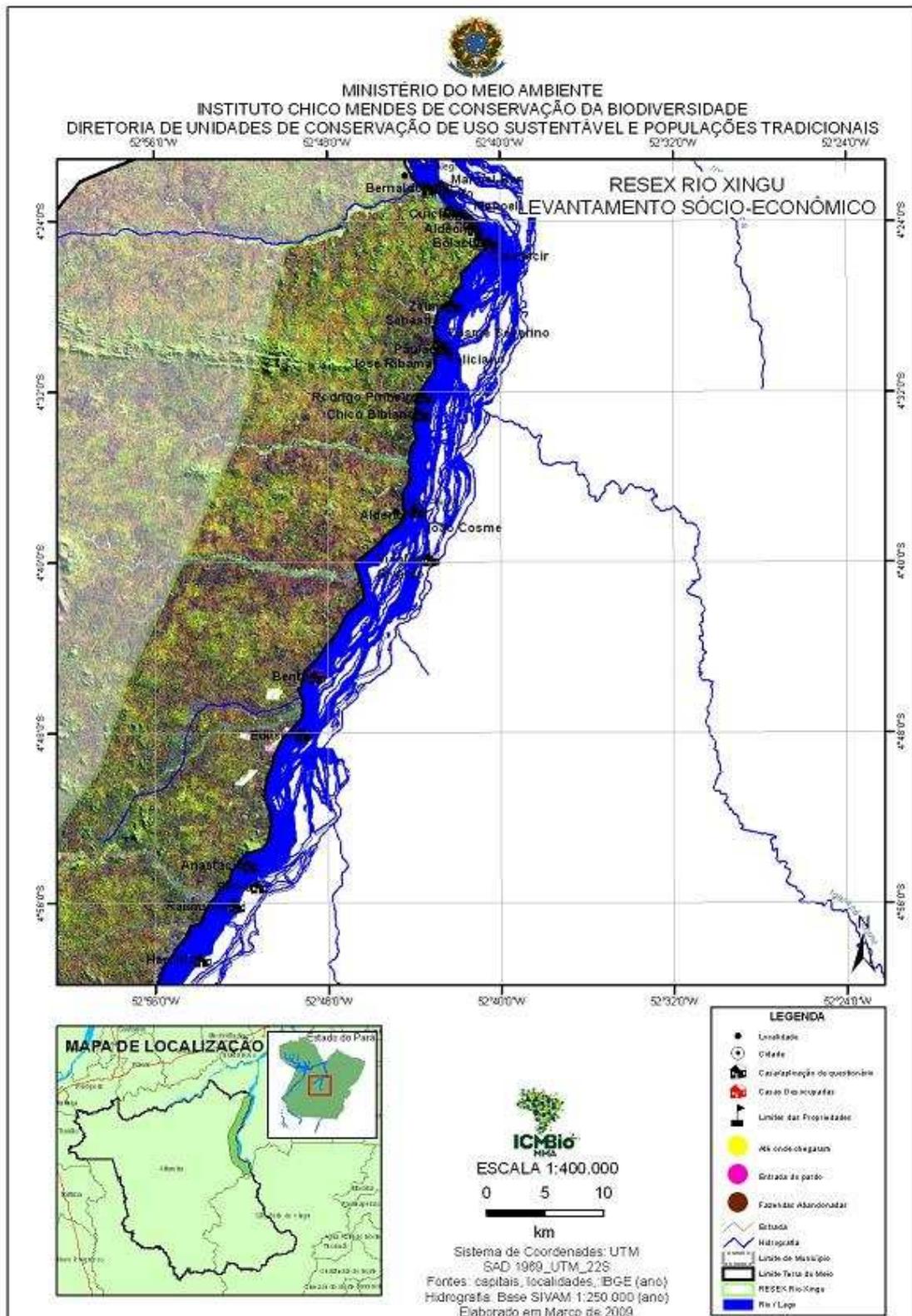


Figura 2.19. Mapa de distribuição atual dos moradores da RESEX Rio Xingu, entre o extremo Norte da RESEX e a comunidade Forte Veneza.

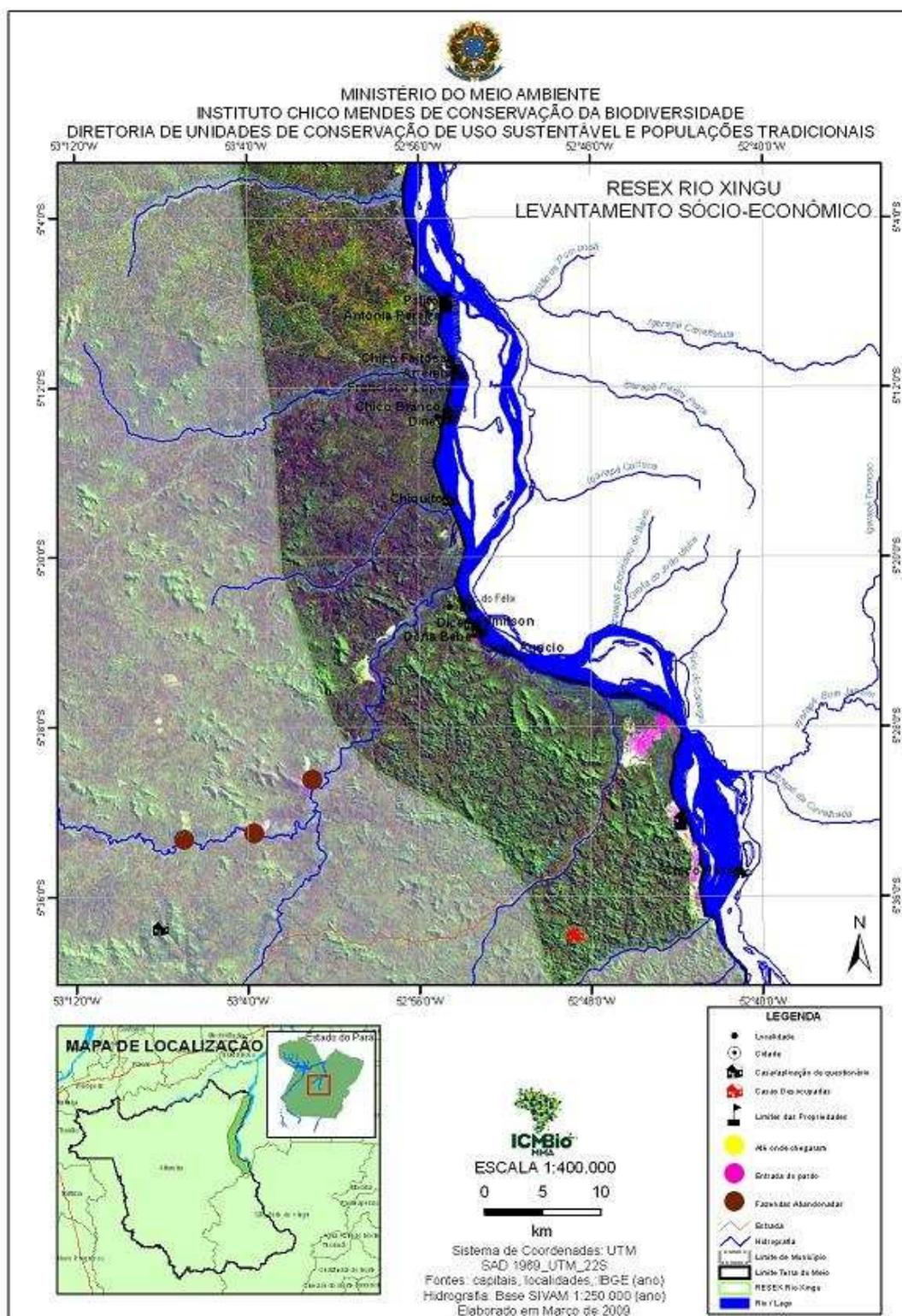


Figura 2.20. Mapa de distribuição atual dos moradores da RESEX Rio Xingu, entre a comunidade Forte Veneza e o extremo sul da RESEX.

A proporção de sexos acontece da seguinte forma, 43% da população são mulheres e 57% são homens. Na figura 2.21, aparece representada a distribuição da população por idade. Mais da metade (53%) não é maior de 18 anos, e 69% não possuem mais de 30 anos, o que é característico de uma população jovem e em crescimento. Os maiores de 65 anos representam 4% da população.

A figura 2.22 permite ter uma idéia dos setores da população que participam ativamente das reuniões.

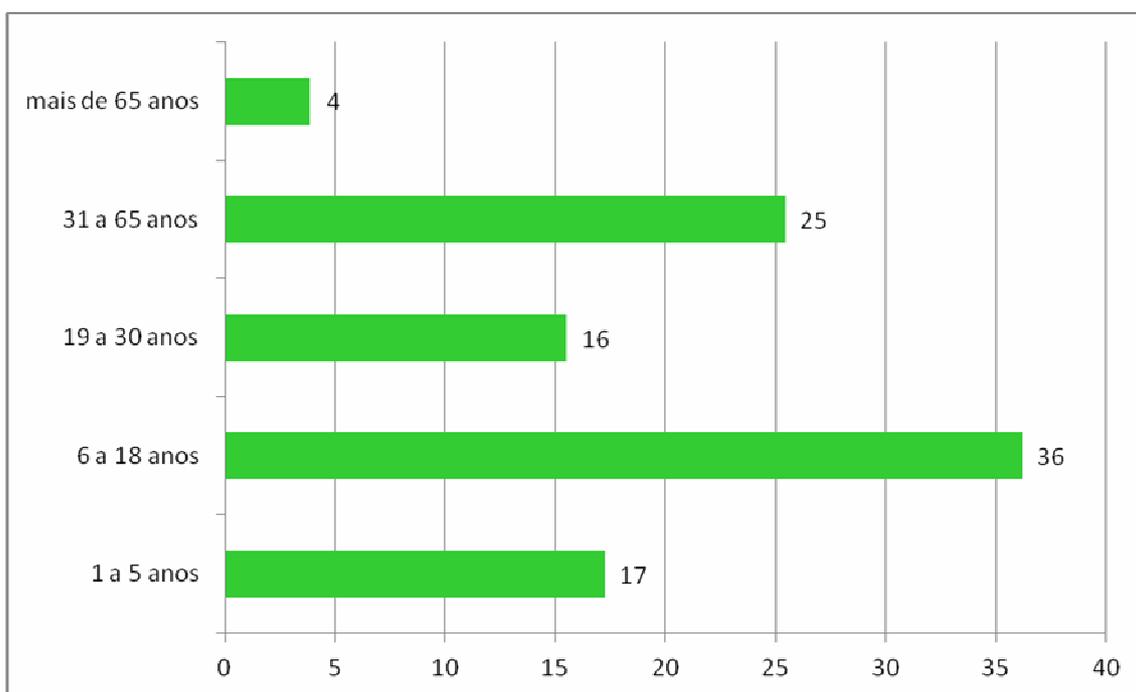


Figura 2.21. Distribuição etária da comunidade expressa em percentagem de indivíduos.



Figura 2.22. População ribeirinha participante das reuniões de formação do Conselho Deliberativo, acompanhada da equipe de trabalho.

Os dados coletados sobre etnia e cor durante o levantamento revelam que a maior parte da população (68%) se denomina pardo, 17% negros e 7% são branco. Há uma pequena representação da etnia indígena e de pessoas de pele amarela, descendentes de asiáticos, sendo assim um reflexo da mistura de origens que conforma a atual população do Xingu (Figura 2.23).

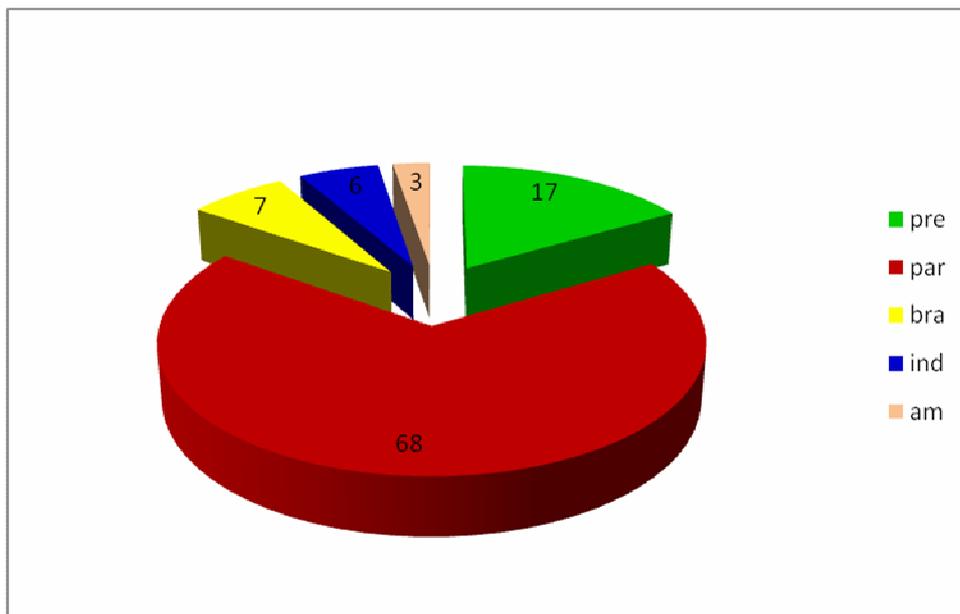


Figura 2.23. Distribuição da população em etnia e ou cor da pele, expressa em percentagem.

No levantamento foram identificadas 12 comunidades com famílias residentes: Baliza, Pedra Preta, Monte Alegre, Carreira Comprida, Morro Grande, Forte Veneza (só apareceu nas entrevistas feitas na cidade com um grupo de moradores ou usuários que não se encontraram na reserva durante o período do levantamento), Ilha do Belo Horizonte, Humaitá, Bom Jardim, Morro do Juriti e Morro do Félix, sendo as mais povoadas a Baliza, a Pedra Preta e o Morro Grande. Durante a construção do cadastramento da RESEX foi identificada a comunidade Dico Preto.

2.6.2. Territorialidade e Sazonalidade

A distribuição atual das moradias dentro da área da RESEX é resultado do modelo de ocupação tradicional e do histórico de colonização da região, acentuado pela diminuição da população, devida à falta de opções econômicas dos últimos anos e às pressões dos grileiros para os ribeirinhos saírem da região. A migração da margem direita do rio para a margem esquerda aconteceu entre as décadas de 80 e 90 motivada pela criação das TI Koatinemo, Araweté do Igarapé Ipixuna e Apyterewa, na margem esquerda. Antes daquele momento praticamente a metade dos moradores morava na margem esquerda. As moradias se encontram afastadas umas das outras ao longo da beira do rio, sendo que numa mesma localidade não existem mais de três casas, pertencentes, via de regra, aos integrantes de um mesmo grupo familiar.

O conceito de propriedade, para a maioria dos moradores, se reduz à abertura onde se encontram a casa e o quintal ou sítio (área utilizada para plantio de frutas e legumes), à área da roça, aos castanhais de onde a família faz extração da castanha anualmente, às antigas estradas da seringa que eram utilizadas pela família, e a alguns trechos do rio, geralmente próximos da casa, nos quais a pesca é realizada só pelo núcleo familiar. Na maioria dos casos os moradores dizem que começaram a tomar conta da localidade onde moram através de herança ou posse.

Mesmo morando isolados uns dos outros, existem grupos de famílias que se reconhecem como moradores de uma comunidade determinada, cujos nomes datam dos princípios da ocupação, e provêm dos nomes de igarapés, ilhas, grandes seringais ou expressões da paisagem, como morros e grandes pedras.

Atualmente a população da RESEX está distribuída em quatro grandes regiões, que coincidem com algumas das antigas comunidades que passaram a ser, ao longo do tempo as mais povoadas. Elas são:

Baliza: no limite Norte da RESEX, deve seu nome ao igarapé Baliza.

Pedra Preta: a continuação do Baliza, antigamente era conhecida como Morro das Guaribas, nome de um morro que se encontra a jusante no rio. Foi chamada de Pedra Preta pelos técnicos da SUCAM anos atrás, devido à presença de uma grande pedra preta que existe numa das ilhas do rio, denominação que foi aceita pelos moradores. Reúne moradores da Pedra Preta e Monte Alegre.

Morro Grande: deve seu nome a ocorrência de um morro numa das ilhas do rio, no topo do qual os moradores referem que existe um lago. Nele se juntaram os moradores das comunidades “Vai quem quer”, Ilha Belo Horizonte, Forte Veneza, parte da Humaitá, com os do Morro Grande.

Morro do Félix: localizado no extremo sul da RESEX, na área do antigo seringal Caxinguba. Agrupa moradores do Morro do Juruti, Carrera Comprida, parte do Humaitá, Morro do Costinha, Bom Jardim e Bela Vista.

Durante os últimos anos, vários moradores abandonaram as suas moradias dentro da RESEX, em alguns casos à procura de melhores condições de vida na cidade, como escola para os filhos e acesso a assistência médica; em outros, fugindo dos grileiros que obrigavam a vender as terras e os ameaçavam de morte. A cidade de

Altamira foi o principal alvo dessa migração na região. Muitos desses moradores continuam voltando à RESEX anualmente na época da coleta da castanha, sendo que os seus castanhais e as localidades onde moravam continuam a ser respeitados pelos outros moradores. Muitos também voltam periodicamente para pescar. Outros viraram atravessadores de peixes e/ou regatões e se dedicam a levar o peixe até as cidades para a comercialização, bem como vender dentro da RESEX mercadorias vindas da cidade.

Dada a relativa proximidade da reserva com a cidade de Altamira e o fato de muitos ribeirinhos terem parentes morando na cidade, é comum encontrar moradores da RESEX em Altamira.

2.6.3. Formas de Organização

A base principal da organização da população do Xingu se estabelece em torno dos núcleos familiares e em alguns casos, de pequenas redes de vizinhança. Entre as famílias dos ribeirinhos as relações sociais ocorrem permeadas pelo parentesco e em alguns casos, pela proximidade das moradias.

A partir das reuniões realizadas recentemente na RESEX para a formação do Conselho Deliberativo, a comunidade se organizou nos quatro grupos mencionados anteriormente, que inicialmente eram somente três juntando Baliza e Pedra Preta, mas como essas são duas das localidades mais povoadas, optou-se por fazer mais um grupo, devido a essa divisão facilitar a discussão de temas complexos com a comunidade, pois reúne pessoas com históricos semelhantes, e em consequência com interesses e conflitos semelhantes por morar em áreas próximas e ter basicamente histórias de uso e ocupação parecidas.

Desde o ano de 2007, antes mesmo da criação da RESEX, existe uma associação de moradores, a Associação de Moradores do Médio Xingu (AMOMEX). Em 19 de abril de 2009, foi realizada uma reunião com os moradores da RESEX, conduzida por representantes da FVPP, ISA e IPAM, onde mais uma vez concordaram com a necessidade de estarem organizados numa associação, discutiram o estatuto e foi escolhida e empossada a diretoria para o período de 2009 - 2011. A associação está atualmente legalizada.

Embora a pesca seja atualmente a principal fonte de renda da reserva, alguns ribeirinhos têm dificuldades em conseguir a emissão de suas carteiras de pesca junto à Colônia de Pescadores de Altamira (Z51), e conseqüentemente, não acessam o Seguro Defeso durante os quatro meses em que é proibida a pesca.

2.6.4. Divisão do Trabalho

Dentro das famílias o trabalho mais pesado geralmente é realizado pelos homens e as atividades domésticas são realizadas pelas mulheres. Algumas mulheres também exercem função de parteiras. Os filhos pequenos geralmente não desenvolvem nenhuma atividade e vão se incorporando as atividades dos pais quando vão ficando maiores. A partir dos seis anos geralmente os filhos começam a acompanhar os pais nas atividades produtivas. Esta relação de proximidade possibilita a educação dos filhos e é fundamental para continuidade da cultura ribeirinha extrativista. As formas de interação entre pais e filhos, mães e filhas agregam conhecimentos intrínsecos à família e garante a perpetuação dos conhecimentos familiares.

No levantamento realizado foi possível constatar que metade das mulheres entrevistadas, além de se dedicarem às atividades domésticas, também está incorporada às atividades produtivas como agricultura na roça da família e pesca. Uma das mulheres afirmou que, no passado, também participava da safra da castanha. Também ficou evidente que algumas mulheres antes do casamento só se dedicavam ao trabalho doméstico e depois de casadas passaram a contribuir com a renda familiar participando das atividades agrícolas ou da pesca.

2.6.5. Atividades Culturais, Esportivas e Religiosas

Sempre que possível, as festas acontecem e os jogos de futebol também, por iniciativa da comunidade e transcorrem na maior alegria e bom relacionamento entre os vizinhos. Geralmente as reuniões promovidas pelas distintas instituições, quando acontecem dentro da RESEX, são uma boa justificativa para organizar festas que podem durar a noite inteira e até continuarem no dia seguinte. Aniversários são também momentos em que os vizinhos mais próximos costumam se encontrar.

Anos atrás existia a tradição de celebrar algumas datas em distintas localidades da reserva. No Forte Veneza era celebrado o dia de São Félix há mais de 20 anos. A festa de São Francisco, dia 04 de outubro era sempre celebrada na boca do Rio Pardo. Também era celebrada na RESEX a festa de São Sebastião que continua a ser celebrada anualmente na vila de São Sebastião, atualmente dentro do PARNA Serra do Pardo. As pequenas festas aconteciam com frequência. Nos tempos em que a renda era melhor era possível se afastar do trabalho por alguns dias em prol desses eventos. Dentro da RESEX existem campos de futebol nas localidades Pedra Preta, Morro Grande, Morro do Juruti e Monte Alegre, coincidindo com alguns dos locais onde geralmente são celebradas as reuniões com as comunidades. Antigamente a maior atividade de futebol era no Forte Veneza, Vai Quem Quer e Morro Grande. Os moradores relatam que eram formados times e os jogos aconteciam com maior frequência. Também contaram como as bolas que usavam eram feitas de seringa, chamadas de bola ligeira.

A maior parte da população (96%) é católica, sendo que só um casal é evangélico e uma família de seis pessoas manifestou que não pratica nenhuma religião. A prelazia do Xingu nos últimos tempos, na pessoa do Padre Andoni, tem subido duas vezes por ano para fazer batismos e casamentos, pois as uniões se formalizam geralmente de forma espontânea quando o casal passa a morar junto.

2.6.6. Infraestrutura

Moradias

As moradias da reserva são construídas utilizando materiais disponíveis na floresta. A cobertura é geralmente de palha. O piso é de terra exceto numa das moradias em que é de cimento. Já os materiais para a construção das paredes variam, sendo os mais utilizados a palha, a madeira e o barro, todavia há casas sem paredes, no interior das quais geralmente é feito um quarto, privativo através de paredes de algum dos materiais mencionados com uma estrutura de madeira e tecido (Figura 2.24).



Figura 2.24. Casas da RESEX com as paredes construídas de diferentes materiais (começando pela esquerda: aberta com quarto de paredes de tecido; paredes de barro; paredes de palha).

Não existe rede pública de energia na reserva, a maioria dos moradores usa lamparina como fonte de luz, sempre que têm o combustível para acendê-la, o que nem sempre é possível. Somente quatro moradores afirmaram usar gerador, um deles de propriedade da localidade onde mora, e uma família possui placa solar. As águas destinadas ao uso doméstico provêm do rio e só uma das famílias usa também água de um açude. Referente ao esgoto, só uma moradia possui fossa negra, as outras não tem. Também não tem banheiro, sendo que as necessidades fisiológicas são realizadas na floresta próximo da casa e as pessoas tomam banho diretamente no rio. O lixo é queimado por um percentual de 51% das famílias e jogados no solo por 40% dos ribeirinhos. Um percentual de 6% da população utiliza as duas técnicas e só uma família os enterra (Figura 2.25).

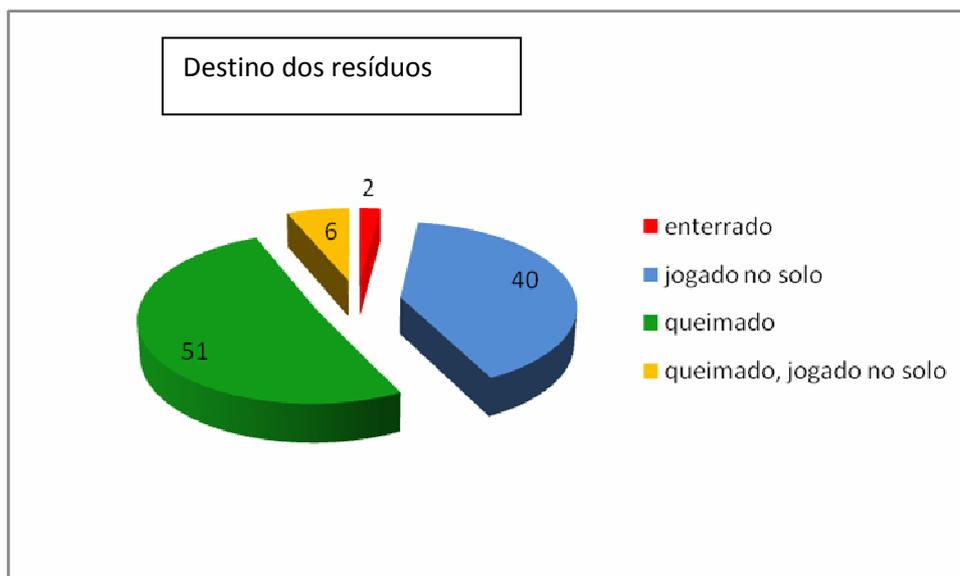


Figura 2.25. Destino que seguem os resíduos dos moradores da RESEX, expressos em percentagem.

Infraestrutura comunitária

A partir da criação da AMOMEX alguns meios de transporte foram distribuídos entre as localidades para ficarem ao serviço dos moradores. Dentre eles o “Águia do Xingu”, barco comunitário que está sob os cuidados do presidente da associação e é utilizado para o transporte de comunitários, de equipamentos e uso próprio do presidente da AMOMEX (Figura 2.26).



Figura 2.26. Barco Águia do Xingu, pertencente à AMOMEX.

A associação também possui cinco aparelhos de rádio amador, distribuídos ao longo do rio nas comunidades Baliza, Pedra Preta, Morro Grande e Bela Vista e um rádio no barco. Também existe como propriedade da associação um motor rabeta.

2.6.7. Acesso a Políticas Públicas

Saúde

A questão da saúde é uma das principais preocupações e carências da população ribeirinha do Xingu. É a principal causa que faz com que os ribeirinhos se desloquem até a cidade de Altamira já que na RESEX não existe nenhum tipo de assistência médica. Segundo relatos dos moradores e constatação do ICMBio, a saúde é um dos principais problemas identificados como responsáveis pela vida na RESEX ser muito difícil e pelo alto índice de mortalidade, sendo comum conversar com mães que sepultam seus filhos, sendo que não existe nenhum posto de saúde nem agente comunitário.

Nas áreas próximas à RESEX os moradores encontram atendimento básico nos postos de saúde das TI. Dentre as doenças mais frequentes da população se encontram a malária, a gripe, as diarreias e as infecções. Pelo menos uma família dentro da reserva tem membros padecendo de hanseníase, doença que precisa de um tratamento prolongado e de orientação médica específica devido à condição contagiosa da enfermidade. Analisando os índices de natalidade e da mortalidade infantil podemos perceber que nos casos dos filhos que morrem depois de nascidos, as causas da morte são geralmente desconhecidas e interpretadas pelos familiares com base em seu conhecimento empírico. Nos dados coletados é frequente detectar a morte das crianças por causa de sarampo. A população não tem acesso a vacinas de forma sistemática, pois não existe um planejamento municipal de saúde para o atendimento dessas comunidades, que só conseguem assistência quando se deslocam até a cidade, ou esporadicamente quando ocorrem comandos de saúde realizados pela SESMA (Secretaria Municipal de Saúde de Altamira).

Em expedição realizada em abril de 2009, sob a coordenação da FVPP, IPAM e ISA, foi estabelecida uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde através da qual foi levada a campo uma equipe de saúde formada por um dentista, um auxiliar de dentista, uma enfermeira, uma técnica em enfermagem e duas vacinadoras, que realizaram atendimentos básicos de saúde e vacinaram às crianças desde o limite norte da RESEX até a localidade Morro Grande.

A falta de atendimento médico na área, junto com a falta de escolas (o que será tratado posteriormente) é um dos fatores que tem movido a população a abandonar a área da reserva à procura de melhores condições de vida para os filhos.

Educação

A educação, juntamente com a saúde é um dos principais problemas expostos pelos moradores. Somente em 2011 duas escolas começaram a funcionar na RESEX, na comunidade Morro Grande e na comunidade Pedra Preta. Ainda assim, grande parte das crianças da unidade continuam desatendidas, em razão da distância de suas moradias, dificuldade de transporte e do fato dos professores só estarem ministrando as séries iniciais. O levantamento socioeconômico de 2008 revelou que 72% da população maior de cinco anos de idade não é alfabetizada (Figura 2.27). Dentre os que completaram

outras séries, se encontram algumas crianças que estão estudando na cidade, enviadas pelos pais para morar na casa de algum parente e às vezes acompanhadas pela mãe, que abandona a casa na reserva para ir cuidar dos filhos até concluírem pelo menos o nível fundamental.

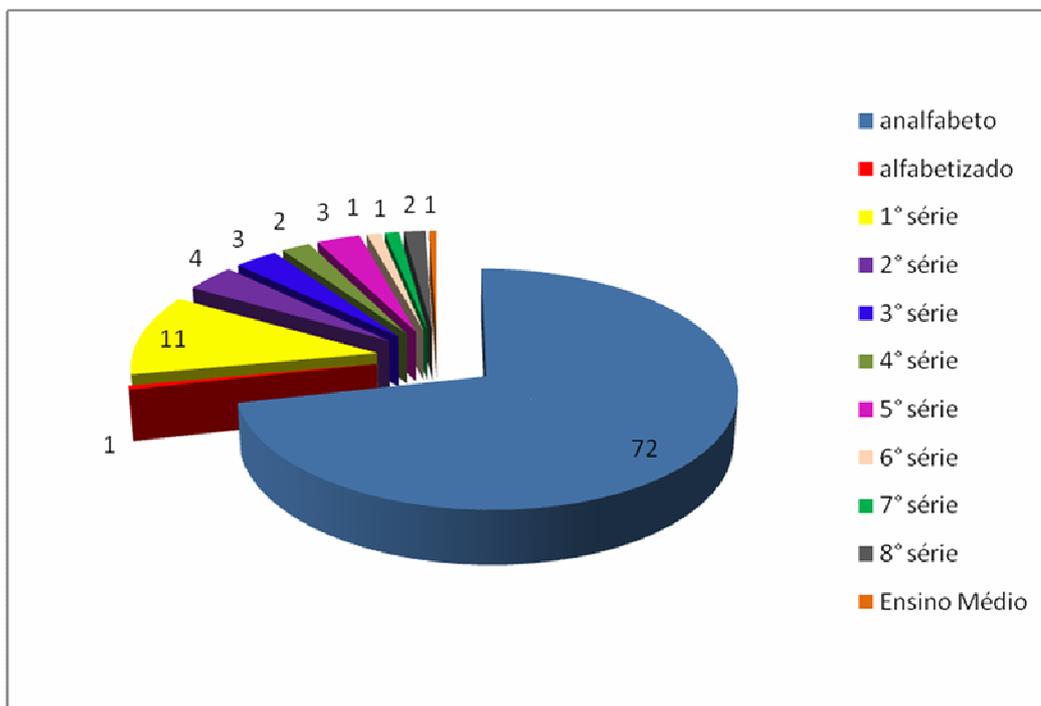


Figura 2.27. Percentagem da população que alcançou os distintos níveis de ensino.

A falta de acesso à educação é uma das causas que têm provocado historicamente a migração dos moradores para as cidades à procura de um melhor futuro para os filhos através da participação de políticas públicas como saúde e educação que são direito de todo cidadão e que ainda não chegaram à RESEX.

Durante a expedição de abril de 2009, foram escolhidas quatro comunidades para construir escolas, nas quais serão beneficiados 53% dos moradores menores de 18 anos. Também foram identificados quatro moradores que poderiam assumir a função de professores, pois possuem o nível suficiente para ensinar as primeiras séries. A RESEX também precisa de um programa de alfabetização para os adultos.

Durante as expedições é levada uma professora que se encarrega de fazer atividades didáticas educacionais com as crianças enquanto acontecem as reuniões. Essa prática tem melhorado muito a qualidade das reuniões e despertado o interesse das

crianças que anseiam o momento da próxima reunião para participar dessas atividades (Figura 2.28).



Figura 2.28. Atividades desenvolvidas pelas crianças durante a realização das reuniões para formação do Conselho Deliberativo.

A falta de estudos é reconhecida pelos moradores como um dos fatores que influi negativamente na percepção dos problemas, como ficou evidenciado no levantamento feito sobre questões ambientais.

Transporte

A terceira palavra mais ouvida quando se fala de problemas dentro da reserva e de melhorias que facilitariam a vida dos moradores é “transporte”. Não existe nenhum sistema de transporte público que beneficie os moradores da RESEX. Os entrevistados afirmaram a necessidade de um transporte para se deslocarem à cidade não só em caso de emergência, mas também para visitar parentes, receber benefícios, fazer compras e passear. Também ressaltaram a importância de ter um sistema de transporte para levar as mercadorias à cidade e obter melhores preços com a venda dos produtos. No momento, os transportes usados são os barcos dos atravessadores, que compram o peixe, a castanha e outros produtos a preços baixos para vendê-los na cidade. Também funcionam como regatões ao levar mercadorias a preços inflacionados para vender aos ribeirinhos. É esse também o meio que utilizam os moradores para se deslocarem para as cidades quando precisam. O barco da comunidade quando sobe ou desce o rio carregando materiais, também transporta moradores.

Em conversas recentes entre moradores, gestores e representantes de instituições, surgiu a idéia do barco da comunidade transportar durante um período a produção da pesca, sendo que os mesmos moradores pagariam os custos de

combustível, salário do piloto e manutenção. A execução dessa iniciativa seria um passo de avanço no sentido da comunidade criar uma forma mais vantajosa de comercializar os seus produtos, e de caminhar em prol da independência econômica e de sustentar os recursos adquiridos como é o caso do barco “Águia do Xingu”. Porém o individualismo e a falta de organização destas comunidades têm demonstrado que experiências deste tipo devem passar por um longo processo de conversas e ajustes, pois corre o risco de perder o barco em função de mau uso e falta de manutenção.

As pistas de pouso que existem dentro da RESEX não estão mais sendo mantidas. Elas se encontravam no Humaitá atrás da casa do Sr. Chico Branco, na antiga fazenda do José Ferro, na antiga fazenda do Adebaldo, na Ilha de Belo Horizonte, dentro do rio Pardo, e no lugar conhecido como Os Campos, acima da casa do Dicé, onde tem uma pista natural.

Também existiu uma estrada clandestina que podia levar desde a boca do rio Pardo até uma estrada que conecta com São Félix do Xingu. Esta estrada começava na boca do rio Pardo e avançava 40 km beirando o rio até a fazenda Madecil, que se encontra limitando ao oeste com o PARNA Serra do Pardo, daí chega à Vila Cabocla, na estrada da Canopus de onde pode se seguir até a cidade de São Félix do Xingu.

Comunicação

Na atualidade existem dentro da RESEX quatro aparelhos de rádio amador, como foi mencionado anteriormente, que pertencem à comunidade, e encontram-se distribuídos ao longo da reserva. É através deles que se dá a comunicação entre a cidade e os moradores.

Em muitas casas existem também aparelhos de rádio que permitem escutar a rádio nacional, principal meio de comunicação que leva notícias do Brasil e do mundo aos moradores. Também é utilizado por gestores e instituições para transmitir avisos quando vão acontecer reuniões ou qualquer outra atividade que envolva aos moradores.

Existe uma demanda para a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicação) por parte da gestão da unidade de instalar cinco telefones públicos distribuídos ao longo da unidade nas comunidades Baliza, Pedra Preta, Morro Grande, Monte Alegre e Morro do Juruti.

Também é uma demanda da gestão a construção do plano de comunicação da unidade.

2.7. Caracterização Institucional

Em expedição recente à RESEX, foram analisadas com a comunidade, através de um Diagrama de Venn, durante o processo de construção do Conselho Deliberativo, as principais instituições que agem na RESEX ou que deveriam agir visando um melhor funcionamento da UC, garantindo o acesso dos moradores às políticas públicas. Foram identificadas as seguintes instituições:

ICMBio: é a instituição encarregada da gestão da unidade. Os moradores reconhecem a sua importância como gestores (chefes) da unidade e a proximidade da sua atuação desde os momentos da luta pela criação da RESEX. O ICMBio na cidade é o lugar onde os moradores procuram ajuda e orientação.

AMOMEX: reconhecida pelos moradores como associação que os representa. Tem um papel importante e ainda não explorado na organização para o desenvolvimento econômico da unidade e na administração dos recursos e infraestrutura na comunidade.

FVPP: os moradores reconhecem que é uma instituição que tem se mantido ao lado dos moradores desde os primeiros momentos da luta pela criação da RESEX. Em diversos momentos tem levado distintos tipos de ajuda aos moradores e desenvolve vários projetos para apoiar o desenvolvimento da RESEX.

Pastoral Social: a Igreja Católica realiza todo ano expedições para visitar às comunidades das beiras do Xingu, durante as quais são celebrados batismos e casamentos.

IBAMA: é identificado pelos moradores como órgão de fiscalização que junto ao ICMBio é responsável por manter o monitoramento e a proteção na RESEX e fazer cumprir as regras que protegem o direito dos moradores às terras.

IPAM: junto com a FVPP e outras instituições tem participado de diversas reuniões e expedições à RESEX, também tem projetos em execução que apoiam o

sistema produtivo da unidade, é identificado pelos ribeirinhos como uma das instituições que pode estar ajudando-os.

LAET: é reconhecido pelos moradores através da pessoa que o representa e que antigamente pertencia à CPT e também contribuiu para a criação da RESEX, participou de diversos estudos realizados no rio e já como LAET passou a executar projetos que beneficiam à RESEX com infraestrutura.

ISA: é identificado pelos moradores como uma das instituições que teve uma contribuição importante na luta para a criação da RESEX, que tem lhes dado apoio sempre que precisam e que está realizando projetos de desenvolvimento econômico que podem melhorar o futuro dos moradores.

WWF: para os moradores é uma instituição de ação mais nova na região, que tem trabalhado na RESEX através de parcerias com outras instituições como ICMBio, IPAM, a reconhecem como instituição que pode apoiar o desenvolvimento da unidade.

SAGRI (Secretaria de Estado da Agricultura): reconhecida pelos moradores como instituição que pode e deve ajudá-los com o desenvolvimento agrícola, e que já está trabalhando na RESEX em parceria com outras instituições, em projeto de infraestrutura.

INCRA: é importante para os moradores desde o ponto de vista dos benefícios que deverão receber através dela uma vez reconhecido como beneficiários da Reforma agrária, e que irão ajudá-los a melhorar as condições de vida e obter incentivos para a produção.

Prefeitura e Secretarias de Saúde, Educação, Meio Ambiente: os ribeirinhos reconhecem a importância da prefeitura e as suas secretarias como responsáveis de levar à comunidade direitos básicos como atenção médica e escolas. Até o momento, a prefeitura não tem uma ação próxima à comunidade.

Secretaria de Estado de Pesca (SEPAQ): importante para os moradores, pois a pesca é uma das principais fontes de renda das famílias atualmente e da secretaria podem estar recebendo ajuda e orientações para realizar essa atividade.

FUNAI (Fundação Nacional do Índio): instituição importante para intermediar os moradores e os índios das TI que ficam do outro lado do rio na área de RESEX e

com os quais têm acontecido problemas nos últimos tempos relacionados às áreas de pesca.

FUNASA (Fundação Nacional de Saúde): importante para a população ribeirinha, pois é nos postos de saúde das aldeias indígenas onde são atendidos em casos de emergência.

UFPA (Universidade Federal do Pará): os moradores a identificam como o lugar de onde podem sair pesquisadores que façam trabalhos na RESEX que ajudem a melhorar a vida, a produção, etc.

EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural): é identificada como instituição que pode apontar conhecimento sobre as atividades de agricultura e extrativismo através de treinamento e orientação de pessoal técnico especializado.

No item 4.1, será abordada a importância relativa de cada uma dessas instituições para a comunidade, através da análise dos Diagramas de Venn construídos pelos moradores. É importante apontar que as instituições são reconhecidas pelos moradores através da pessoa que os representa, a proximidade das suas ações está marcada então pela presença que esse representante tem nas atividades da comunidade, pelo seu carisma e facilidade de comunicação, o que pode tornar, em ocasiões, um pouco subjetiva a avaliação sobre a importância real das instituições e das suas contribuições ao processo de desenvolvimento da RESEX. Esta personificação é comum em todas as RESEXs que compõem o mosaico da Terra do meio e por isso é importante que as instituições que queiram contribuir com estes povos e comunidades construam um capital social alheio a vontades próprias e que represente de fato a instituição à qual está vinculado.

Os principais programas que se estão sendo aplicados atualmente na RESEX são:

“*Balcão da Cidadania*”, executado pela FVPP, que têm como objetivo o acesso dos moradores às políticas públicas, garantindo o requisito principal que é possuir documentos.

“*Fortalecimento Segurança Alimentar e o Agroextrativismo nas Reservas Extrativista do Iriri, Anfrísio e Médio Xingu*”, desenvolvido pelo IPAM em parceria com a SAGRI.

Projeto “*Oficinas caboclas*”, desenvolvido pelo IPAM em parceria com a FVPP. A idéia central é envolver as comunidades na gestão florestal da madeira através da fabricação de artesanatos rústicos (bancos, mesas, matérias de cozinhas) reaproveitando arvores caídas que estão no processo de apodrecimento.

Projeto “*Renascer da Seringa*”. A região das RESEXs foi importante durante o ciclo da borracha destacando-se por sua capacidade produtiva, contudo com o declínio da borracha restou para os moradores saudosismo desta época. Durante as reuniões sempre eram expressos os anseios de novamente trabalhar com extração do látex. A partir das expectativas citadas, as instituições ISA, IPAM, WWF-Brasil, FVPP, ICMBio e as Associações de Moradores das RESEXs iniciaram processo de reabertura dos seringais e produção de borracha prensada com 18 famílias do Riozinho Anfrísio, com a expectativa de levar o processo às outras reservas da região.

Projeto do LAET/AMOMEX, que foi apoiado pela ASW (*Aktionsgemeinschaft Solidarische Welt*) para fomentar os trabalhos de produção de farinha, transporte e comunicação. Com o dinheiro do projeto foram adquiridos 24 caititus (ralador manual de mandioca), 30 chapas de aço (forno), 06 rádios amadores e 01 um barco. Os rádios amadores foram instalados no Bernaldo (Baliza), Altino (Morro Grande), na Casa do Dicé e um rádio no barco da Associação, os outros dois ainda estão para chegar.

A FVPP também está desenvolvendo um projeto na RESEX em parceria com o ISA, para construir três barracões comunitários em lugares escolhidos pelos moradores, usando recursos da FVPP e como contrapartida da comunidade a mão de obra dos moradores. A princípio esses barracões serão para estocagem de castanha a fim de conseguir no final do ano um melhor preço.

Na 2ª Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX, realizada no período de 08 a 10 de junho de 2011, iniciou-se a implantação do Projeto “*Ribeirinho Cidadão: a busca pela inclusão social na Terra do Meio*”, um projeto do ICMBio em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Ministério Público do Estado do Pará, Defensoria Pública do Estado do Pará, Polícia Civil, Cartório do 3ª Ofício de Altamira-PA, INCRA e FVPP. Este projeto iniciou-se com a retirada de documentos básicos como: Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, 1ª via de certidão de nascimento. Também foram incluídas novas famílias no cadastro da relação de Beneficiários do INCRA. Houve ainda audiências na qual foram feitas retificações de registro e

reconhecimento de união estável. A proposta do Projeto é estabelecer uma maior presença do Estado nas unidades de conservação de uso sustentável da Terra do Meio.

2.8. Caracterização Econômica

Ao longo dos anos, poucas melhorias ocorreram na vida das pessoas, sendo que a economia continua baseada na exploração de produtos extrativistas e na agricultura de subsistência. O que foi mudando com o passar dos anos foi o principal produto de extração. Depois da segunda etapa de auge da seringa, houve uma época em que um dos principais alvos de exploração foi a pele dos “gatos”. Segundo relato dos moradores, a castanha se manteve sempre entre os produtos comercializados com os regatões, e depois da proibição da comercialização da pele dos gatos e da queda dos preços da seringa, passou-se por um tempo onde a castanha foi a principal atividade econômica e a moeda de troca para obter as mercadorias da cidade. Nos últimos anos a pesca tem substituído os outros produtos e tem se convertido no sustento econômico da maioria das famílias, sendo que das 49 famílias que souberam responder sobre despesas, receitas e fontes de renda, 37 têm na pesca o principal sustento. A pesca é uma atividade que ocupa muito tempo dos ribeirinhos, ainda mais quando o recurso é de escasseia e requer maior esforço de pesca para obter uma quantidade de peixe que garanta a subsistência da família. Essa situação tem feito com que os moradores disponham de menos tempo para se dedicar à agricultura de subsistência e, por outro lado, necessite de mais tempo para adquirir os produtos dos regatões.

As formas de pesca mais empregadas pela população são a linha e o anzol, mas existem ribeirinhos que usam também espinhel, malhadeira, zagaia e tarrafa (para pegar iscas e acari). Na maioria dos casos a pesca é feita usando canoa. A comercialização da pesca é feita geralmente através dos atravessadores ou regatões, o mesmo sistema de aviamento que predominava na época da compra da borracha e da castanha e continuam a carregá-la na época da colheita. Os regatões trazem o gelo direto de Altamira ou São Félix do Xingu e o deixam com os ribeirinhos, pegando o pescado no retorno da viagem. Para a compra, o peixe é dividido em duas categorias: peixe de primeira, que inclui tucunaré (*Cichla monoculus*), pescada (*Cynoscion spp*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e matrinhã (*Brycon cephalus*); e peixe de segunda, que inclui pacu (*Piaractus mesopotamicus*), curimatá (*Pruchilodus spp*), curimba

(*Prochilodus scrofa*) e trairão (*Hoplias lacerdae*). Nas oficinas realizadas para a construção do presente documento, foi exposto pelos moradores que os regatões não estão querendo mais levar o peixe de segunda e que o preço do peixe de primeira é entorno de R\$2,00 o quilo. Também é praticada a pesca comercial de peixes ornamentais de várias espécies, principalmente o acari (*Peckoltia* sp). Dependendo da espécie o preço varia e em 2011 variava entre R\$0,40 e R\$5,00 por indivíduo. Cada pescador realiza de três a quatro pescarias por mês, conseguindo uma produção de 100 a 160 kg nas melhores épocas para a pesca e de 10 a 40 kg nas piores.

O segundo lugar na economia ribeirinha é a venda da castanha, que em 2008 teve um preço aproximado de R\$20,00 a caixa. Segundo os moradores, a produção da castanha varia de ano em ano e é diferente de um castanhal para outro. Nos melhores anos e nos castanhais mais produtivos, os ribeirinhos tem coletado entre 80 e 250 caixas de castanha. Nos anos menos produtivos, chegam a coletar 40 caixas. O ano de 2009 foi um ano pouco produtivo para alguns castanhais, em que famílias, de distintas regiões da RESEX, conseguiram uma produção inferior a 30 caixas de castanha.

Algumas famílias também vendem farinha de mandioca plantada na roça e cipó coletado no mato, mas o preço varia de um morador para outro. A produção de mandioca por linha ou tarefa (equivalente a 0,6 ha) é de 25 sacos de 60 kg quando plantada na mata virgem e de 20 sacos quando plantada na capoeira (Figura 2.29). Existe pelo menos um morador que ainda extrai borracha.

Nas roças e hortas dos moradores também podem ser encontrados milho, arroz, cacau, café e feijão, que na maioria dos casos são usados para o consumo da família, mas quando em excesso também podem ser vendidos. As principais ferramentas utilizadas são a foice e o machado e apenas dez famílias possuem uma plantadeira manual. A produção de arroz varia entre 10 e 30 sacos de 60 kg por linha e o milho rende entre 80 e 100 cipós (cada cipó são 100 espigas de milho “atiadas”, ou seja, presas em duplas).

Alguns moradores também coletam açaí e nas suas colocações têm pomares onde podem ser encontradas frutas como banana, laranja, cupuaçu, coco, manga, goiaba, caju, graviola, acerola, murici, araçá, limão, pupunha, jaca, jambo, melancia, abacate e abacaxi.



Figura 2.29. Principais atividades econômicas realizadas pelos moradores da RESEX Rio Xingu (da esquerda para direita: coleta de castanha; quebra do oriço; pesca; pesagem do peixe com o atravessador; farinha: processo de torrar a farinha).

Em expedição realizada entre julho e agosto de 2009, como parte da construção do Plano de Manejo, foi feito junto aos moradores um mapeamento produtivo, no qual foi construído o calendário agrícola que representa o momento do ano em que são realizadas todas as atividades produtivas dos moradores e o tempo que é dedicado a cada uma. Para surpresa da equipe de construção do Plano de Manejo, existem diferenças nos métodos produtivos entre as quatro áreas da RESEX onde foram realizadas as reuniões, por isso foram obtidos quatro calendários agrícolas (Tabelas 2.1, 2.2, 2.3, 2.4), diferentes uns dos outros no que se refere ao momento do ano em que são realizadas algumas atividades ou no tempo gasto nelas. Em alguns casos, como o açaí, diferem na quantidade de variedades existentes na região e os seus momentos de coleta. Nos calendários aparecem marcados com dois “x” os melhores momentos para a realização de determinadas atividades como a caça e a pesca.

No calendário também pode se encontrar como ocorre a preparação e manutenção da roça, pois as mesmas diferem quando feitas em área de mata primária e quando usada área de capoeira. Segundo os moradores, a produtividade também é diferente, sendo que as áreas de capoeira rendem 10% a menos, em média, na produção da mandioca. A análise do calendário produtivo é importante também para indicar as melhores datas de realização de intervenções externas e programação de reuniões comunitárias, afim de não prejudicar a produção dos extrativistas e não haver esvaziamento das reuniões.

A criação de animais dentro da RESEX abrange três espécies: galinhas, patos e porcos, sendo que patos e galinhas são os mais comuns já que só duas famílias declararam criar porcos e outras duas afirmaram possuir chiqueiro para criação de porcos, porém não querem criar mais (Figura 2.30). Os animais crescem geralmente livres. As galinhas também são usadas para venda ou troca. A base protéica da alimentação é complementada com a pesca e a caça de subsistência. A caça é realizada com espingarda e em poucos casos acompanhada de cachorros. Os animais caçados com mais frequência são o porco do mato ou porcão, o mutum e a paca. Algumas famílias aproveitam o momento em que o bando de porcos do mato atravessa o rio, para abatê-los com um pedaço de pau ou “cacete” (na gíria dos ribeirinhos), e depois subi-los na canoa.



Figura 2.30. Galinhas e patos criados livres na RESEX.

Alguns moradores da RESEX completam a renda com a construção de canoas e remos para a venda.

Quanto à obtenção de renda externa, das 47 famílias entrevistadas, oito declararam que pelo menos um ou dois dos membros recebe aposentadoria, pelos menos duas recebem bolsa família e no mínimo seis famílias recebem o seguro defeso.

A renda mensal dos moradores, baseadas nas principais fontes já mencionadas, varia entre R\$ 50,00 e R\$ 4.000,00, dependendo também do tamanho da família, sendo que 47% das famílias ganham entre R\$ 200,00 e R\$ 500,00 por mês. Geralmente esses valores não cobrem as despesas mensais.

O valor total da produção em 2007, segundo o declarado pelos moradores, esteve entre R\$ 600,00 e R\$ 14.000,00 reais, sendo que 74% produzem entre R\$ 1.000,00 e R\$ 6.000,00 por mês.

Durante o levantamento realizado foi identificada a infraestrutura utilizada pelos moradores nas atividades de extrativismo e produção. Das 47 famílias entrevistadas só uma referiu que tem na propriedade um paiol para o armazenamento da produção e quatro relataram possuir chiqueiro para a criação de porcos. Já a criação de galinha é uma prática mais estendida e 29 famílias tem nas suas propriedades um galinheiro. Existiam 22 casas de farinha na reserva para o processamento da mandioca no momento da realização do levantamento, e mais uma estava sendo construída.

Como apoio à atividade da pesca, nove famílias referiram que possuem barco e 40 utilizam canoas.

3. ANÁLISE SITUACIONAL DA UNIDADE

A Reserva Extrativista Rio Xingu é um importante componente para o mosaico de unidades de conservação da Terra do Meio. Junto com as outras UCs, representa uma estratégica oportunidade de conservação da natureza, numa área que tem se mantido bastante preservada ao longo dos anos, mesmo depois dos distintos empreendimentos de exploração de que tem sido vítima nas últimas décadas. Atualmente, algumas ameaças continuam presentes e são aspectos importantes de serem levados em consideração para a conservação do mosaico como um todo.

3.1. Ameaças e Conflitos Externos

Durante várias décadas, a Terra do Meio, região onde se localiza a RESEX Rio Xingu, tem sido alvo de exploração segundo os ciclos econômicos imperantes na Amazônia e o grau de penetração alcançado nas diferentes etapas.

Nos estudos realizados pelo MMA (2003), foram identificadas cinco ameaças que colocam em risco a integridade ambiental e biótica da bacia do Xingu, e, portanto do modo de vida da população ribeirinha: extração ilegal de madeira; desmatamento de áreas marginais; mineração e garimpos de ouro a montante de Altamira; sobrepesca comercial e ornamental; e a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Exploração madeireira

A exploração madeireira na Terra do Meio começou aproximadamente na metade da década de 1980. O avanço mais forte da frente madeireira para as terras do Iriri e para o interior da Terra Meio começou aproximadamente em 1995, a partir da estrada que liga o Xingu ao Iriri e que servia à mineração Canopus. A maioria dos madeireiros que tem atuado na área estão associados aos “reis do mogno”, nome pelo qual são conhecidos os madeireiros especialistas na exploração madeireira dentro das terras indígenas da região nos últimos 20 anos.

Durante as décadas de 70 e 80 o pólo madeireiro de São Felix do Xingu foi bastante expressivo em função das reservas de mogno existentes na região, que foram exaustivamente exploradas, bem como por conta da madeira proveniente dos

desmatamentos da pecuária. Com a consolidação da pecuária e fim dos estoques madeireiros facilmente acessíveis, muitas empresas da região transferiram-se para outros pólos madeireiros do Pará. Na década de 90, a maior parte da madeira processada no pólo de São Félix do Xingu foi explorada de forma ilegal, proveniente das terras indígenas da região, sobretudo Kayapó.

A região da Terra do Meio já foi conhecida no meio jornalístico, órgãos governamentais e entre as entidades ambientalistas, como área de atuação da “Máfia do Mogno”, grupo de madeireiros que extraem madeira de terras públicas e Terras Indígenas no estado do Pará, na maioria das vezes ilegalmente. A extração de madeira na Terra do Meio, principalmente do mogno, ocorre normalmente de forma clandestina e causa grandes impactos com relação à conservação dessa espécie. A extração do mogno, tal como tem ocorrido, leva a sérios problemas quanto à viabilidade da manutenção e a regeneração da população dessa importante espécie, ameaçada de extinção.

As evidências de ilícitos cometidos pelas madeireiras são inúmeras. Além da exploração ilegal em terras públicas e terras indígenas, pesam sobre elas as acusações de super avaliação de estoques madeireiros nos planos de manejo florestal (para permitir que a madeira retirada de outras áreas seja ‘esquentada’), uso fraudulento de documentação oficial, corrupção ativa, e aliciamento de comunidades indígenas, entre outros.

O eixo mais antigo de exploração madeireira na Terra do Meio é o do rio Xingu. Na década de 1980, quando a estrada da Canopus (São Felix - Iriri) ainda não estava inteiramente aberta aos madeireiros, era através do rio que se efetivava a exploração. A partir das margens do rio eram abertas as estradas para a retirada de madeira no interior da Terra do Meio, posteriormente escoada por balsas ou amarradas umas às outras.

Averiguou-se que praticamente não tem existido envolvimento da população tradicional da Terra do Meio com a exploração madeireira na área, exceto por um possível trabalho temporário como mateiros ou em outras atividades menores. Mesmo este tipo de engajamento esporádico é raro entre os ribeirinhos, para os quais a atividade madeireira é uma prática inteiramente estranha ao seu modo de vida. Em geral os

madeireiros simplesmente ignoram a presença dos ribeirinhos nas áreas em que estão explorando.

Após a criação da reserva não tem se notado invasões à área com intenções de praticar extração ilegal de madeira.

Desmatamentos

Com relação aos desmatamentos, a área de estudo ainda encontra-se relativamente bem preservada, sendo que apenas 2% da cobertura original foram destruídas. Esses desmatamentos se concentraram ao longo da estrada São Félix do Xingu-Iriri, porção sul da área.

Segundo Nepstad *et al.* (2000 *apud* MMA, 2003), é previsto que nos próximos 25-35 anos, cerca de 20.000 a 50.000 km² de florestas serão destruídas, considerando o limite de 50km de cada lado da rodovia. Além disso, não se pode descartar a ocorrência de incêndios florestais, decorrente da abertura de áreas para a implantação da agropecuária. Além da área de estudo, esses impactos podem se estender para dentro das terras indígenas próximas às rodovias, como a T.I. do Baú, a T.I. Menkragnoti e T.I. Cachoeira Seca do Iriri. As derrubadas de florestas de terra firme provavelmente causam impactos negativos sobre os pequenos igarapés, justamente o componente menos conhecido daquele sistema hídrico, com o potencial de abrigar espécies desconhecidas e mesmo endêmicas.

Pecuária e Grilagem de Terras

O avanço da frente pecuária em direção à Terra do Meio é recente, mas revela-se de uma celeridade impressionante. A existência de uma imensa faixa de terras públicas sobre as quais o Estado tem um domínio apenas teórico transformou a região em um grande palco de comércio imobiliário nas mãos de atravessadores especializados, sendo que áreas dentro da Terra do Meio já foram oferecidas para a venda por meio da internet.

A implantação de fazendas de pecuária na Terra do Meio segue na esteira da atividade madeireira na região. Embora os atores não sejam exatamente os mesmos,

existe uma grande relação entre as duas atividades, na medida em que a exploração madeireira capitaliza, direta ou indiretamente, os atuais e potenciais fazendeiros. Além disso, conforme já mencionado, os fazendeiros têm utilizado as estradas abertas pelos madeireiros.

Até a primeira metade da década de 90 havia poucas fazendas abertas no interior da Terra do Meio, concentradas basicamente na parte sul da área, aproximadamente em frente à sede do município de São Félix do Xingu. Nos últimos anos, quatro fazendas haviam se estabelecido dentro da área que ocupa atualmente a RESEX Rio Xingu.

Devido a operação de fiscalização realizada pelos gestores da UC no primeiro semestre de 2010, neste momento a RESEX encontra-se com todas as áreas de ocupação ilegal, ditas fazendas, desativadas.

Mineração e garimpo

A atividade de mineração e garimpo na Terra do Meio começou em fins da década de 1970, tendo se intensificado principalmente na década seguinte, com a proliferação de garimpos nos rios Iriri e Curuá e a chegada de empresas mineradoras para a exploração mecanizada em alguns pontos. Hoje esta atividade encontra-se em um período de retração e estagnação, após a saída das empresas mineradoras e a diminuição dos garimpos. Atualmente há apenas três locais onde podemos observar esta atividade: no garimpo Madalena; localizado na TI Kuruaya, com grandes buracos de extração e grande volume minerado; por meio de balsas no rio Curuá, em locais próximos ou incidentes com a área da TI Baú; na Vila Canopus, localizada na Estrada Xingu-Iriri, também conhecida como Estrada da Canopus.

Anteriormente havia pelo menos cinco garimpos no Iriri, mas nenhum de grande porte e todos se encontram abandonados atualmente. Na área da RESEX Rio Xingu existiu um pequeno garimpo, segundo relato dos moradores, conhecido como “Farinha Molhada” e que ficava frente ao Morro Grande. Esse garimpo funcionou durante cerca de 10 anos e há 20 anos está desativado.

Pesca comercial e ornamental

O aumento progressivo na exploração de novas áreas e estoques de peixes no rio Xingu foi correspondido pela descoberta de novas espécies ou variedades de peixes, especialmente de acaris (*Loricariidae*), o que retroalimentou o sistema e estimulou a exploração de áreas cada vez mais remotas e águas progressivamente mais profundas. Essa descoberta de espécies, entretanto, não foi acompanhada pelo trabalho de descrição científica adequada. Além da carência de especialistas disponíveis para trabalhar com os diferentes grupos de peixes, a falta de fiscalização sobre a extração e o comércio de exemplares para diversas partes do mundo tem dificultado a elaboração de registros confiáveis de procedência desses exemplares. Isso tem contribuído para a manutenção do quadro de desconhecimento da real riqueza de espécies existente no rio Xingu, dificultando a elaboração de estatísticas confiáveis de capturas, e impedindo a realização de um manejo adequado desse recurso natural, de alto valor para a região e o país.

A estratégia de captura de peixes ornamentais no Xingu, sobretudo de acaris, é aparentemente de baixo impacto direto sobre o meio ambiente, pois é realizada com o auxílio de vaquetas (pequenas varetas de madeira utilizadas para extrair os acaris das fendas nas pedras, conduzindo-os lentamente em direção à superfície onde são então capturados). Como os peixes são coletados um a um, não há destruição do ambiente imediato, havendo um alto potencial para o estabelecimento de um manejo sustentado de uso desse recurso. Mesmo na quase completa ausência de informações sobre recrutamento e características dos estoques pesqueiros, seria possível estabelecer medidas de proteção à ictiofauna local, como o estabelecimento de cotas de captura e de períodos de defeso para certas espécies, além do aprimoramento das técnicas de captura e manuseio dos peixes, de forma a minimizar a mortalidade dos exemplares. Tais medidas, associadas a uma estatística confiável de desembarques e exportação, seriam suficientes para que um manejo experimental dos estoques fosse estabelecido e gradualmente aprimorado, a partir do monitoramento permanente dessa atividade.

UHE Belo Monte e conservação da ictiofauna do Xingu

O rio Xingu apresenta uma série de corredeiras ao longo de seu curso, até atingir a planície Amazônica. Entre elas há uma área considerada como a de melhor

aproveitamento hidrelétrico potencial, entre os rios da Amazônia brasileira, sob a iminência dos impactos ambientais, decorrentes do represamento para a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Esse fato tem suscitado discussões sobre o impacto ambiental associado à obra e ao desvio e represamento das águas do rio Xingu. Embora os impactos diretos previstos ocorram em uma área relativamente distante dos limites da Terra do Meio, é possível supor que essa área seja atingida indiretamente. Segundo declaração da Eletronorte na internet, o rio Xingu sofrerá um represamento parcial na altura da região conhecida como Volta Grande. Essa barragem irá reter uma maior quantidade de água no trecho a montante, resultando em um alagamento permanente de uma área que se estenderá até a cidade de Altamira. O nível da água nesse trecho deverá ser superior àquele registrado durante a maior cheia histórica da região, enquanto que o trecho localizado a jusante do ponto de barragem ficará com um fluxo d'água menor que o da maior seca histórica. Assim, haverá trechos do Xingu simultaneamente sob condições hidrológicas extremas e diametralmente opostas.

O grande impacto negativo esperado a partir desse cenário não se refere ao nível do rio propriamente dito, mas sim ao tamponamento das flutuações sazonais das águas do Xingu. A ausência do ciclo anual de enchente e vazante deverá comprometer os ritmos biológicos de boa parte da flora e fauna associadas aos ambientes marginais do rio Xingu. A fenologia das matas alagáveis deverá ser bruscamente alterada, com provável mortalidade de árvores provocada pelo alagamento prolongado, afogando as raízes das plantas.

Algumas plantas características de ambientes de corredeiras, e que crescem sobre as pedras, como as Podostemáceas, deverão ser extintas localmente. Espera-se também que ocorram alterações na dinâmica do perifiton que cobre as pedras submersas, e que servem de alimento para boa parte da ictiofauna de corredeiras.

Várias espécies de peixes, que dependem das Podostemáceas como alimento, provavelmente também serão extintos localmente. Entre essas, estão várias espécies de serrasalmídeos (pacus) e anostomídeos (piaus). O pacu-de-seringa, *Myleus rhomboidalis*, espécie que motiva a realização de uma festa anual de pesca em Altamira, no entorno da RESEX Rio Xingu, também se configura como um candidato a sofrer reduções populacionais em função de sua dependência de itens alimentares originados

na floresta sazonalmente alagada. Muitas espécies de acaris (*Loricariidae*), que movimentam um importante comércio de exportação de peixes ornamentais na região de Altamira, provavelmente serão extintas localmente ou terão suas populações muito reduzidas, em função das alterações na qualidade da água e no fluxo do rio.

Esses impactos sobre a floresta primária e sobre as populações de certos grupos de peixes na região de Altamira deverão aumentar a pressão de pesca nos trechos do médio/alto Xingu e Iriri, que podem trazer consigo o aumento na circulação de pessoas e no tráfego de embarcações, a degradação das condições ambientais nas margens dos rios e o aumento da caça de subsistência e clandestina.

Assim, embora não seja possível prever com exatidão os efeitos diretos da construção da UHE Belo Monte sobre a área da Terra do Meio, é esperado que as mudanças nos padrões de uso dos recursos naturais pelos habitantes da região provoquem impactos negativos sobre a fauna, e o modo de vida das populações tradicionais existentes, o que precisa ser estudado detalhadamente.

3.2. Ameaças e Conflitos Internos

Ao longo do trabalho para a construção deste Plano de Manejo, foram identificadas as ameaças internas de maior influência na situação atual da reserva que podem modificar o destino dos moradores e por tanto das suas ações e modo de vida dentro da unidade. Segundo o identificado em entrevistas coletivas e no decorrer das atividades participativas destinadas a construção de programas, cenários, etc., pode se concluir que os principais conflitos que existem dentro da unidade estão relacionados à pesca.

Os moradores reclamam da entrada na RESEX de “pessoal de fora” que sobe o rio geralmente desde Altamira para pescar nas áreas da reserva. Também relatam a presença ocasional de pescadores de final de semana que vão fazer turismo de pesca em distintas áreas do Xingu.

O principal problema relacionado à pesca é o conflito com os indígenas pelas áreas de uso. Espera-se que com a formação do Conselho Deliberativo, do qual a FUNAI foi eleita como conselheira e a construção dos Planos de Utilização e Manejo da RESEX, esses problemas possam ser definitivamente resolvidos.

Uma das ameaças de maior importância identificadas é a falta de acesso às políticas públicas de saúde e educação. O fato de não ter escola nem posto de saúde dentro da RESEX ameaça a permanência dos moradores e promove a separação das famílias. Pessoas idosas com os problemas de saúde típicos da idade não têm condições de permanecer na RESEX, pois além de não dispor de assistência médica, também não existe um meio de transporte que garanta o seu deslocamento para a cidade em caso de emergência. O mesmo acontece com as crianças nos primeiros meses de vida. Por outra parte, casais jovens com filhos em idade escolar, preocupam-se com o futuro desses filhos querendo dar a eles acesso ao ensino e, por conseguinte, uma melhor qualidade de vida. Por esse motivo, algumas famílias têm abandonado a RESEX ao longo dos anos e outras vivem separadas a maior parte do ano, onde os filhos, às vezes acompanhados da mãe, ficam na cidade para estudar durante o período letivo e o pai permanece na reserva trabalhando. Com a perda do vínculo direto com a RESEX durante a infância, pode estar se perdendo também a transmissão dos conhecimentos tradicionais de pais para filhos que no futuro não terão condições de retomar o modo de vida dos pais.

Outra ameaça interna é o esgotamento das duas principais fontes de renda atuais dos moradores, a pesca e a castanha, evidenciado na diminuição da quantidade de peixe e da produtividade dos castanhais nos últimos anos. Para muitos moradores a situação econômica está em um ponto crítico e acham que não tem como piorar. As famílias que se sustentam através da venda do peixe e da castanha, sobrevivem com dificuldade. Para alguns, se a situação continuar do mesmo jeito, a alternativa é de abandonar a RESEX e procurar outras formas de vida na cidade. Para a maioria a vida na cidade representa fome e miséria e se sentem num caminho sem saída, confiando em que algum outro meio de vida irá aparecer.

3.3. Análise das Lacunas de Informação

De forma geral, não existem estudos específicos de flora e fauna feitos na RESEX. Com a implantação da RESEX se faz necessário garantir que o modo de vida extrativista continue sendo sustentável. É por isso que a exploração de alguns recursos precisa ser revisada e se necessário, manejada, com o objetivo de garantir a sua existência não só como recurso natural, mas também como fonte de renda.

Esse é o caso da pesca. Os moradores referiram nas entrevistas realizadas durante o levantamento socioeconômico de 2008, que o peixe está “ficando difícil” e cada dia os exemplares pescados são menores, o que pode estar indicando uma diminuição do tamanho populacional e dos indivíduos adultos, responsáveis pela reprodução da espécie. É por isso que é importante estudar as formas de uso dos recursos pesqueiros, o estado das populações na área, a capacidade de suporte de pesca, o estoque pesqueiro e os estudos relacionados, que sejam necessários para garantir a existência do recurso pesqueiro.

A castanha é também um recurso de reconhecida importância e além de ser a segunda principal fonte de renda da população é o único produto que tem sido explorado de forma contínua pelos moradores desde a sua chegada à reserva. Os ribeirinhos referem que ao longo dos anos a produção dos castanhais vem diminuindo, portanto, seria importante realizar estudos para conhecer os motivos da queda gradativa da produção.

A caça de subsistência é praticada como parte do modo de vida dos moradores. Não existem estudos sobre o estado de conservação das populações sob pressão de caça na área da RESEX. Também não existem estudos sobre as populações de felinos posteriores à época em que a venda da pele de “gato” foi uma importante fonte de renda para os moradores. Portanto, é importante realizar estudos que permitam conhecer como se encontram essas populações, quais espécies são alvo da caça de subsistência e conhecer se os distintos tipos de usos da fauna praticados dentro da reserva têm algum impacto na conservação das espécies.

Outro problema exposto pelos moradores é a incidência de doenças em algumas plantações como a banana, cacau, arroz e milho. Importante medida é a realização de capacitações para orientar os ribeirinhos a respeito das causas e tratamentos dessas doenças e se for o caso, das possíveis alternativas para a produção.

A situação econômica atual que vive a RESEX leva a pensar que são necessárias alternativas produtivas que garantam uma melhor distribuição de renda, sem criar novos impactos ambientais que afetem o estado de conservação dos recursos naturais na reserva. Com essa motivação, foi sugerido pelos moradores a realização de estudos focados em aumentar o valor das produções extrativistas; encontrar novas opções de produção; e analisar as possibilidades e melhores formas de levar à RESEX

ações governamentais, economicamente viáveis, que possam ser realizadas pelas mulheres, como por exemplo, artesanatos, culinária, produção de óleos, dentre eles o óleo de babaçu, que antigamente era extraído pelas mulheres, enquanto os homens trabalhavam com a castanha ou a seringa.

Outra lacuna identificada, que representa um tema importante a ser pesquisado, veio com a análise da situação do saneamento básico e das principais doenças que afligem os moradores. Não existem estudos de qualidade de água na RESEX, se desconhece como as atividades dos ribeirinhos afetam o rio e como as práticas cotidianas podem ser prejudiciais à própria saúde dos moradores. A população bebe a água diretamente do rio, mas também no rio lavam roupas, louça, tomam banho. As áreas utilizadas com banheiro ficam em locais próximos do rio e sempre em zonas mais altas, pelo que existe a possibilidade dos dejetos irem parar nas águas do Xingu arrastados pelas chuvas, contaminando a água usada para outras atividades, o que justificaria a incidência de diarreias e problemas digestivos da população.

4. GESTÃO DA UNIDADE

4.1. Estrutura da Gestão da Unidade

As normas e critérios para a gestão das unidades de conservação estão estabelecidos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000. O mesmo é gerido pelo CONAMA, como órgão consultivo e deliberativo; pelo MMA como órgão central com a atribuição de coordenar o sistema e pelo ICMBio como órgão executor, que deve administrar diretamente as unidades de conservação federais.

No caso das Reservas Extrativistas, a gestão será feita por um Conselho Deliberativo presidido pelo órgão responsável pela administração da unidade, no caso, o ICMBio e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das população tradicionais residentes na área.

A Reserva Extrativista Rio Xingu é uma unidade de conservação relativamente nova, já que foi criada em 2008. No seu primeiro ano a gestão da unidade esteve a cargo da equipe de gestores de unidades de uso sustentável, baseada em Altamira. Em 2009 foi nomeado o primeiro chefe da unidade (Portaria n° 281, de 4 de junho de 2009) e nesse mesmo ano, após a realização de concurso público, o ICMBio designou mais um analista ambiental especificamente à RESEX. Em 2011, a RESEX Rio Xingu conta com dois analistas ambientais, no entanto o número de servidores é insuficiente para arcar com todas as demandas da UC.

A participação dos moradores da reserva na gestão da unidade vem sendo trabalhada desde antes da criação da reserva, através do papel decisivo que os mesmos tiveram no processo de criação da UC. O entendimento da população sobre o que é gestão, o que é administração da RESEX e o papel que desempenha em cada um deles, seja ribeirinho, gestor, representante de ONG ou dos diferentes níveis governamentais, é um processo demorado que ainda está em andamento e que continua a ser trabalhado em cada reunião, integrando à população de forma ativa na construção de cada etapa dos mais diversos meios de gestão da unidade e na tomada de decisões sobre recursos a serem investidos, construção de infra-estruturas, implementação de projetos, etc.

Ao mesmo tempo em que foi construído o Plano de Manejo da reserva, também foi formado o Conselho Deliberativo da RESEX Rio Xingu, oficializado por

meio da Portaria n° 59 de 27 de julho de 2010. Conforme a definição expressa na Instrução Normativa ICMBioN°02, de 18 de setembro de 2007, o conselho deliberativo (CD) é o espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Dentre as competências do Conselho é interessante realçar que o mesmo deve promover a conservação da biodiversidade e a qualidade de vida das populações tradicionais, demandando e propondo aos órgãos competentes políticas públicas que promovam a qualidade de vida dessas populações; estimular e apoiar a criação e ou fortalecimento e formalização das organizações das populações tradicionais da unidade, possibilitando a autonomia e o protagonismo dessas populações no seu processo de gestão; definir mecanismo de tomada de decisão que assegurem a efetiva participação das comunidades tradicionais na gestão; e consultar previamente às populações tradicionais sobre as atividades a serem executadas na unidade que possam causar impacto ambiental ou afetem as atividades econômicas dos moradores, dentre outras. Os itens anteriores garantem o papel do Conselho Deliberativo no empoderamento das populações tradicionais, que ao participarem deste, ganham em capacitação e adquirem a responsabilidade e o dever de contribuir ativamente na gestão da unidade onde moram, o que facilita a tomada de decisões e a divisão de responsabilidades com a chefia da RESEX, garantindo o papel do CD como co-gestor. O resultado desse empoderamento começa a ser evidente no desenvolvimento das reuniões, onde cada vez mais os ribeirinhos deixam de culpar os gestores pelos problemas da RESEX e reconhecem a sua responsabilidade nas atividades que estão sendo realizadas e no planejamento das ações futuras. Ao receberem diversas informações e ao fazerem parte da construção das suas próprias estruturas de gestão, se sentem com mais sabedoria e capacidade de participar nos processos.

A composição do Conselho da RESEX Rio Xingu contempla oito representantes das comunidades: Bela Vista/Alto Xingu, Morro Grande/Médio Xingu, Baliza/Baixo Xingu e Pedra Preta/Baixo Xingu; e oito representantes institucionais: ICMBio, Secretaria Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, IPAM, FUNAI, UFPA, FVPP e ISA (Portaria ICMBio n° 59/2010).

Como parte do processo de formação do CD foram realizadas diversas reuniões com a população, nas quais foram explicados o papel, as atribuições e o funcionamento do Conselho (Figura 4.1). A comunidade identificou as instituições públicas e da sociedade civil para compor o conselho, valorizando a sua importância para o desenvolvimento da RESEX e avaliando a proximidade das suas ações nos últimos tempos. As mesmas aparecem nos diagramas de Venn, construídos pelos moradores em reunião de formação do conselho em junho de 2009 (Figuras 4.2, 4.3, 4.4). O Diagrama foi construído utilizando o tamanho das bolas para identificar a importância das instituições para o funcionamento da RESEX, segundo o entendimento dos moradores, sendo que o tamanho das bolas é diretamente proporcional à importância atribuída pela população a cada instituição. Também foi visto como as ações das instituições estão perto ou longe da RESEX através da distância no gráfico entre a bola da instituição e a bola da RESEX.



Figura 4.1. Reuniões realizadas nas comunidades para formação do Conselho Deliberativo em junho de 2009.

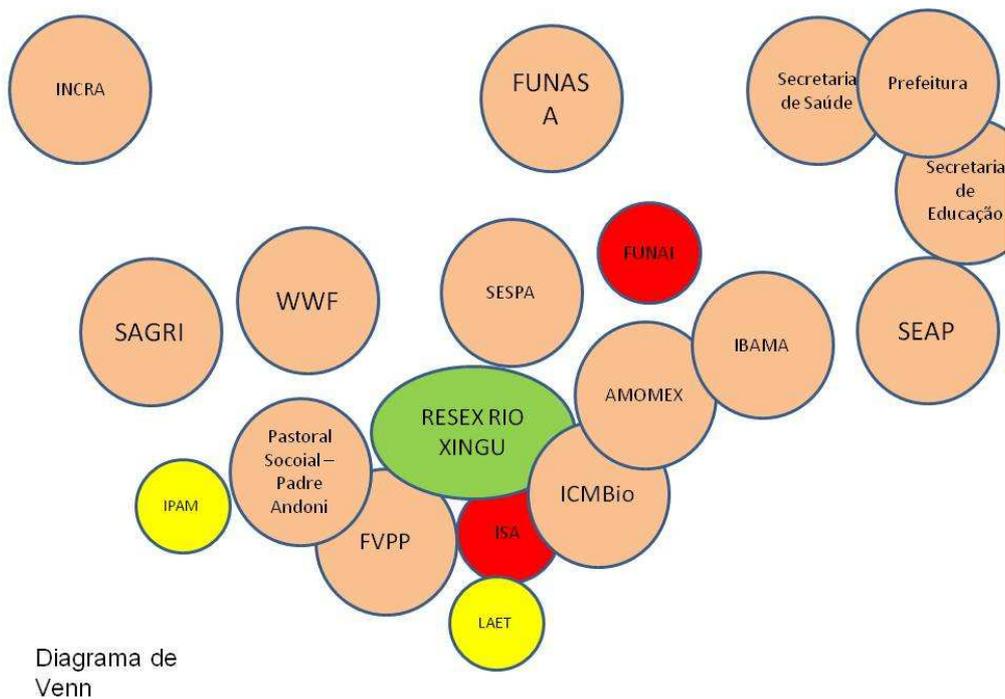


Figura 4.2. Diagrama de Venn construído em reunião efetuada na localidade Bela Vista (próxima ao extremo sul da reserva).

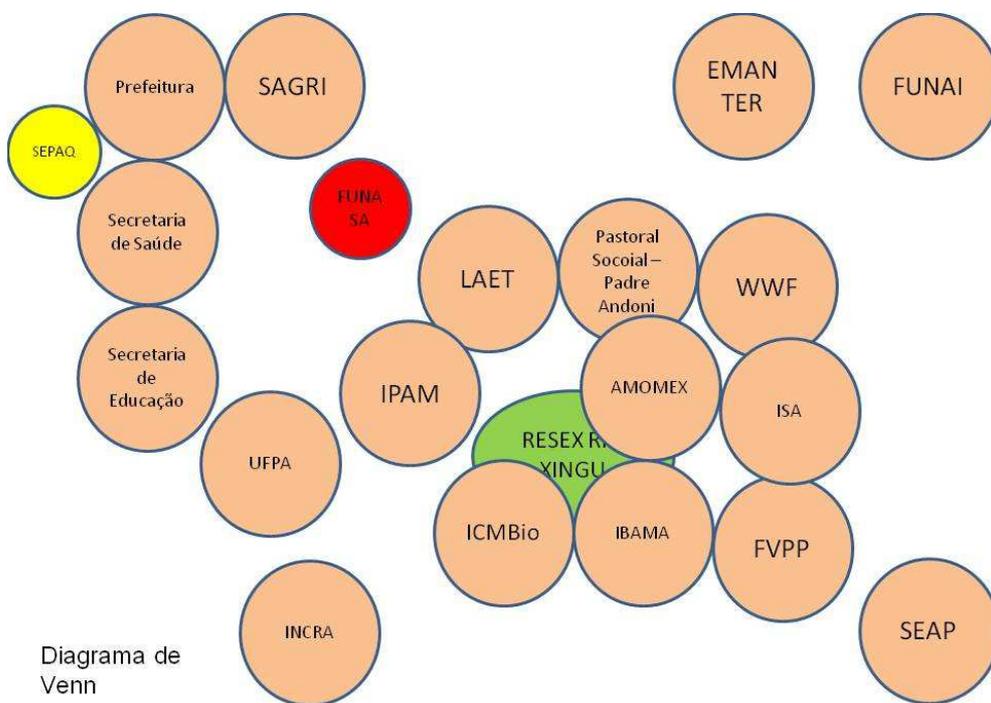


Figura 4.3. Diagrama de Venn construído em reunião efetuada na localidade Morro Grande (próxima ao extremo sul da reserva) em junho de 2009.

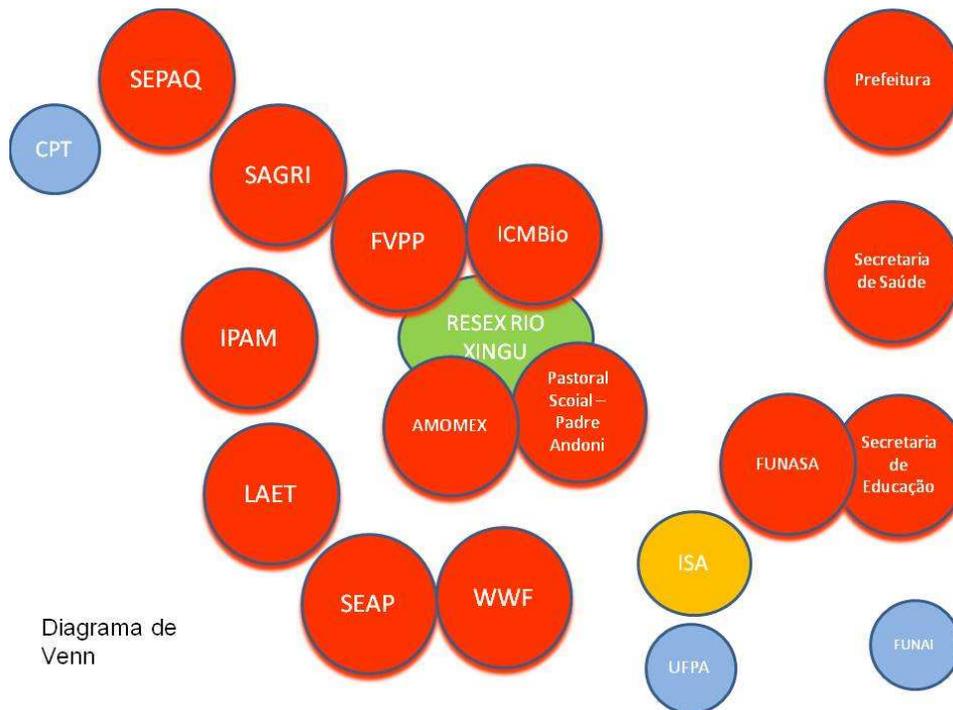


Figura 4.4. Diagrama de Venn construído em reunião efetuada na localidade Baliza (extremo norte da reserva) em junho de 2009.

Para cada região da RESEX foram escolhidos, pelos comunitários, os ribeirinhos para atuarem como conselheiros titulares e suplentes, após os moradores identificarem as principais características que deveriam estar presentes num conselheiro para representar à comunidade (Figura 4.5).



Figura 4.5. Resultados do trabalho com os moradores para identificação das características dos conselheiros antes da escolha dos mesmos.

Além do Conselho Deliberativo, a RESEX também conta com uma associação de moradores, a AMOMEX, que já existia antes da criação da unidade. O papel e o funcionamento da associação ainda não são totalmente compreendidos pela população.

Os comunitários conseguem perceber a importância do associativismo para o desenvolvimento socioeconômico da unidade, mas não dominam o seu significado nem a responsabilidade individual que encerra a construção da coletividade. As relações entre a população das diferentes áreas da RESEX continuam a se apresentar permeadas por desavenças pessoais, sem conseguir se sobrepor às mesmas para favorecer os interesses comuns. Daí que nem todos se sentem representados pela atual diretoria e nas últimas reuniões os moradores do extremo sul da reserva manifestaram a sua vontade de criar outra associação.

Durante a construção do Plano de Manejo participativo da reserva, principal instrumento de gestão da unidade, também foi construído pelos moradores o Plano de Utilização da RESEX, no qual os próprios ribeirinhos resgataram as regras internas que têm organizado o funcionamento da área, garantindo uma coexistência harmônica e a conservação dos recursos naturais. Essas regras foram surgindo como produto dos anos de convivência entre as famílias que ocuparam a área nas distintas épocas e a mistura das diversas culturas que se juntaram até formar a população atual da reserva. Em todos os casos o Plano de Utilização respeita a legislação vigente, incluídas as regulamentações específicas para reservas extrativistas contidas no SNUC.

4.1.1. Infra-estrutura da Gestão

A gestão da RESEX Rio Xingu conta atualmente com alguns elementos de infra-estrutura que com certeza facilitam o trabalho na unidade. Existe uma base operacional localizada no rio Xingu, dentro do Parque Nacional Serra do Pardo, a poucos quilômetros a montante do limite sul da reserva (Figura 4.6). As atividades na base são as de pesquisa, proteção da unidade e monitoramento das embarcações que entram na RESEX, vindas do município de São Félix do Xingu. A mesma é reconhecida pelos moradores como um ponto estratégico para a gestão, pois exerce importante controle na entrada de estranhos que persistem em utilizar ilegalmente os recursos da reserva e que em ocasiões tentam descer o rio a procura de terras. No passado era a principal rota de entrada de grileiros.



Figura 4.6. Base 1 localizada no PARNA Serra do Pardo.

A função de fiscalização na base é compartilhada com a Polícia Militar, bombeiros, brigadistas e servidores do ICMBio lotados em Altamira que se alternam de modo que sempre existe na base pessoal capacitado para reagir ante qualquer eventualidade. É uma demanda da população ribeirinha a construção de outra base na entrada da RESEX (localidade Baliza) que permita controlar a entrada de pescadores de Altamira que tentam utilizar a área da RESEX, e que também possibilite a rápida ação do ICMBio no caso de denúncias por uso inadequado da RESEX, seja por parte de estranhos ou dos próprios moradores ou usuários.

O ICMBio dispõe de dois aparelhos de rádio que permitem a comunicação entre a base, a sede do ICMBio em Altamira e os moradores nos quatro pontos da RESEX onde existem rádios. Para a comunicação é utilizada uma frequência aberta, a mesma usada pelas centrais de rádio da cidade, o que não é o mais adequado, pois não existe sigilo para o repasse de informações e limita a liberdade dos moradores a fazerem denúncias, pois qualquer pessoa pode escutar as falas.

A RESEX dispõe de uma voadeira com motor 40Hp que facilita o deslocamento desde Altamira até as diferentes localidades (Figura 4.7). O tempo de deslocamento varia segundo a época do ano. Na seca, o tempo de deslocamento até o início da reserva é de seis horas e até o final é de nove horas. Na cheia são gastas quatro horas e meia até chegar no início da RESEX e sete horas e meia até chegar ao último morador, isso considerando que a voadeira não esteja carregada com insumos e excesso de combustível.



Figura 4.7. Voadeira para o deslocamento de pessoal até a RESEX Rio Xingu.

A unidade também possui um aparelho de GPS que tem possibilitado o mapeamento das distintas localidades da RESEX e de pontos importantes como rios e igarapés, além da identificação de áreas em conflito dentro da reserva, solução de conflitos entre os moradores quando relacionados à posse de uma área determinada, registro de incidências como acampamentos de pescadores, ocupações ilegais da RESEX, mapeamento de árvores nobres caídas, dentre outras utilidades. A equipe do ICMBio conta também com um computador portátil para facilitar o trabalho em campo.

4.2. Plano de Utilização

O Plano de Utilização da RESEX Rio Xingu foi construído pelos moradores, tendo sido utilizada metodologia participativa apropriada e descrita mais detalhadamente nos relatórios circunstanciados do Plano de Manejo. Foram realizadas quatro reuniões, nas comunidades de Morro do Félix, Morro Grande, Pedra Preta e Baliza, sendo que o resultado compilado foi analisado, discutido e aprovado em reunião geral (Figura 4.8). Destaca-se que a linguagem do Plano de Utilização reproduz a forma como os comunitários se expressam.



Figura 4.8. Reuniões do Plano de Utilização realizadas nas localidades Morro do Félix, Morro Grande, Pedra Preta e Baliza.

PLANO DE UTILIZAÇÃO DA RESEX RIO XINGU

Sobre a localidade e os moradores:

1. Tem direito a morar na RESEX Rio Xingu aqueles que são reconhecidos pelos moradores como sendo da RESEX, por isso estão ou serão cadastrados pela Associação ou ICMBio, aprovado pelo Conselho Deliberativo.
2. O lugar onde mora cada família é chamado de localidade ou colocação, sendo que colocação é mais usado para as estradas de seringa e piques de castanhais.
3. O direito de usar os piques de castanha e estradas de seringa passa de pais para filhos moradores ou outras pessoas da RESEX.
4. Um morador pode “dar” a sua localidade para outra pessoa desde que seja ribeirinho também. Aquele que “dá” uma colocação para outro ribeirinho, seja casa, castanhal, estrada de seringa, ou qualquer outra área de uso, deve informar para o resto dos moradores e ao ICMBio para evitar confusões no futuro.
5. Quando um ribeirinho abandona uma localidade ou colocação para ir morar fora da RESEX, continua sendo o “dono” da localidade e pode voltar a morar nela até 2 anos depois de sair. Os filhos têm direito a ficar na colocação dos pais.
6. Quando um ribeirinho abandona uma colocação pode vender para outro ribeirinho as benfeitorias que tem na área como a casa, a roça, etc.
7. Quando um morador abandona uma localidade para morar em outra, deve abandonar a casa antiga. Não pode ter duas moradas dentro da RESEX.
8. Se um morador quiser mudar para um lugar onde não mora ninguém, nem é área de pesca de outros moradores, nem fica perto dos castanhais ou seringais ou qualquer outra área de uso de outro morador, não precisa pedir autorização.
9. Se um morador quiser se mudar para uma localidade onde vai ter vizinhos, deve pedir autorização dos vizinhos antes de se mudar.
10. A mudança dos ribeirinhos de uma localidade para outra deve ser informada ao ICMBio para que seja alterado no cadastro do ribeirinho e também à associação de moradores.
11. O cadastro dos moradores deve estar na Associação e no ICMBio.

Sobre as atividades extrativistas:

12. Todos devem respeitar os atuais “donos” dos seringais. Para seringais novos, dono é aquele que abriu e limpou a estrada de seringa pela primeira vez, é ele quem tem direito a cortar seringa nesse seringal. O dono pode emprestar pro morador que quiser e pedir de volta a qualquer tempo.
13. Todos devem respeitar os atuais “donos” dos castanhais. Para castanhais novos, dono é aquele que abre o pique pela primeira vez e que sempre tirou castanha daquela área. O dono pode emprestar pro morador que quiser e pedir de volta a qualquer tempo.
14. O “dono” do castanhal pode pedir ajuda de outros familiares mesmo que não morem na RESEX para tirar castanha.
15. Quando existir algum problema sobre quem é “dono” de um castanhal ou seringal, os que estão com esse problema devem chegar a um acordo. Se não conseguirem então devem marcar uma conversa convidando o ICMBio e a Associação para participar e Instituições conselheiras.
16. Em algumas áreas da RESEX existem árvores de copaíba que podem ser usadas para extração do óleo e venda desse óleo.
17. A madeira pode ser usada para construir casas, móveis, canoas, remos e demais utensílios domésticos. Também pode ser usada madeira seca para lenha.
18. A madeira caída pode ser usada para a construção de móveis e pequenos artigos de madeira que podem ser comercializados.
19. Caso sejam encontradas árvores de mogno ou castanheira caídas e o ribeirinho queira usar a madeira, deverá entrar em contato com o ICMBio para ele ir ao local, tomar os dados necessários (ponto do GPS, fotos, realizar análises para saber quanto tempo faz que a árvore caiu, motivo da queda, etc) e encaminhar autorização para que a madeira possa ser usada. Até ter resposta os ribeirinhos não podem mexer com a árvore caída.
20. Podem ser utilizados e comercializados para renda da família os seguintes produtos da floresta: copaíba, jatobá, açaí, bacaba, coco babaçu, amapá, várias espécies de cipó, capemba do anajá e do pati, golosa, piqui, pariri, taperebá, cacau-bravo, ingá, cupuaçu-do-mato, olho-de-palha, dentre outros.
21. Os produtos extraídos, produzidos e processados na RESEX podem ser comercializados em quantidades já praticadas ou acordadas nas comunidades e aceitas pelo Conselho.

Sobre as atividades agrícolas:

22. Cada família pode colocar dezesseis linhas de roça no mesmo ano. A cada quatro ou cinco anos voltam a trabalhar na mesma área que já virou capoeira.
23. A área que cada família pode abrir ao longo da vida é de aproximadamente 8 alqueires.
24. Pode ser usado fogo na roça, de preferência com acero. As árvores importantes, como a castanheira, seringueira e as madeiras de lei devem ser protegidas do fogo.
25. Os produtos da roça para comercialização são os da agricultura familiar: arroz, feijão, milho, farinha, café, cacau, banana, jerimum, abóbora, melancia, abacaxi, dentre outros.
26. Os animais criados na RESEX hoje são galinhas, cachorros, gatos, porcos e patos. O dono dos animais é responsável dos prejuízos que os animais estando soltos possam vir a causar nas colocações de outros ribeirinhos.
27. Deve ser estimulado o trabalho com abelhas, o que pode ser mais uma fonte de renda para os moradores.

Sobre a pesca:

28. Podem pescar para vender dentro da RESEX somente os ribeirinhos cadastrados como moradores.
29. Para mariscar na frente da casa de um ribeirinho tem que ter autorização dele.
30. A pesca comercial pode ser realizada com tela, linha ou caniço e até 3 espinheis com 30 anzóis cada.
31. É proibido na RESEX Rio Xingu o uso de malhadeira e de tarrafa. Poderá ser usada uma tarrafa pequena (tarrafinha) para pegar isca.
32. Quando um barco, canoa, ou morador for pego usando materiais de pesca que desrespeitem as regras estabelecidas neste plano de uso, os materiais de pesca serão apreendidos e a legislação aplicada.
33. No lago do Sales só pode pescar a família do Chico Branco, no lago Cotijuba só pode pescar a família do Chiquito e no lago próximo à localidade do Chico Chibé, só pode pescar a família dele. Para outro morador pescar nesses lagos tem que ter autorização deles.
34. Os ribeirinhos reconhecem 05 usuários como pescadores comerciais na RESEX. Eles moram na cidade ou em uma área fora dos limites da RESEX, mas sempre pescaram

dentro da área da reserva. São eles: Nildo e Luciano (filhos do Bernaldo), Francisquinho, Valdeci, Raimundo. Compete ao ICMBio o cadastramento dos mesmos.

35. Os regatões que podem comercializar peixe na RESEX são: Ed, Silas, Neca, Pedrinho, Ordeli, Altino, Zezinho, Aldenor e Valdeci, Ricardo, Paulinho, Denivaldo, Vivaldo e Félix. Compete ao ICMBio o cadastramento e autorização desses regatões.

Observação: O Seu Chico Paca, por ser a última localidade da RESEX, não costuma vender para estes compradores, pois estes não chegam até sua morada, podendo vender para quem for comprar na sua residência.

36. A pesca de acari só pode ser realizada pelos ribeirinhos cadastrados na RESEX.
37. É permitida a pesca de acari dentro da área da reserva para venda. Para pescar acari na frente da casa dos outros tem que pedir autorização.

Sobre os animais silvestres:

38. Os animais do mato quando encontrados pequenos podem ser criados livres pelos moradores e depois soltos ou utilizados na alimentação.
39. Só pode comer a carne de caça dentro dos limites da RESEX.
40. A caça é realizada só para comer (caça de subsistência) e somente os ribeirinhos cadastrados podem caçar dentro da RESEX. A caça pode ser realizada com espingarda, facão e eventualmente acompanhados de cachorro.

Sobre a entrada de não moradores:

41. Qualquer pessoa estranha (não conhecida dos ribeirinhos, ou que não more na RESEX, incluídas as instituições da cidade) para visitar a RESEX tem que pegar autorização no ICMBio e avisar a Associação. Na autorização deverá ter o porquê da viagem, onde vai ficar, quanto tempo e o que vai fazer. Qualquer ribeirinho pode pedir para a pessoa mostrar essa autorização.
42. Para começar a morar na RESEX a pessoa interessada deve seguir os seguintes passos:
- 1º) Escolher um local para fazer a casa e a roça;
 - 2º) Fazer uma carta para Associação de Moradores ou para o ICMBio dizendo o motivo e onde que ele quer morar.

- 3º) A carta será encaminhada ao Conselho Deliberativo que verificará se há algum problema ou risco de conflitos, autorizando ou não à família a ir para o local.
- 4º) Com as autorizações da associação e do Conselho Deliberativo, a família tem 1 ano para construir a sua casa e se mudar para o local escolhido, tendo o 2º ano para se estabelecer, fazendo a abertura de roça, participando de todos os benefícios da RESEX. Após este período o Conselho irá reavaliar a permanência na RESEX. Não cumprindo essas regras a pessoa perde o direito de permanecer na RESEX.

Sobre as penalidades:

43. Qualquer um que desrespeitar os acordos deste Plano de Utilização terá as seguintes penalidades:
- Na primeira infração é chamado a atenção da pessoa, sendo feita uma carta para que conste que foi chamada a atenção. Isso é feito com a associação e os moradores ou pelo ICMBio, dependendo da infração.
 - Na segunda vez que comete a infração, a questão é levada ao Conselho Deliberativo, que decidirá sobre a manutenção ou não do beneficiário/usuário na Reserva Extrativista. A decisão é expressa em uma carta registrada no Conselho.
 - Na terceira infração, após avaliação do Conselho, a pessoa é eliminada do cadastro da RESEX, perde seus direitos de beneficiário/usuário e tem que sair da RESEX.
44. Regra da Boa Convivência: As pessoas que estejam arrumando confusão vão seguir o mesmo processo que aqueles que desrespeitem o Plano de Utilização.

4.3. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (Decreto-Lei Nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, artigo 7º) é um "contrato solene, pelo qual se transfere, a título de direito real, o usufruto temporário, por prazo certo ou indeterminado, de terreno público ou particular, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social".

É assinado entre o órgão gestor-administrador da unidade e a Associação de Moradores da Reserva, a mesma assina com cada morador o “Contrato de Autorização de Uso” ou outro documento jurídico que achar apropriado.

Por ser um instrumento de natureza contratual confere maior segurança e estabilidade à relação jurídica estabelecida entre o concessionário e a administração pública.

No Decreto de Criação das Reservas Extrativistas (Decreto No. 98.897, de 30 de janeiro de 1990), ficou estabelecido que o Contrato de Concessão regula a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais dentro da reserva. Deverá incluir o Plano de Utilização devidamente aprovado e conterá cláusulas de rescisão quando houver qualquer dano ao meio ambiente ou à transferência de concessão “inter vivos”.

Serão beneficiários do contrato os moradores da RESEX cadastrados no ICMBio, segundo consta no Anexo B.

A RESEX já possui um cadastro no INCRA, onde aparecem registrados os beneficiários da mesma.

4.4. Zoneamento da Unidade

Segundo a IN N° 01, de 18 de setembro de 2007, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração do Plano de Manejo, o zoneamento da unidade deve estabelecer setores ou zonas com normas e regras específicas de uso, manejo e ocupação da unidade, com base na diversidade de paisagens e ecossistemas, na situação fundiária, na tradição e na forma como a população local divide, categoriza e utiliza o espaço.

O zoneamento da Reserva Extrativista Rio Xingu, foi elaborado por meio de um exercício de mapeamento participativo (Figura 4.9) onde os moradores construíram mapas de usos do solo, pesca e conflito de cada região da RESEX (Figuras 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.15, 4.16, 4.17, 4.18). Para facilitar os trabalhos, o mapa da RESEX foi dividido em quatro partes, segundo as quatro regiões em que se divide a RESEX para a realização das reuniões, nos quais foram colocadas a base hidrográfica e as casas de cada morador, de acordo com os dados do levantamento socioeconômico de 2008.

Antes de começar foi explicado a origem dos mapas e como são elaborados. Também foi ensinado como se localizar no mapa, como encontrar cada um a sua área, a sua casa e os igarapés próximos.

Foi criada uma legenda com os distintos tipos de usos do solo, os tipos de pesca e os conflitos que foram identificados no levantamento socioeconômico de 2008.

Para realizar o trabalho grupos pequenos de moradores se reuniram ao redor do mapa, identificaram os rios e igarapés, para depois localizar as suas áreas de uso e assim poder desenhá-las no mapa segundo as cores estabelecidas na legenda.

O resultado foi a representação no espaço das distintas atividades realizadas pelos moradores, dando nome às áreas segundo o uso do solo realizado nelas. Nos mapas aparecem discriminadas as principais atividades realizadas pelos moradores e a organização espacial dessas atividades, bem como a divisão das áreas de pesca e a identificação de áreas degradadas, no mapa de conflitos.

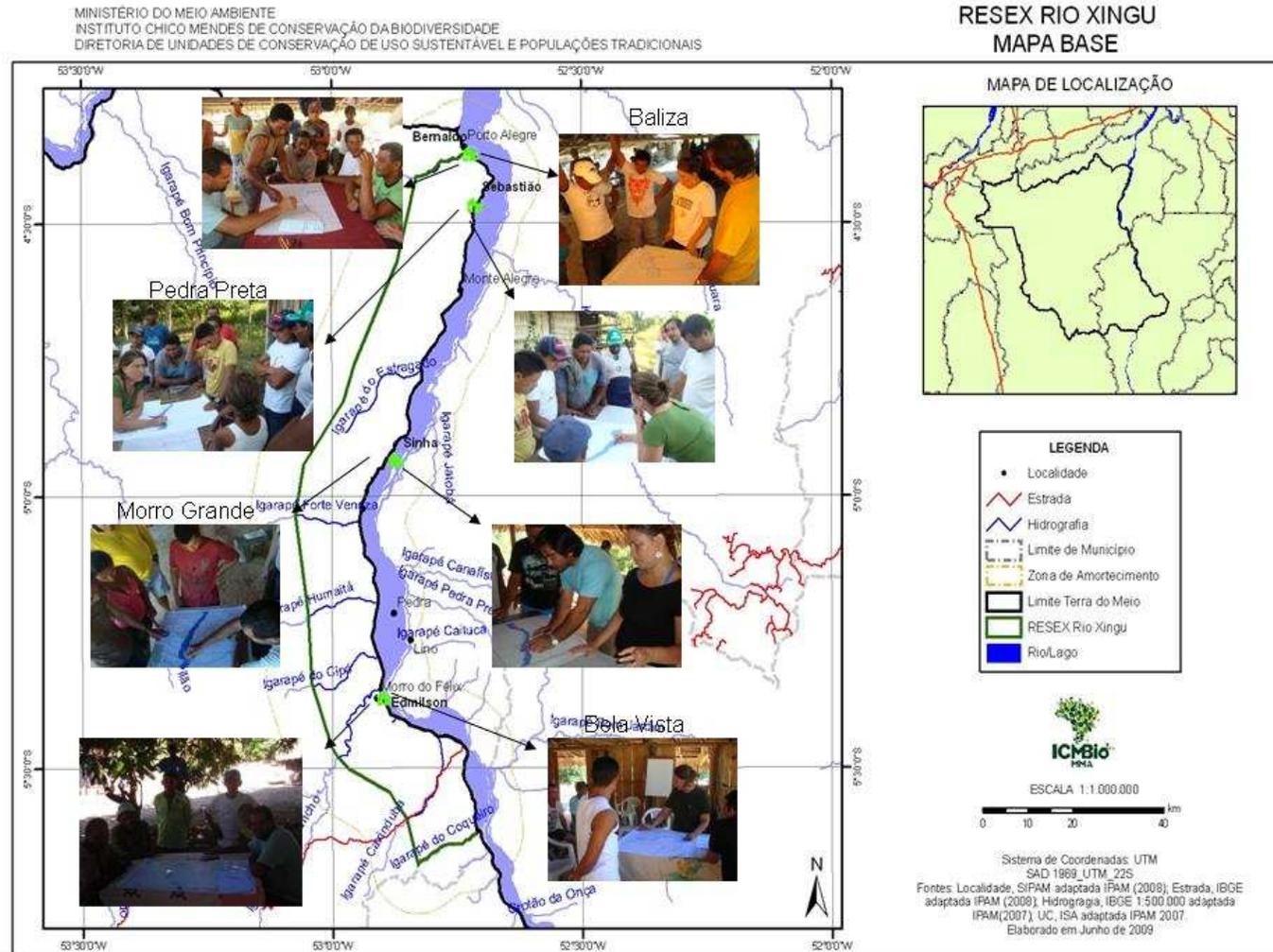


Figura 4.9. Localização dos lugares das reuniões onde foi realizado o mapeamento participativo.

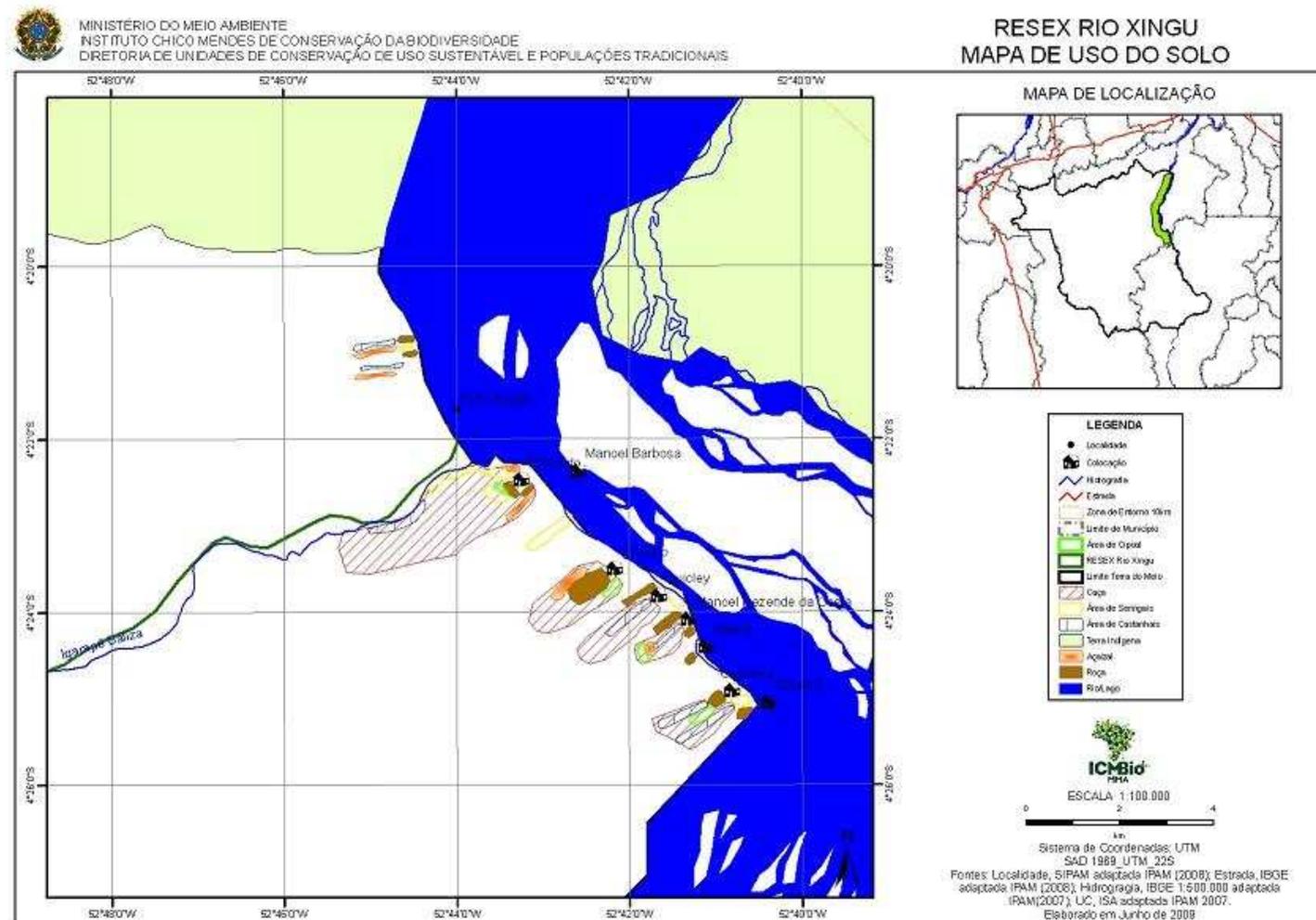


Figura 4.10. Mapa de usos de solo para a região do Baliza.

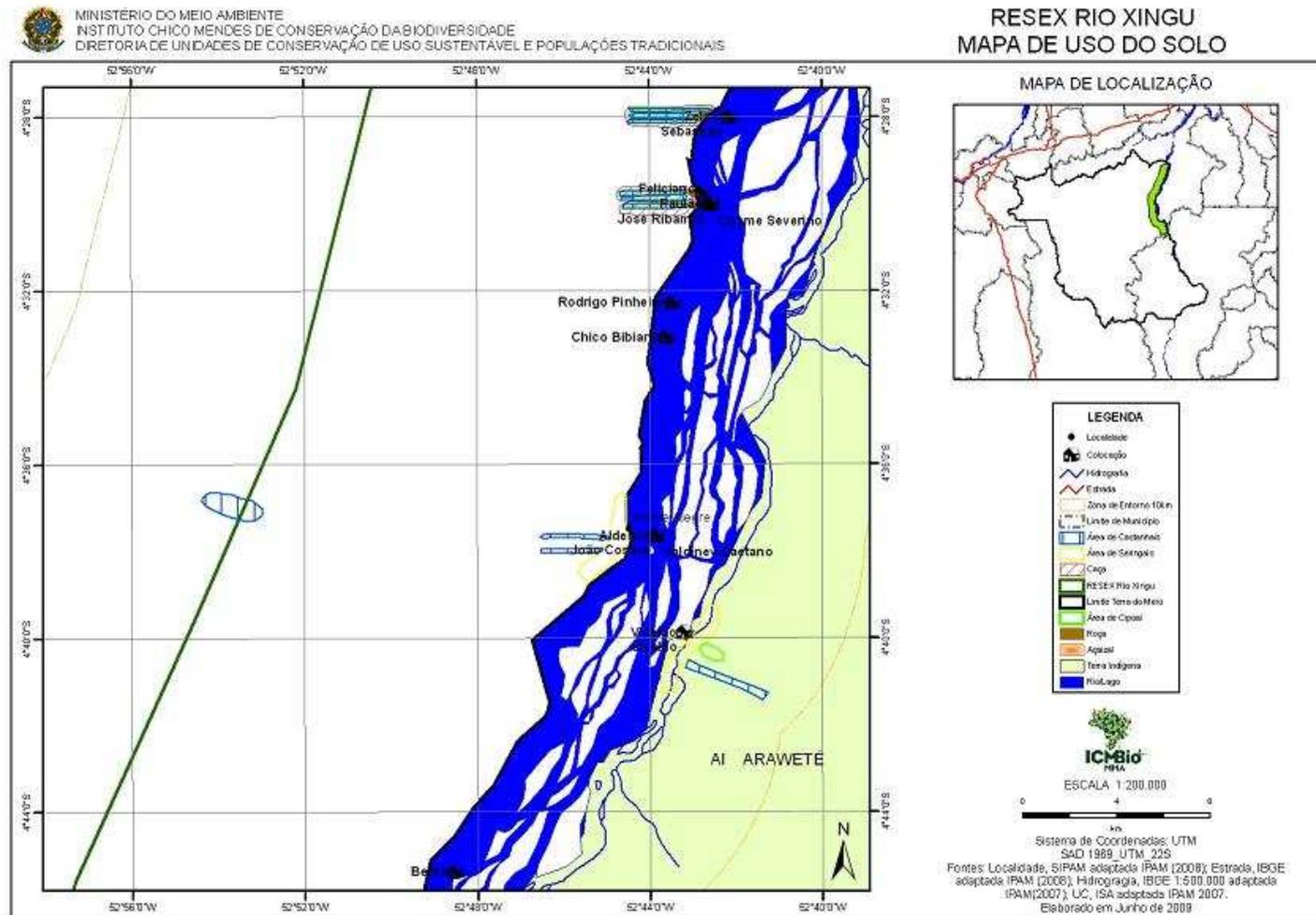


Figura 4.11. Mapa de usos de solo para a região da Pedra Preta.

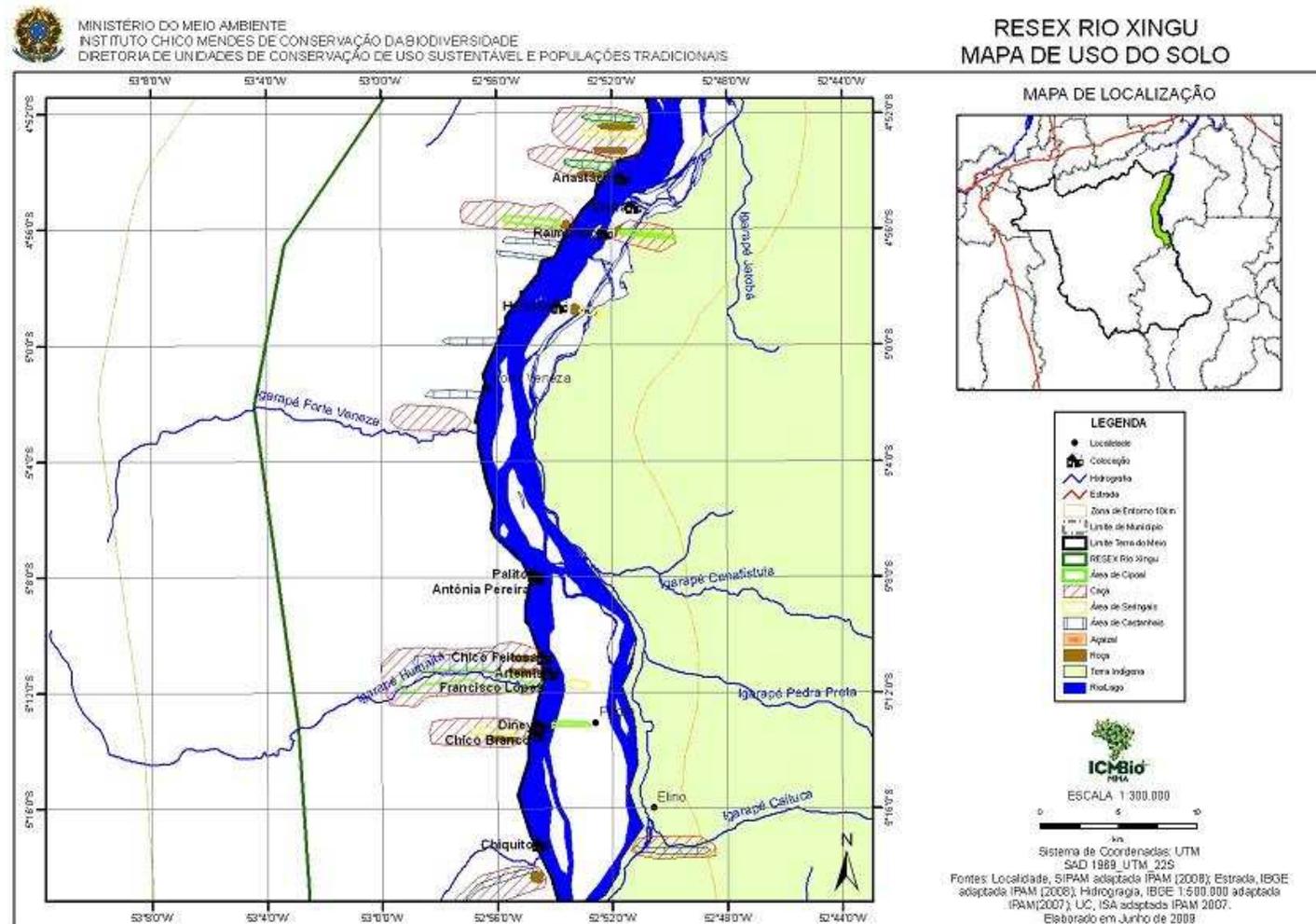


Figura 4.12. Mapa de usos de solo para a região do Morro Grande.

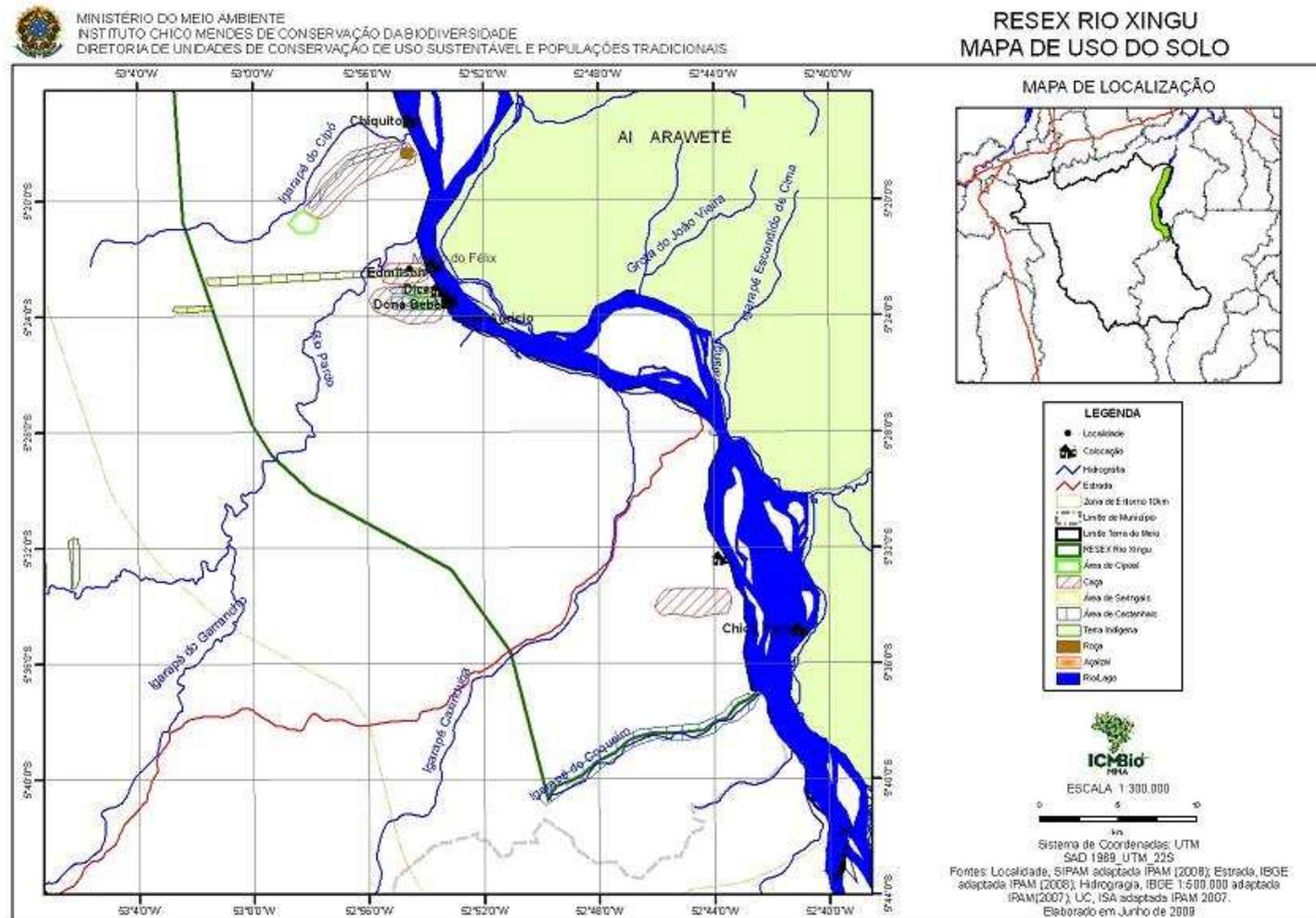


Figura 4.13. Mapa de usos de solo para a região do Morro de Félix.

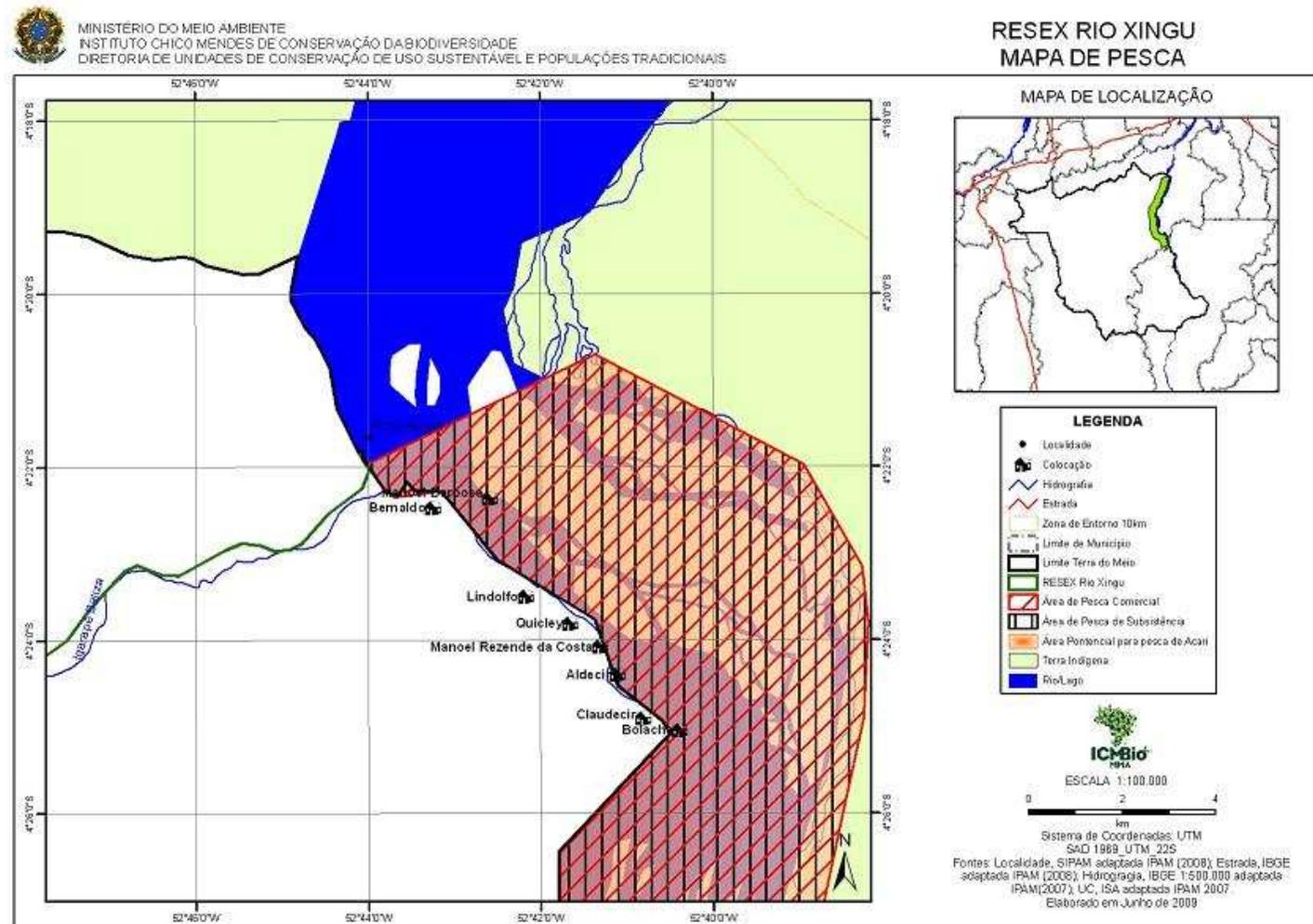


Figura 4.14. Mapa de pesca para a região do Baliza.

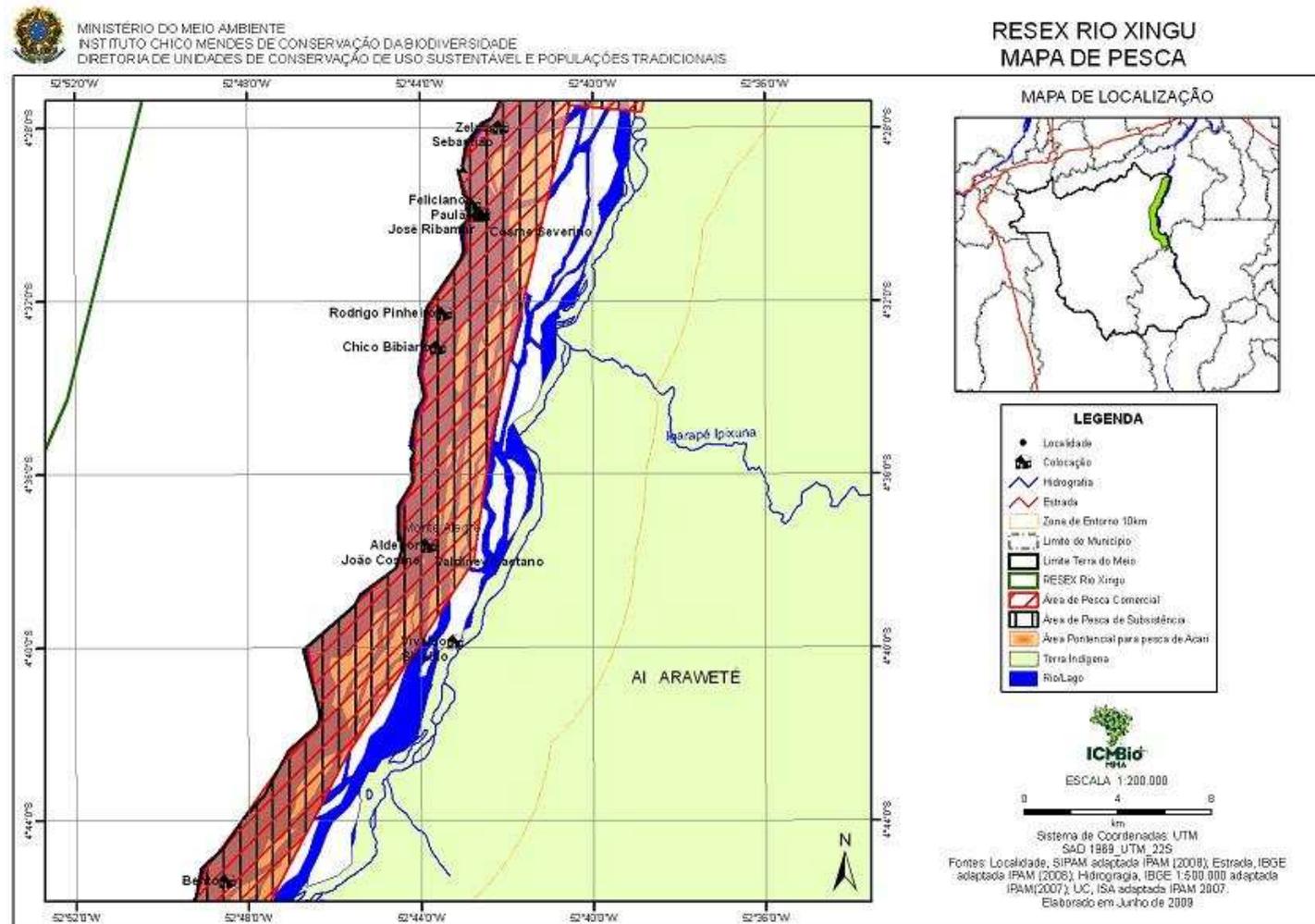


Figura 4.15. Mapa de pesca para a região da Pedra Preta.

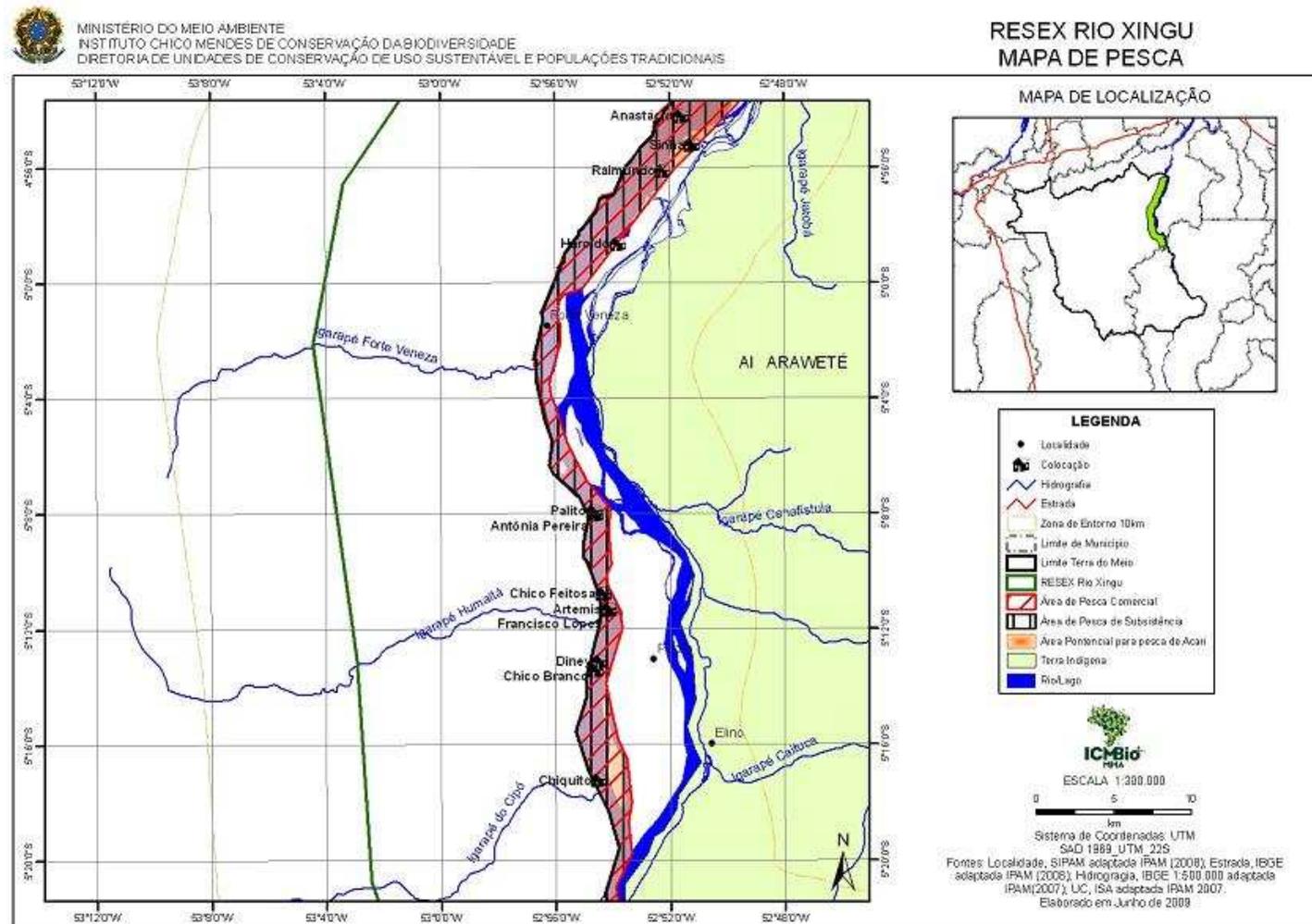


Figura 4.16. Mapa de pesca para a região do Morro Grande.

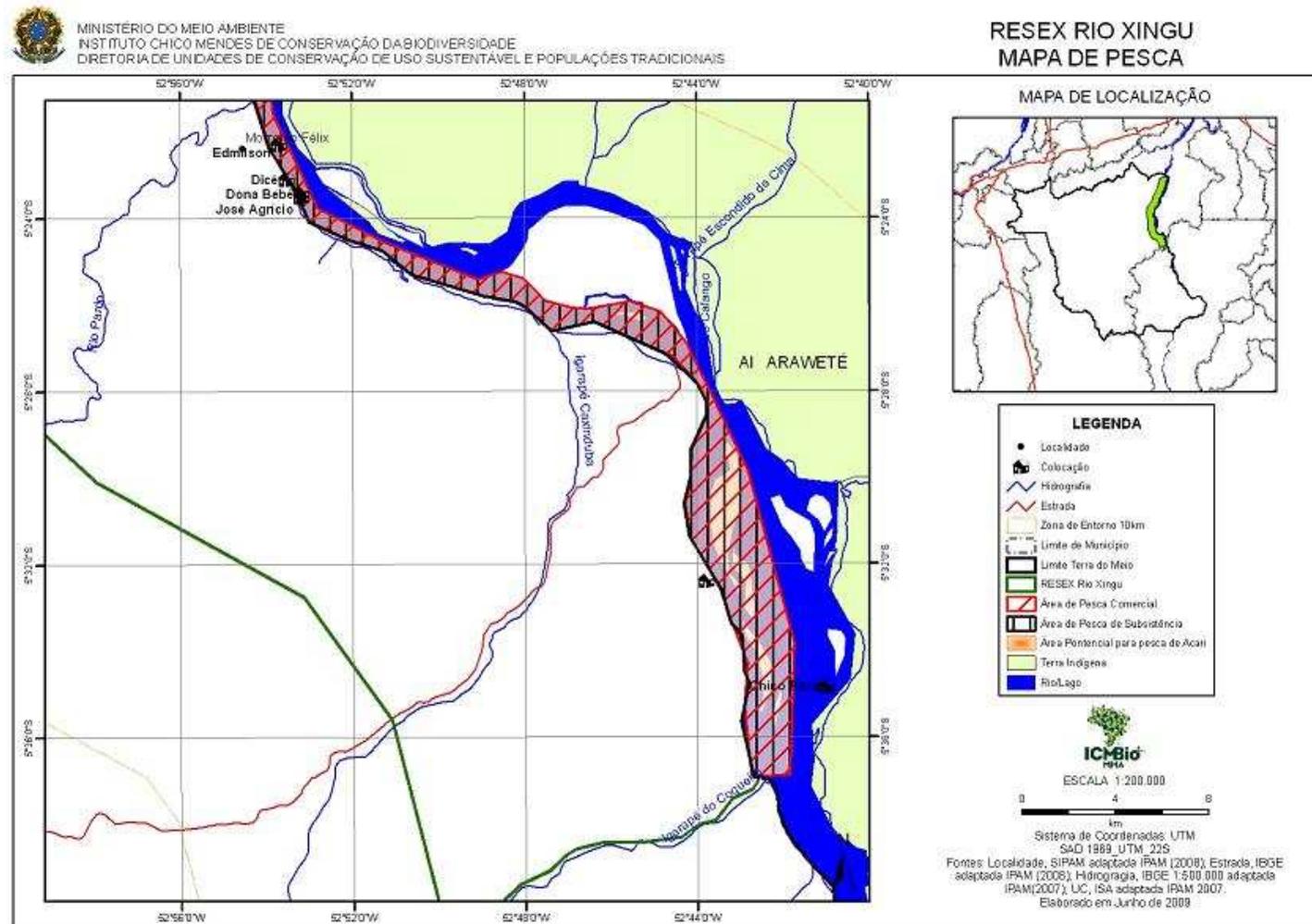


Figura 4.17. Mapa de pesca para a região do Morro de Félix.

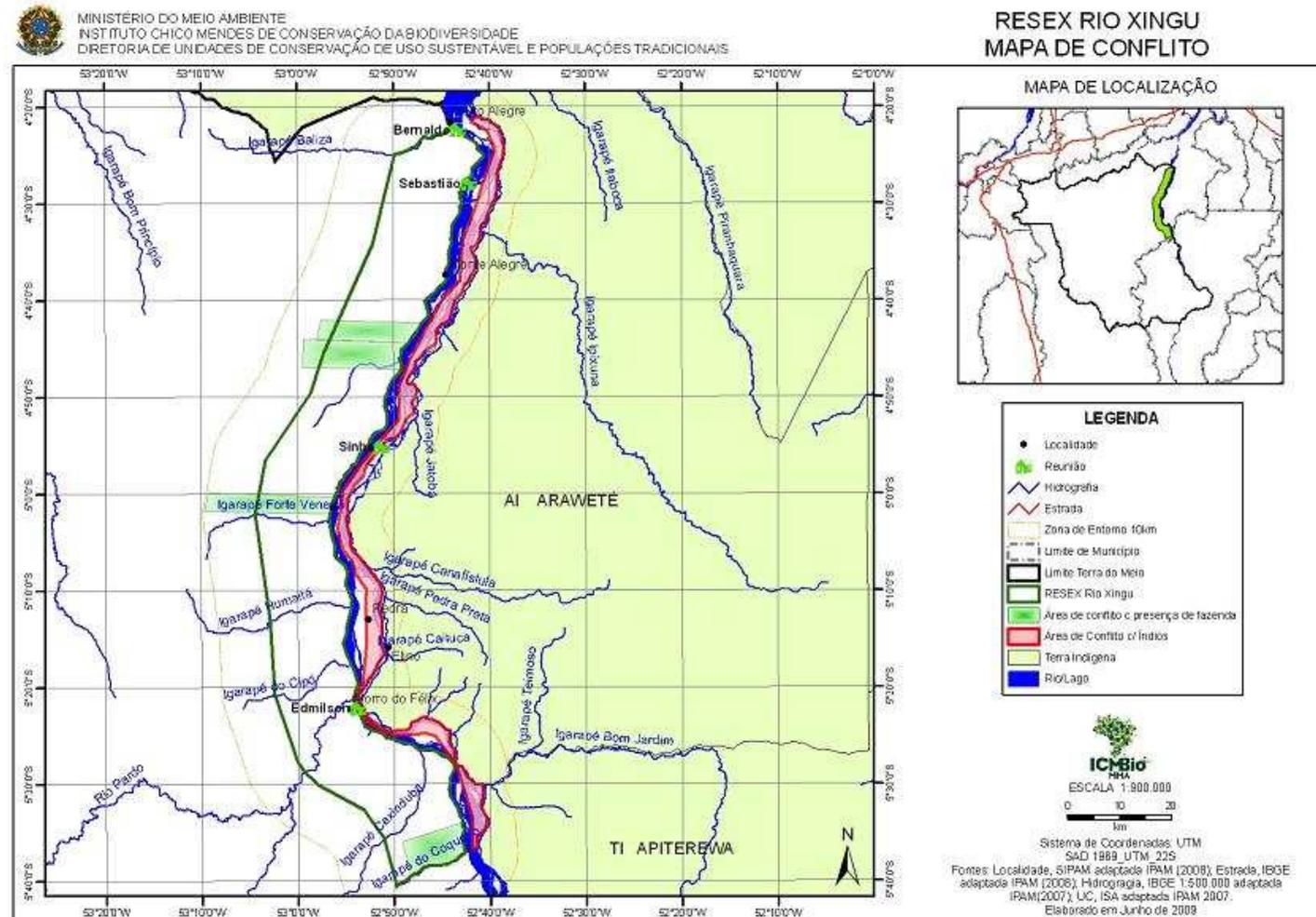


Figura 4.18. Mapa de conflito da RESEX Rio Xingu.

Juntando as informações contidas nos três mapas e considerando a classificação do espaço que já existe como parte do modo de vida dos moradores, foi elaborado o zoneamento da unidade, agrupando as áreas da seguinte forma, conforme aparece na figura 4.19, no mapa geral da RESEX e nas figuras 4.20 a 4.23, nos mapas de zoneamento por região:

Zona de moradia:

Zona de uso familiar, constitui-se na área onde se encontra a casa da família. Inclui a beira do rio, única via de acesso para chegar às moradias, também é a fonte de água para uso doméstico e é onde as famílias realizam diversas atividades domésticas como lavagem de roupa e louça. Além das moradias compreende outras infra-estruturas como casa de farinha, paiol, etc. É nessa zona onde as famílias têm o seu sítio (área de plantio de frutas) e onde é realizada a criação de animais de pequeno porte.

Zona de castanhal:

Compreende as áreas de piques de castanha que são usadas por cada família para tirar a sua produção anual de castanha. Não significa que não existam mais áreas que possam virar castanhais, mas só aparecem identificados aquelas que estão em uso como tal.

Na RESEX Rio Xingu as áreas destinadas a atividades extrativistas e a caça se sobrepõem na maioria dos casos, pelo qual nelas é permitida qualquer atividade que não comprometa a produtividade das castanheiras. Essas áreas não serão usadas para fazer roça, pois além da castanheira estar protegida pela legislação brasileira, o Plano de Utilização também estabelece que essas árvores devem ser preservadas e evitado que sejam afetadas pelo fogo. Cada família só usará o castanhal reconhecido como “seu”.

Zona de seringal:

A zona de seringal é aquela onde se encontram as estradas de seringa, usadas pelas famílias desde o processo de colonização da região. O mesmo acontece com os castanhais, não abrange todos os seringais que existem ou que potencialmente poderiam

existir, mas aqueles reconhecidos como “pertencente” a cada família e que mesmo que possam estar desativados na atualidade, seriam retomados pelos “donos” no caso de voltar a trabalhar com seringa.

O uso da área fica limitado à família que se encontra em posse do seringal, segundo estabelecido no Plano de Utilização. Como na zona de castanhal, nessa área poderá ser feita qualquer outra atividade, desde que não afete as seringueiras, que também são protegidas pelos ribeirinhos, por ser fonte de renda e atividade tradicional reconhecida pelos moradores que em muitos casos sonham com a retomada de preços atrativos para a borracha.

Zona de extrativismos diversos:

Compreende áreas de onde são extraídos distintos produtos entre os quais estão vários tipos de cipó, açaí, bacaba, etc. Esta zona foi identificada, conforme anotação dos moradores, em áreas de acesso com a finalidade de recolher da floresta outros produtos florestais não madeireiros. Cada família tem a sua própria área para realizar essas atividades, a qual geralmente fica perto da moradia e com frequência também se sobrepõe com áreas de caça e outras atividades extrativistas. A conservação dessas áreas por parte dos moradores está garantida como modo de preservar a fonte de extrativismo.

Zona de roça:

Compreende a área destinada pela família à agricultura de subsistência e venda do excedente. Geralmente fica próxima a casa. As suas regras de utilização e tamanho estão estabelecidas no Plano de Utilização. É também uma área de uso familiar.

Zona de caça:

É a zona onde cada família pratica a caça de subsistência, mas não é destinada só a isso. Inclui geralmente as outras áreas de usos extrativistas. Os moradores caçam nos mesmos lugares de onde tiram castanha, cipó, etc. Essas áreas já recebem uma proteção natural por parte dos moradores com a intenção de conservar os recursos extrativistas, o que é reforçado para a caça, pois na sua sabedoria tradicional os

moradores procuram que as zonas onde caçam não tenham muita influência antrópica, para evitar que os animais fujam.

Zona de pesca:

A zona de pesca é aquela onde são realizadas as atividades de pesca de qualquer tipo. Inclui as áreas de pesca comercial e de subsistência entre as quais não há diferenciação e também a área potencial para pesca de acari. Como a margem direita do rio é TI, na maior parte da RESEX a área de pesca dos moradores chega só até a metade do rio, utilizando-se ocasionalmente as ilhas para determinar os limites de uso entre índios e ribeirinhos.

A única área privada de pesca é a que fica na frente das casas, um espaço pequeno onde para outras pessoas mariscarem precisam pedir autorização à família que mora na localidade. As atividades de pesca permitidas nessas áreas se encontram estabelecidas no Plano de Uso.

Zona de recuperação:

Compreende as áreas de fazendas que existiram ou ainda existem dentro da RESEX e que foram identificadas pelos moradores como as únicas áreas degradadas da unidade. No passado existiam nelas castanhais que foram queimados com a entrada dos fazendeiros.

É uma zona na qual deve ser feito um trabalho de recuperação da área através de reflorestamento, sendo interesse dos moradores tentar salvar as castanheiras que ainda se encontram em pé, isoladas no meio do pasto, o que as deixa improdutivas.

Zona de Uso ocasional:

Compreende as áreas da reserva onde não está identificado um uso específico e nas quais os moradores se aventuram ocasionalmente à procura de algum produto extrativista, de algum animal silvestre ou simplesmente reconhecendo a área. No futuro, podem ser redefinidas para outros usos, segundo o seu potencial extrativista tanto de produtos que já são utilizados como a castanha, quanto de outros que podem passar a

fazer parte da renda familiar, tais como copaíba, jatobá, babaçu, assim como para aproveitamento de madeiras caídas.

Na visão dos ribeirinhos, caso seja construída a UHE Belo Monte e como consequência as áreas baixas da RESEX fiquem alagadas, a Zona de Uso Ocasional precisaria ser redefinida, pois as atividades cotidianas dos moradores, distribuídas no resto das áreas descritas no zoneamento, passariam a ser realizadas nas zonas da RESEX não afetadas pela barragem.

4.4.1. Proposta de Zona de Amortecimento

Para a definição da zona de amortecimento serão necessárias maiores pesquisas na área para que se possa embasar o ICMBio e pleitear a institucionalização da mesma. Por isso propôs-se que zona de amortecimento seja estabelecida temporariamente conforme resolução CONAMA 13/90, que abrange 10 km ao redor dos limites da RESEX, onde qualquer empreendimento e ação devem ter a anuência da chefia da unidade, após consulta ao Conselho. Essa proposta de zona de amortecimento compreende outras unidades de conservação federais e terras indígenas que limitam com a RESEX: ESEC da Terra do Meio, PARNA Serra do Pardo, TI Araweté do Igarapé Ipixuna e TI Apyterewa. Em todos os mapas contidos nesse documento encontra-se representada a proposta de zona de amortecimento, contudo com a denominação “zona de entorno”.

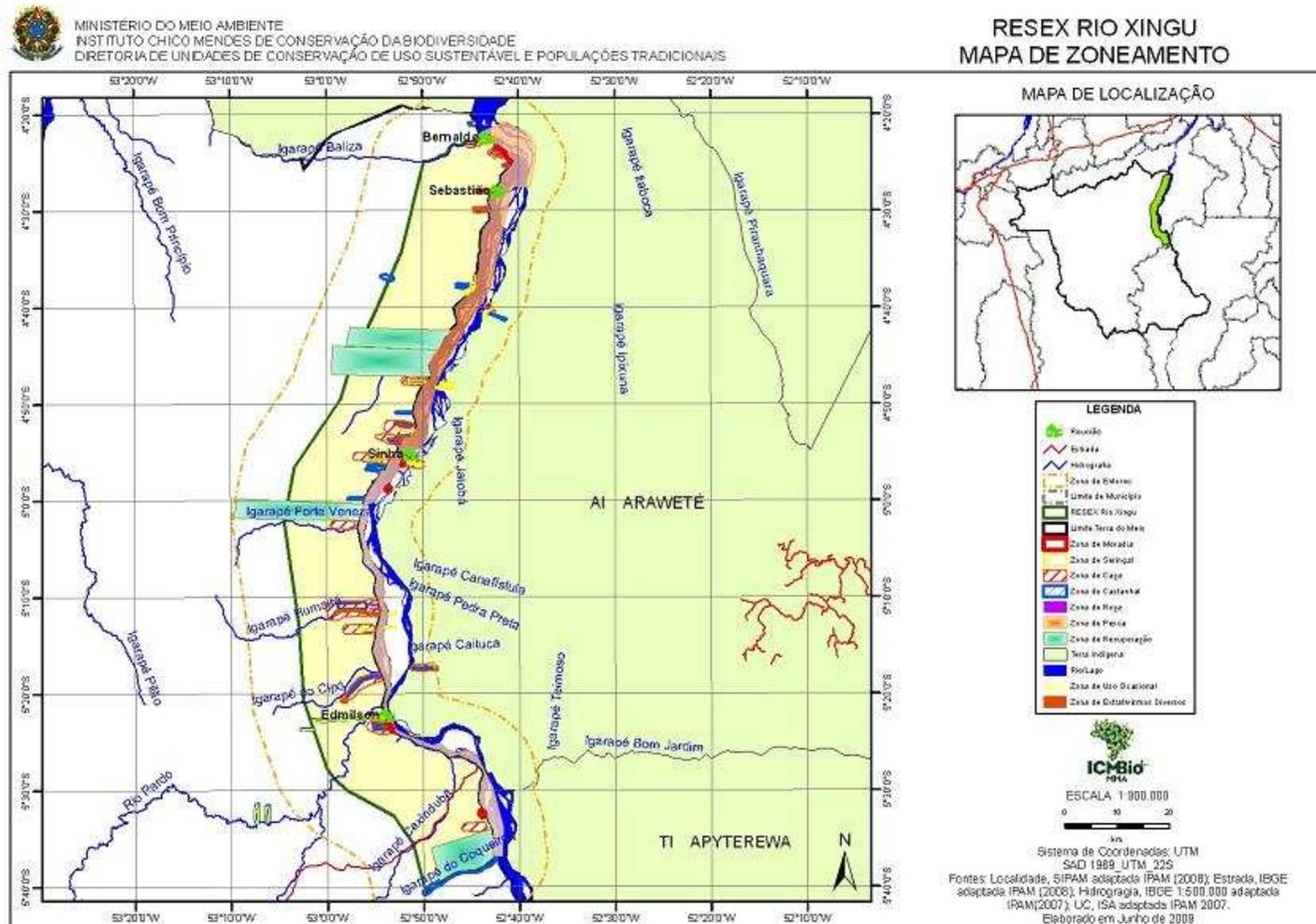


Figura 4.19. Mapa de zoneamento da RESEX Rio Xingu.

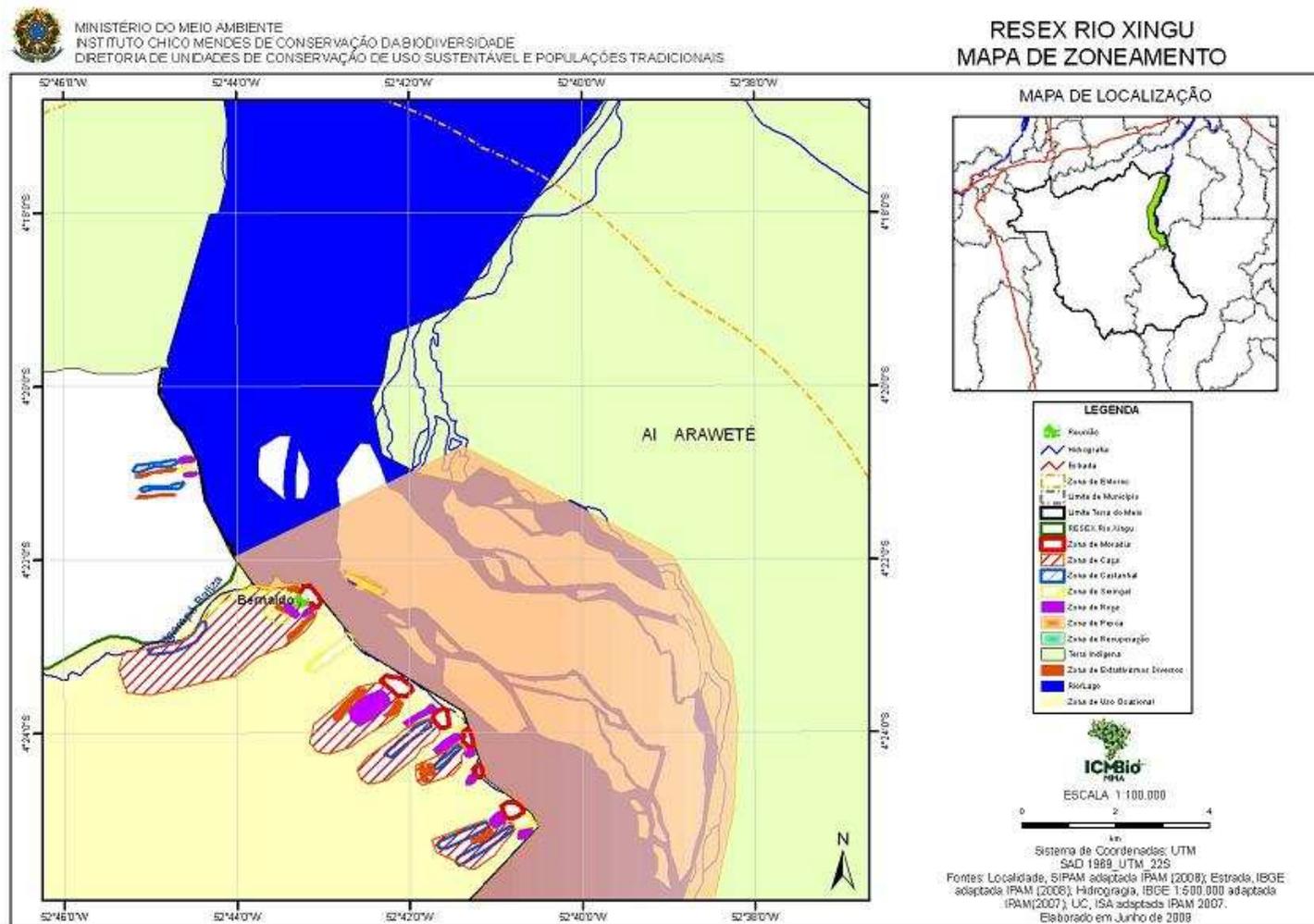


Figura. 4.20. Mapa de Zoneamento da região do Baliza, na RESEX Rio Xingu.

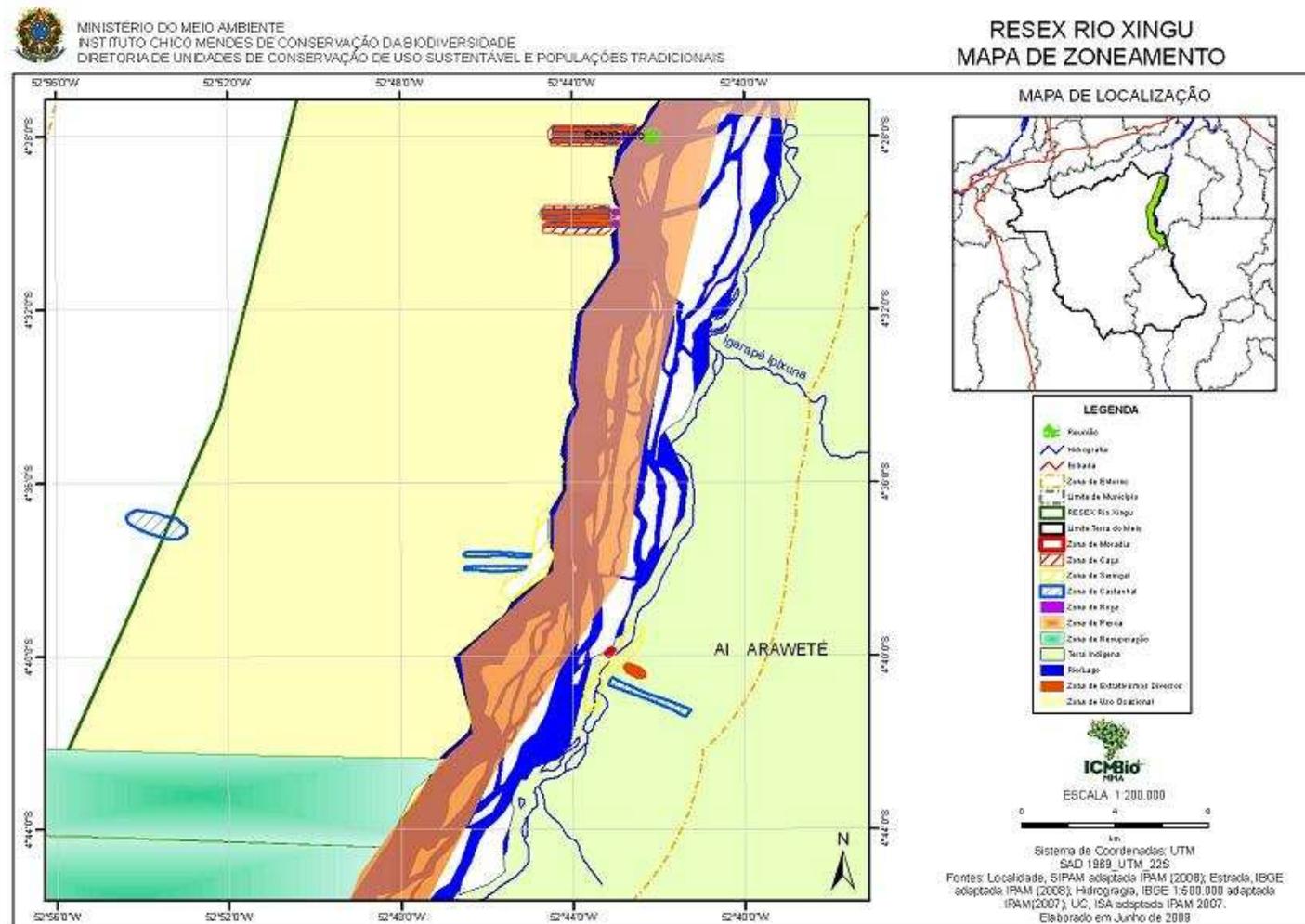


Figura. 4.21. Mapa de Zoneamento da região da Pedra Preta, na RESEX Rio Xingu.

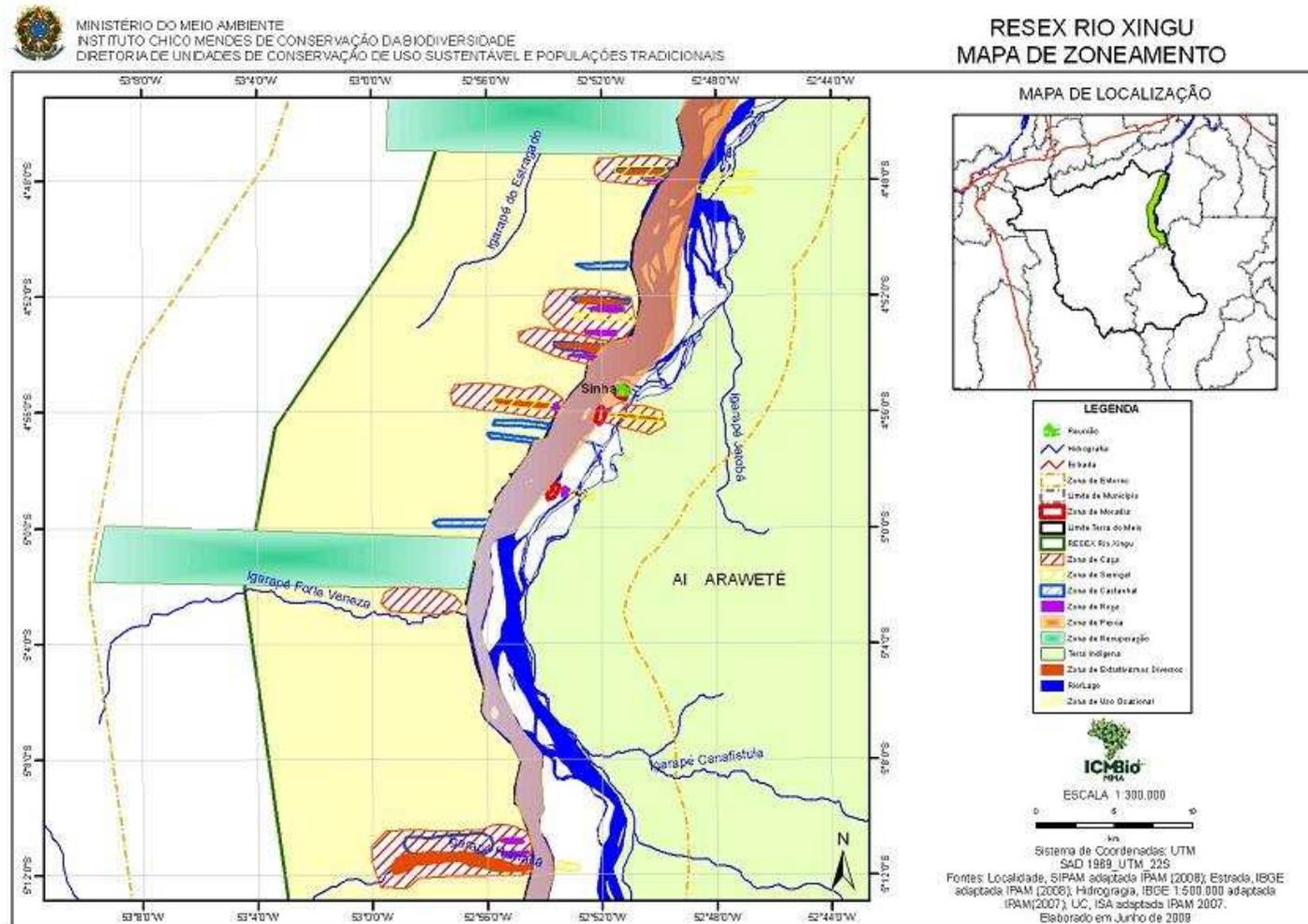


Figura. 4.22. Mapa de Zoneamento da região do Morro Grande, na RESEX Rio Xingu.

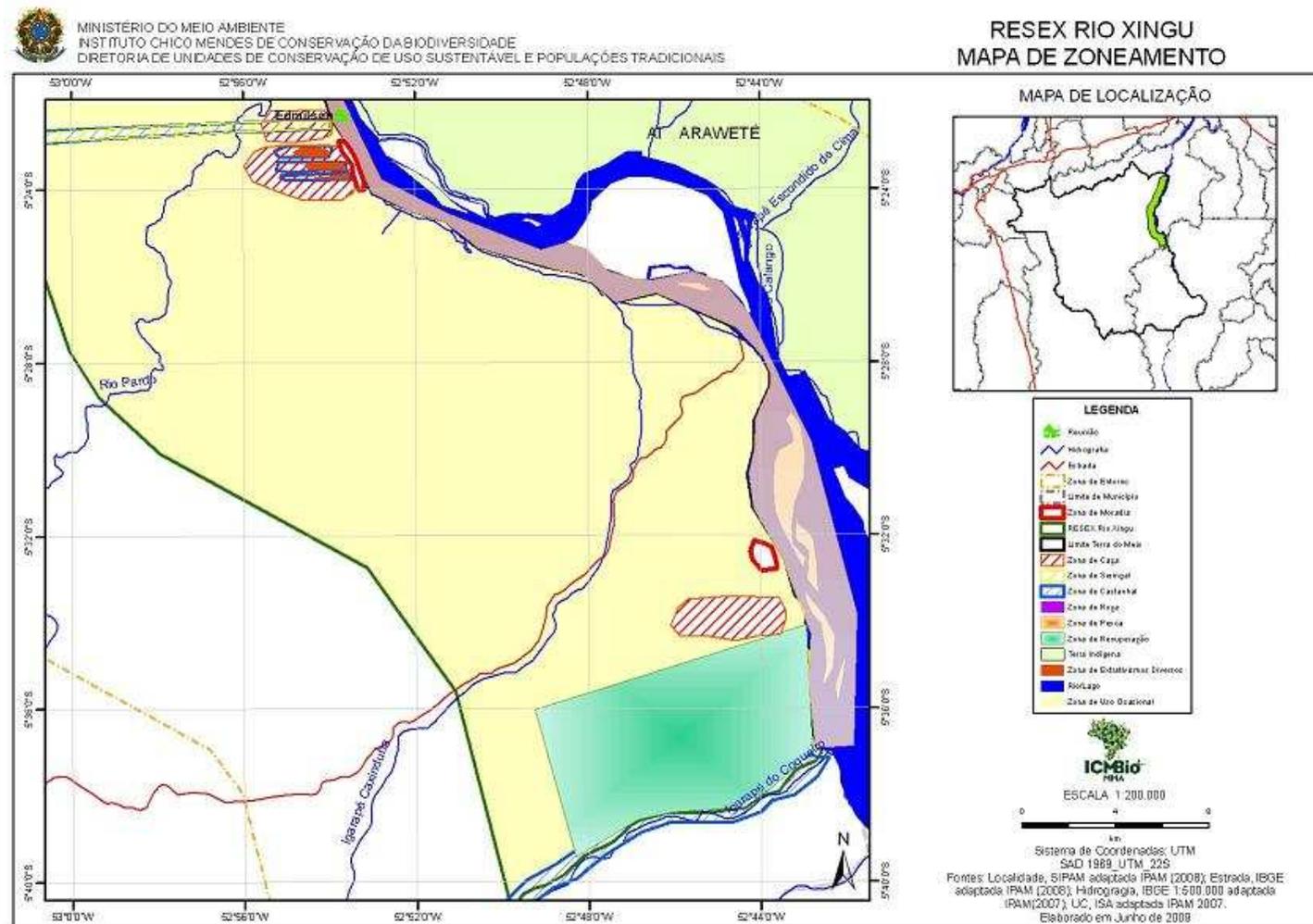


Figura. 4.23. Mapa de Zoneamento da região do Morro do Félix, na RESEX Rio Xingu.

5. CENÁRIOS

A visão de futuro dos moradores da RESEX Rio Xingu é baseada nos problemas e necessidades atuais e na esperança de que sejam resolvidos a curto e médio prazo. A dura realidade que se vive na reserva ao longo de tantos anos tem influenciado muito essa capacidade de visualizar um futuro melhor. Almeja-se, inicialmente, os direitos básicos de todo cidadão a ter educação, assistência médica, a ser considerado como um ser humano e viver com dignidade.

A construção de cenários com a comunidade é um processo que ajuda a entender o modo em que os ribeirinhos interpretam a sua realidade, seu cotidiano, quais os fatores determinantes para a melhoria da qualidade de vida, quais as mudanças necessárias para o desenvolvimento da população. Uma vez construídos, os cenários podem funcionar como um guia para estabelecer as prioridades da população e para modelar, através de ações concretas, o futuro da unidade.

A construção de cenários foi feita posteriormente à elaboração das propostas de ações para os programas de sustentabilidade. Foi pedido para os participantes imaginarem a vida na RESEX num prazo de cinco anos, com duas condições distintas: a) se as mudanças resultantes dessas propostas acontecerem e b) se não acontecerem. Foram identificadas as ações críticas que poderiam exercer uma ação individual suficiente para afetar de forma geral a vida dos moradores e qualquer outro aspecto que pudesse ser determinante para modificar o futuro da RESEX. Algumas perguntas foram feitas para ajudar os ribeirinhos a definirem as situações futuras: A vida vai mudar? Como? A melhoria da qualidade de vida vai fazer com que mais pessoas queiram morar na RESEX? Qual vai ser a resposta dos moradores para essas pessoas que querem voltar? Quantas famílias de fora acham que podem vir a morar na área, tendo um espaço para fazer a sua casa, sua roça, tirar castanha? Como seria a divisão dos recursos naturais (castanhais, seringais, áreas de pesca e caça)? Acham que os moradores vão se concentrar ao redor das escolas e postos de saúde? Como seriam as casas? O que teriam dentro? Acham que os filhos que estão estudando fora voltariam? Acham que seus filhos vão querer morar na RESEX? Qual o espaço que eles ocupariam?

Juntando a visão de futuro dos ribeirinhos à análise das ameaças e conflitos internos e externos e à percepção que os moradores têm dos efeitos dessas ameaças,

podem ser identificados os seguintes cenários principais para a RESEX num prazo de até cinco anos.

Primeiro cenário: Continuar no cenário atual

O cenário atual se caracteriza pela falta de acesso a políticas públicas básicas e por uma economia insuficiente, baseada principalmente em itens cuja produtividade vem diminuindo progressivamente.

O aspecto positivo percebido é que os ribeirinhos têm o direito a morar e trabalhar na terra, garantido, na visão deles, pelo Decreto de criação da unidade. Não se sentem mais ameaçados por grileiros, nem pistoleiros, nem ninguém que queira entrar e se apropriar das terras. A preocupação dos moradores é com o trabalho e a produção e a busca de soluções para melhorar a vida dentro da RESEX.

A tendência desse cenário é de piorar as condições econômicas por esgotamento ou grande diminuição das fontes de renda, tornando a vida dos moradores muito mais difícil. Caso se prolongue essa situação por mais de cinco anos, alguns moradores abandonariam a RESEX, os filhos que estudam fora não voltariam para viver um futuro incerto e com poucas perspectivas. Por outra parte, muitos moradores acham que se nada for feito para mudar a situação atual, só resta se colocar nas mãos de Deus e continuar a sobreviver, tentando encontrar eles mesmos outro meio de vida.

Segundo cenário: Acesso a educação e saúde dentro da RESEX

Esse é o cenário mais almejado pelos moradores, que resolve as maiores preocupações e demandas da população ribeirinha.

Nesse cenário a RESEX contaria com postos de saúde, agente de saúde capacitado e com remédios para atendimento primário, campanhas de vacinação e campanhas médicas periódicas, escolas distribuídas ao longo da RESEX nos principais núcleos populacionais, com ensino básico completo e recursos e transporte garantidos para o seu funcionamento, professores preferencialmente da mesma comunidade, já adaptados às condições de vida na RESEX e capacitados adequadamente para ensinar os

outros, o que iria garantir junto com o ensino das matérias básicas, a transmissão da sabedoria tradicional da região.

Com essas condições poderia se garantir a união familiar e maior permanência dos moradores, pois as crianças não precisariam se deslocar até as cidades para estudar, os idosos teriam a assistência médica básica necessária. Os moradores conquistariam os seus direitos a terem acesso a programas de educação e saúde, passariam a fazer parte da população alfabetizada do Brasil e aumentariam a sua sabedoria e até a sua capacidade de evoluir de forma auto-sustentável, pois com o estudo também se abrem as portas à capacitação em diversas áreas essenciais para o desenvolvimento.

É provável que em alguns pontos da RESEX a população se agrupe em vilas ao redor das escolas e postos de saúde, mesmo que cada um continue a trabalhar nas áreas que sempre usaram.

Para que esse cenário se realize é imprescindível a ação dos órgãos públicos que têm a obrigação e competência de levar saúde e educação a todos os lugares do País, Estados e Municípios. Também se reconhece como fundamental o apoio de muitas instituições e parceiros, que mesmo não tendo a responsabilidade legal, nem econômica para garantir esses itens, lutam lado a lado com os ribeirinhos para obter essas conquistas e encontram caminhos para viabilizar a implementação das políticas públicas de saúde e educação.

Esse cenário não irá garantir a solução de todos os problemas que dificultam a vida dos ribeirinhos, mas sim dos que são mais primários para eles. Irá dar força e esperança para os moradores continuarem lutando por alcançar melhores condições de vida o que facilitará a gestão da unidade, pois tais demandas terão outra propriedade e poderá se caminhar mais efetivamente em ações de sustentabilidade e qualidade de vida.

Terceiro cenário: Diversificação das fontes de renda

Esse cenário representa soluções para os problemas econômicos que fazem mais difícil a sobrevivência na RESEX. É uma situação na qual o peixe e a castanha deixariam de ser as principais fontes de renda da população para serem complementadas com a venda de produtos agrícolas, a exploração de outros produtos extrativistas como a borracha e as frutíferas, a implementação de projetos de turismo rural/ecológico e de

experiência a povos tradicionais da Amazônia, o acesso ao programa de preços mínimos, a existência de um transporte que permita o escoamento da produção e a entrada de mercadorias da cidade a preços justos, a capacitação para o desenvolvimento de melhores técnicas de produção e beneficiamento que garantam melhor qualidade e preços dos produtos.

É um cenário ambicioso, que visa o melhoramento da qualidade de vida dos moradores, garantindo também a preservação dos recursos naturais dentro da reserva, pois a diversificação nas fontes de renda evitaria a sobre-exploração de itens individuais, como é o caso do peixe na atualidade.

A melhoria nas condições econômicas dos moradores representaria uma mudança importante na qualidade de vida da população, aumentando o seu poder aquisitivo, o que influiria em outros aspectos tais como as práticas tradicionais de esporte, lazer e cultura que se encontram abandonados hoje por falta de recursos.

Para realizar esse cenário é preciso que os ribeirinhos se organizem em associações ou cooperativas capazes de orientar os esforços individuais a um objetivo coletivo, também será necessário investir na capacitação dos moradores para melhorar as técnicas produtivas e se inserirem com sucesso no mercado. Será indispensável a existência de incentivos à produção e o apoio das distintas instituições envolvidas em cada uma das fases das cadeias produtivas a fim de se ter arranjos produtivos locais eficientes conforme as necessidades ribeirinhas.

Esse cenário representa um caminho longo e complicado, que ainda não está resolvido em muitas reservas extrativistas. É o rumo à auto sustentabilidade da unidade integrada à conservação da natureza. No caso da RESEX do Rio Xingu, apresenta grandes desafios por se tratar de uma unidade nova, na qual são necessários passos muito primários, como o entendimento do associativismo e a importância da coletividade para alcançar o desenvolvimento, pré-requisitos fundamentais para o sucesso de qualquer empreendimento a ser realizado.

Quarto cenário: Construção da UHE Belo Monte

Os moradores têm uma visão própria sobre os efeitos que a construção da UHE Belo Monte pode trazer para eles. É um cenário negativo que pode mudar radicalmente o modo de vida como é na atualidade. Na visão dos ribeirinhos a construção de UHE pode representar mudanças na paisagem, pois com o aumento do nível da água, as ilhas podem ficar submersas, ocasionando a morte da vegetação que existe nelas e que tem o seu auge no verão, quando diminui o nível do rio. Aumentará as pragas e algumas doenças como a malária; correrá o risco de alagar áreas um pouco mais altas onde se encontram as casas, roças e a maioria dos seringais, o que obrigará os moradores a reconstruírem as casas e áreas de cultivo mais adentro na floresta sendo obrigados a desmatar novas áreas; afetará a pesca e a caça, os animais silvestres buscarão outros refúgios ao ter os seus habitats destruídos, o que dificultará a alimentação dos moradores.

A possibilidade de serem indenizados não resolve o problema, pois não garante a preservação do modo de vida ribeirinho. Sair da RESEX para ir morar na cidade também não é uma opção, mesmo porque na cidade também não vai ter muito espaço, depois de alagadas muitas áreas. A perspectiva dos moradores nesse cenário é resistir às mudanças, continuar a morar na RESEX e buscar como sobreviver, construir as casas nos morros, refazer as roças e continuar a procurar outros modos de vida.

Ampliação da discussão de cenários

A combinação de alguns desses cenários pode gerar situações melhores e piores do que as descritas. Existem outros fatores que podem contribuir para gerar um cenário mais feliz para a RESEX do Xingu, como melhoras na comunicação, no saneamento básico e na gestão e administração da unidade. Sem dúvidas o cenário mais desejado seria uma combinação do segundo e o terceiro, onde as necessidades básicas da população estariam resolvidas e ao mesmo tempo teriam perspectivas de futuro para construir uma vida digna com os direitos humanos garantidos. Para atingir essa combinação de cenários seria necessário desenvolver as ações propostas no item seguinte, referente à implementação de programas de sustentabilidade ambiental e econômica, onde os mesmos moradores identificaram os seus problemas e propuseram soluções aos mesmos.

6. PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E ECONÔMICA

A área ocupada atualmente pelos moradores da RESEX Rio Xingu foi durante anos uma região ignorada pelos órgãos responsáveis pela implementação de políticas públicas e abandonada à sua própria sorte, primeiramente nas mãos de comerciantes de borracha ou castanha, que estabeleceram um sistema econômico onde as famílias conseguiam apenas sobreviver muitas vezes em condições precárias; e posteriormente nas mãos de grileiros e pistoleiros à procura de terras. O isolamento físico da população, dado pela distância até as cidades e a falta de transporte para chegar nelas, o isolamento social resultante do baixo nível educacional e a falta de acesso aos meios de comunicação e informação, contribuíram para o desconhecimento dos moradores sobre os seus próprios direitos e as instâncias adequadas para a reivindicação dos mesmos. Com o início da luta para a criação da RESEX, a população começou a acordar à possibilidade de um novo modo de vida. Após a criação da reserva o processo de conscientização dos próprios direitos tem sido muito mais intenso. Os moradores recebem mais informações, estão em contato com representantes de distintas instituições públicas e sociais que dão a conhecer esses direitos e incentivam e apóiam a luta para que possam ser alcançados. A participação ativa da população na construção dos instrumentos de gestão da unidade tem contribuído para aumentar a consciência dos moradores como seres sociais em igualdade de direitos com o resto dos setores populacionais que existem ao seu redor. Isso ficou demonstrado no exercício feito pelos ribeirinhos para reconhecimento das dificuldades que fazem parte de sua vida cotidiana e propor ações que possam ajudar a construir o cenário almejado.

Para a construção da proposta de programas foi trabalhado cada tema individualmente através do debate com os comunitários, identificando e colocando em tarjetas de cores diferentes os problemas, propostas de soluções, potencialidades, possíveis ações para fortalecer as potencialidades e as instituições que podem contribuir para melhorar a situação atual desse tema.

6.1. Programas de Qualidade de Vida e Cidadania

Esse programa tem como objetivo definir as estratégias para garantir o acesso dos moradores a serviços essenciais como saúde, educação, saneamento básico, dentre outros.

6.1.1. Subprograma Saúde e Segurança Alimentar

A situação da saúde na RESEX é extremamente precária, os moradores não têm acesso, na sua área, ao atendimento médico básico tampouco especializado, nem a programas de prevenção de doenças e também não contam com a ajuda dos órgãos competentes para o simples transporte dos doentes até a cidade. Sobrevivem através do uso de remédios tradicionais e em caso necessário buscam atendimento nos postos de saúde das aldeias indígenas ou aproveitam a passagem dos regatões ou qualquer embarcação para ir se tratar na cidade.

As propostas da população ribeirinha e da gestão para facilitar o acesso às políticas públicas de saúde e segurança alimentar, são as seguintes:

- Construção de 3 (três) postos de saúde na RESEX devidamente equipados, com soro, vaporizador, oxigênio, enfermaria básica, equipamento de dentista, com espaço suficiente para abrigar comandos de saúde periódicos e dispor de remédios para atendimento adequado às necessidades dos moradores e 3 (três) pontos de apoio com kit de medicamentos básicos. Considerar práticas tradicionais de saúde no planejamento e funcionamento do posto.
- Contratação de 6 (seis) agentes de saúde capacitados para dar atendimento à comunidade. Devido as difíceis condições de vida na RESEX os moradores solicitam a contratação de membros da comunidade, lotados na mesma localidade das escolas.
- Contratação de ao menos 3 (três) microscopistas para diagnóstico de malária.
- Realização de campanhas de vacinação periódicas na RESEX.
- Realização de campanhas periódicas de atendimento médico especializado e dentista.
- Disponibilizar transporte que possa levar doentes até a cidade em casos de emergência.
- Realização de borrifação a cada 6 (seis) meses (na enchente e na vazante), para combater o agente transmissor da malária.

- Realização de visitas periódicas de agentes de controle de doenças endêmicas, conhecidos ainda hoje como agentes da SUCAM, que permitam um maior controle da incidência da malária, leishmaniose e febre amarela na região.
- Visitas do pessoal especializado em morcegos, que possam orientar a população sobre o que fazer com os morcegos vampiros, transmissores de raiva, que atacam os moradores do extremo Sul da RESEX.
- Reconhecimento, registro e formação dos moradores em práticas tradicionais de prevenção e combate a doenças, tais como plantas, animais, etc.
- Estudar incentivos necessários para melhoria da segurança alimentar – melhoria do processamento e armazenamento de produtos (melhor detalhado no Subprograma Produção).

6.1.2. Subprograma Educação

Uma das principais demandas da RESEX é a educação. Somente em 2011 começaram a funcionar duas escolas na UC, como já citado anteriormente. A falta de um sistema educacional que beneficie seus filhos é um dos motivos da grande evasão de moradores, que passam a morar em Altamira para permitir que os filhos tenham acesso à escolas.

As propostas dos moradores e da gestão para implementar um sistema de ensino na RESEX são as seguintes:

- Construção de 6 escolas na RESEX, nas localidades do Baliza, Pedra Preta, Estragado, Morro Grande, Humaitá (Morro do Costinha) e Bela Vista (Plano de Implantação de Escola de Ensino Fundamental nas RESEXs da Terra do Meio - 2009).
- As escolas devem ser equipadas com o material escolar necessário, merenda escolar e que garanta o ensino fundamental completo.
- Contratação de ao menos 6 professores para trabalhar na RESEX, de preferência capacitar moradores que já têm conhecimentos suficientes para exercer essa função.

- Contratação de 6 merendeiros, de preferência que sejam moradores da RESEX.
- Transporte escolar: Disponibilização de um meio de transporte para levar as crianças até as escolas, nos casos necessários.
- Execução de programas específicos de educação para atender as demandas sobre saúde, meio ambiente, produção de alimentos, tecnologias de produção, energia, entre outros.
- Construção e implementação de Escola Pólo e Centro de Formação para Cursos.
- Elaborar Política de Educação diferenciada, levando em conta os saberes tradicionais e a condição de isolamento geográfico desta região, para atender a demanda de educação infantil e de jovens e adultos.

6.1.3. Subprograma Saneamento Básico

Medidas de saneamento básico possibilitam o estabelecimento de melhores condições de saúde para as pessoas, evitando a contaminação e proliferação de doenças. Ao mesmo tempo, garante-se a preservação do meio ambiente. No entanto estas ações só se mostrarão efetivas com um adequado trabalho de educação sanitária, garantindo o correto acesso às informações a respeito da necessidade da implantação destas medidas e levando-se em consideração as características culturais da população.

Para tratar o tema foi preciso explicar para comunidade o conceito de saneamento básico, sendo uma nomenclatura nova para problemas já conhecidos por eles. As propostas da comunidade e da gestão para implementação de ações neste sentido foram as seguintes:

- Estudar e levar para a RESEX opções de saneamento (água, esgoto e lixo) adequadas aos conhecimentos e aos procedimentos já utilizados pela comunidade.
- Estudo e disponibilização de outros meios para o tratamento da água, verificar as condições sanitárias das práticas atuais de captação e armazenamento.
- Projetos de construção de poços, de construção de fossas e tratamento de lixo para as escolas e pólos convivência da população.

6.1.4. Subprograma Habitação

As casas da RESEX são de construção tradicional, sendo a palha o material utilizado na maioria dos casos. Essa cobertura precisa ser trocada em média a cada cinco anos. As paredes são de madeira ou barro.

Atividades como lavar roupas e louças, tomar banho, são realizadas no rio ou em áreas externas. Para melhorar as condições das suas moradias, foram realizadas as seguintes propostas:

- Estudar técnicas construtivas para a realidade local e realizar oficinas com objetivo de aperfeiçoar as técnicas de construção utilizadas.
- Estudar e discutir as melhores formas de utilização dos créditos do INCRA na construção e melhoria das moradias.

6.1.5. Subprograma Telecomunicação

A RESEX conta com quatro rádios distribuídos ao longo da mesma, que são usados pelos moradores para se comunicar com a cidade e entre eles. As ações propostas para melhorar a comunicação na reserva foram as seguintes:

- Elaboração de projetos que permitam aumentar o número de rádios na RESEX.
- Criação de procedimentos para uso dos rádios.
- Obtenção de uma frequência própria que possa ser usada pelos ribeirinhos das RESEXs e pelo ICMBio.
- Projeto para registro dos rádios junto a ANATEL.
- Instalação de telefones públicos na RESEX, principalmente nos locais onde estão previstas as escolas.
- Instalação de pontos de internet, junto às escolas pólo e aos postos de saúde.
- Instalação de um telecentro junto à escola pólo.
- Cursos de redes elétricas para alimentação de equipamentos (rádios, computadores, placas solares, e outros).
- Construção de um plano de comunicação para RESEX.

- Criar formas de divulgação dos produtos, do modo de vida e dos costumes da população da RESEX.

6.1.6. Subprograma Cultura, Lazer e Esporte.

Em razão das distâncias das localidades da RESEX, festejos religiosos e festas populares estão mais restritos aos núcleos familiares. Festejos, atividades culturais, campeonatos de futebol e outras atividades costumam ocorrer com frequência concomitantemente as reuniões dos moradores com a gestão da UC e instituições parceiras, aproveitando estes momentos em que grande parte das comunidades é reunida num único local.

A população sugeriu ações para reavivar a cultura local e permitir a disseminação para as futuras gerações:

- Implementação de programas e projetos que incentivem o desenvolvimento atividades culturais e recreativas dentro da RESEX, como por exemplo; rodas de canto, contação de histórias, teatro, brincadeiras e jogos.
- Realizar um inventário de atividades culturais na RESEX.
- Registrar a história da RESEX, a partir dos depoimentos dos moradores, para ser passada para as crianças e jovens nas escolas.
- Fazer oficinas de fotografia e filmagem e comprar equipamentos para esta finalidade.
- Promoção de eventos esportivos, como torneios de futebol, natação, canoagem, pesca esportiva, etc.

6.1.7. Subprograma Energia

Não há fornecimento de energia elétrica na RESEX. Algumas famílias possuem gerador, sendo que a função da energia fica restrita à iluminação da moradia e em alguns casos à televisão. Os moradores e a gestão têm as seguintes sugestões para ter acesso à energia na reserva:

- Estudar formas de energia adequadas para necessidades dos moradores da RESEX.
- Buscar a implementação adequada do Programa “Luz Para Todos”.
- Estudar a utilização de fontes de energia alternativa que possam ser combinadas com o óleo diesel e apresentar opções para as comunidades.
- Implementar nas escolas pólo programas de geração de energia combinadas.

6.1.8. Subprograma Transporte

Disponer de um meio de transporte, tanto para o escoamento da produção quanto para o deslocamento das pessoas, faria uma grande diferença nas condições de vida dos moradores da unidade. É por isso que eles propuseram as seguintes ações a respeito:

- Organizar um plano de transporte adequado às necessidades dos moradores.
- Estudar melhoria de acordos de transporte de pessoas e produtos com os regatões já presentes na RESEX.
- Viabilizar formas de transporte escolar para atender as necessidades das escolas planejadas para RESEX.
- Articular incentivos de políticas públicas para o transporte da produção e de pessoas.
- Estudar a eficiência de motores e combustíveis alternativos para serem usados nas rabetas e barcos.

6.1.9. Subprograma Documentação

Existem muitos moradores na RESEX Rio Xingu que não possuem documentos, para sanar este problema os moradores sugeriram:

- Realização de campanhas de documentação para a população onde possam retirar todos os tipos de documentos, preferencialmente dentro da RESEX.
- Manutenção do “Projeto Ribeirinho Cidadão”, com objetivo de regularizar a documentação e levar o atendimento jurídico até as comunidades.

6.1.10. Subprograma de Acesso a Produtos Básicos

Os moradores da reserva não têm acesso direto às mercadorias da cidade, tais como produtos de higiene, sal, açúcar, óleo, café, etc. Através dos anos esses produtos têm chegado com os atravessadores e têm servido como pagamento pela produção. O preço de troca desses itens na RESEX é muito superior ao valor dos mesmos na cidade e ao longo dos anos, enquanto os preços dos produtos extrativistas e agrícolas têm diminuído, os preços das mercadorias da cidade têm aumentado. Existe a preocupação dos moradores em tentar achar uma solução a esse problema, pelo qual sugeriram:

- Viabilizar e subsidiar a implantação de cantinas ou outras formas de venda de produtos a preço mais justos dentro da RESEX.
- Conversar com os atravessadores para tentar chegar num acordo justo sobre o preço das mercadorias.
- Organização da comunidade para comprar as mercadorias na cidade.

6.2. Programas de Manejo de Recursos Naturais e Cadeias Produtivas

Esses programas têm como objetivo buscar a melhoria da renda e qualidade de vida da comunidade extrativista com base no uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

6.2.1. Subprograma Extrativismo

O extrativismo é umas das principais fontes de renda e da reprodução do modo de vida da população do Xingu, compreendendo numerosos produtos com potencial econômico que podem fazer parte da renda e do modo de vida. As ações propostas a seguir indicam mecanismos para melhorar o extrativismo, a produção e a comercialização dos produtos atualmente explorados, bem como implementar o aproveitamento de novos produtos e sua inserção no mercado. As ações propostas são:

- Realizar estudos para conhecer as causas da diminuição da produtividade das castanheiras e buscar opções para aumentar a produção.

- Elaborar e implementar projetos que possibilitem o beneficiamento da castanha por parte dos ribeirinhos.
- Recuperar áreas degradadas onde existem castanheiras solitárias, improdutivas na atualidade; e controlar as queimadas acidentais para que não afetem às castanheiras.
- Buscar novos mercados para a venda de castanha, com preços e medidas justas.
- Treinamento para os moradores retomarem a extração de seringa e capacitação nos métodos de beneficiamento da mesma, que possam aumentar o valor da produção.
- Registro das técnicas tradicionais, formação dos moradores na extração do vinho do jatobá e do óleo de copaíba e nas técnicas de beneficiamento dos distintos produtos.
- Elaborar e implementar projetos para a extração e comercialização de subprodutos do babaçu.
- Implementar na RESEX o projeto Oficinas Caboclas, com produção de pequenos móveis e artesanatos de madeira, com o aproveitamento de madeiras caídas.
- Pensar em alternativas de organização para a venda da produção.
- Garantir meio de transporte adequado para o escoamento dos distintos tipos de produtos para a sua venda diretamente na cidade.
- Implementar projetos que apoiem as atividades extrativistas, facilitando aos moradores a aquisição de equipamentos para a extração e beneficiamento dos produtos (açai, fruteiras, jatobá, copaíba, cumaru, bacaba e outros).
- Garantir o acesso dos produtores ao Programa de Preços Mínimos.
- Realização de estudos e monitoramento de mercado, que garantam a inserção e a comercialização dos produtos citados.
- Acesso a políticas públicas que envolvam o mercado e garantam preço justo ao produto extrativista.

- Buscar alternativas de financiamento para extrativismo, produção, estoque e comercialização.
- Organizar informações de quantidade histórica e processos de produção dos diversos produtos.
- Implantação de uma unidade central e de mini-usinas de processamento e estoque de produtos florestais não madeireiros, em núcleos locais.

6.2.2. Subprograma Pesca

A pesca, principal fonte de renda da população na atualidade, atravessa um período de dificuldades que preocupa muito aos moradores, pois o peixe é também fonte de alimento. Eles afirmam que a quantidade de peixe no rio diminuiu e propuseram ações que visam evitar a sobre-exploração da pesca e garantir a conservação do recurso:

- Revisão do período de defeso estabelecido atualmente para algumas espécies, que não se corresponde com a realidade reprodutiva da espécie na região. Acrescentar outras espécies de peixe ao defeso.
- Buscar mercado para a venda de peixe que garantam o aproveitamento de todo o recurso e não só do “peixe de primeira”.
- Elaboração e implementação de projetos que apóiem os moradores a ter um posto de venda próprio na cidade.
- Estudar possibilidades de agregar valor e beneficiamento do peixe que possam ser desenvolvidas pelos moradores.
- Estudo de estoque pesqueiro, capacidade de suporte e dinâmica de pesca para a elaboração e implementação de acordos de pesca que envolvam todas as áreas protegidas da região, garantindo o melhor uso do recurso.
- Desenvolver alternativas econômicas que diminuam a pressão sobre o recurso pesqueiro. Criação de um grupo para discutir alternativas e opções.
- Formação dos moradores no reconhecimento das diferentes espécies de peixes ornamentais e na legislação sobre o assunto.

- Capacitação dos moradores nas técnicas de mergulho necessárias para realizar a pesca das espécies de acari e outros peixes ornamentais com segurança.
- Elaboração de projeto que permitam aos moradores o acesso a equipamentos adequados para a pesca de peixes ornamentais.

6.2.3. Subprograma Agricultura e Criação de Pequenos Animais

A agricultura de subsistência sempre fez parte da vida dos moradores. Através dela conseguem ter acesso a produtos que completam a alimentação e que não são encontrados na floresta. Com o passar do tempo, alguns produtos passaram a fazer parte da renda familiar, e atualmente constituem, junto com outros, alternativas econômicas potenciais. Os moradores fizeram as seguintes propostas para melhorar o desenvolvimento das atividades agrícolas dentro da reserva:

- Realização de estudos para conhecer as causas e as soluções para as doenças que sofrem alguns cultivos como a bananeira, cacau, laranja, abacaxi, milho, arroz, feijão e melancia, dentre outros. Elaboração de cartilha com técnicas de prevenção de doenças.
- Buscar a assessoria de técnicos especializados e do conhecimento local, na orientação dos moradores na produção.
- Introdução de variedades vegetais resistentes às condições ambientais locais.
- Elaboração de projetos de incentivos e de subsidio econômico para a produção agrícola.
- Organização da comunidade para encontrar formas adequadas de venda da produção.
- Garantir meio de transporte adequado para o escoamento da produção agrícola, para a sua venda direta na cidade.
- Realização de estudos de mercado para comercialização da produção agrícola.
- Criação de regras específicas para a comercialização dos produtos agrícolas.
- Criar um banco de sementes dos produtos usados pelos moradores.

- Realização de estudos sobre a produção de cacau.
- Programa de apoio à produção de cacau.
- Desenvolver projetos de apicultura e melipolinicultura (abelhas sem ferrão).
- Desenvolver projetos para a criação de pequenos animais para venda e consumo, como galinhas, porcos, patos, cabras e ovelhas.

6.2.4. Subprograma Turismo

Para a maioria dos moradores, a possibilidade de implantação de atividades de turismo na UC era novidade. Durante a realização das reuniões foi explicado como o turismo poderia ser uma alternativa econômica em harmonia com a natureza. Foram introduzidos os conceitos de turismo ecológico e rural e compartilhadas experiências que são realizadas em outras unidades. A população passou a identificar o potencial turístico da RESEX e se sentiram motivados a por em prática essa nova possibilidade de fonte de renda, para o qual, junto com a gestão, sugerem as seguintes ações:

- Intercambio de moradores com outras unidades, nas quais já é realizado o turismo ecológico, como a FLONA Tapajós e a RESEX Tapajós – Arapiuns.
- Realização de estudos de viabilidade da implementação de atividades turísticas na RESEX.
- Formação dos moradores para trabalhar com turismo.
- Preparação de material de divulgação com os atrativos culturais e naturais da reserva.
- Elaboração de projetos para implementar o turismo na unidade.
- Desenvolvimento de programas pilotos (experiências) para elaboração de Plano Turístico para a RESEX.

6.2.5. Subprograma Animais Silvestres

Os animais silvestres fazem parte da vida dos moradores de diferentes formas. Através da caça compõem a dieta dos ribeirinhos, fazem companhia ao serem usados

como animais de estimação e no passado também fizeram parte da renda familiar com a venda das peles de gato e da carne de caça de diversas espécies. Sobre o uso dos animais silvestres os moradores fizeram as seguintes propostas:

- Realizar estudos mais aprofundados sobre os estoques e abundância de espécies que são caçadas para alimentação ou que prejudicam as plantações.
- Estabelecer algum método de controle para evitar que os animais silvestres afetem as plantações.
- Implementar programas de manejo de fauna que possibilitem o comércio de espécies de animais de silvestres sem interferir com as suas populações na natureza.

6.2.6. Subprograma Pesquisa

A população da RESEX Rio Xingu compreende a importância e a necessidade da pesquisa para o desenvolvimento da unidade. Foram identificados temas prioritários a serem estudados, cujos resultados vão beneficiar diretamente a população nas suas atividades cotidianas. As propostas são:

- Incentivar a pesquisa dentro da RESEX para sanar a carência de informações e para desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao uso e costumes tradicionais.
- São prioritárias para a população da RESEX as pesquisas sobre: produtividade das castanheiras; pesca; peixes ornamentais; práticas de cura tradicionais; produção agrícola do cacau; tecnologias de produção e processamento de produtos extrativistas; turismo ecológico; ocorrência e prevenção de doenças; manejo de animais silvestres; entendimento das práticas tradicionais e regras sociais (etnografia); entre outras.

6.3. Programa Recuperação de Áreas Degradadas

O objetivo desse programa é identificar as áreas degradadas e as ações que constituem impactos ambientais na unidade, propondo medidas para a sua mitigação.

6.3.1. Subprograma Recuperação de Áreas Degradadas

As áreas degradadas que existem dentro da RESEX são o resultado da ocupação de terras por fazendeiros que queimaram a vegetação para plantar pasto e criar gado. Para a recuperação dessas áreas os moradores propuseram:

- Retirada completa do pessoal que ainda se encontra nas fazendas.
- Elaboração de projetos para reflorestar as áreas degradadas.
- Implantação de projeto de coleta, comercialização e técnicas de plantio de sementes nativas.

6.3.2. Subprograma Impactos Ambientais

Existem poucas ações dos moradores que geram impacto ambiental notório. Uma delas é a diminuição do recurso pesqueiro pela exploração intensiva dos últimos anos. Em muito menor escala observa-se a derrubada periódica de palheiras para a construção das casas. A população reconhece como impacto a morte de animais como consequência das queimadas realizadas nas fazendas; e como impacto potencial e devastador, a construção da UHE Belo Monte com todas as mudanças que possa originar na natureza. Para mitigar esses impactos foram propostas as seguintes ações:

- Realização de pesquisas que subsidiem ações para a reposição do estoque pesqueiro.
- Retirada dos fazendeiros e controle das queimadas.
- Acompanhar e participar de conselhos, conferências, audiências e comitês sobre a construção da UHE Belo Monte.
- Dimensionar os impactos com a construção da UHE Belo Monte, de forma a construir e implementar plano para mitigação destes impactos junto a população da RESEX.
- Realizar programa de proteção da RESEX de longo prazo (de pelo menos 20 anos).
- Participar do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.

6.4. Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental

Esse programa visa subsidiar a gestão da reserva por meio de informações que possibilitem a tomada de decisão e correção de rumo das atividades desenvolvidas, assim como monitorar as atividades degradantes e poluidoras na unidade e no seu entorno.

Com a criação da reserva extrativista os moradores têm ganhado em segurança e o ambiente ao redor deles tem deixado de ser invadido e destruído por grileiros, fazendeiros e pistoleiros. A proteção ambiental da unidade não é feita só pelo ICMBio mas também pelos moradores, interessados em proteger os recursos naturais dos quais depende a sua sobrevivência e das próximas gerações. Para melhorar a situação atual da unidade quanto ao monitoramento e proteção ambiental, os moradores e gestores sugeriram as seguintes ações:

- Fortalecer o papel de fiscalização da Base Operativa do PARNA Serra do Pardo através da presença de policiais militares e pessoal do ICMBio.
- Construir outra base na entrada da RESEX na localidade do Baliza e outra na região central (Gabioto) para garantir a fiscalização de pessoas e embarcações vindas de Altamira.
- Contratação de mais servidores do ICMBio, para as ações de proteção, fiscalização e gestão da RESEX.
- Realização de rondas periódicas de fiscalização e monitoramento na RESEX.
- Fiscalização e monitoramento das embarcações que atravessam a reserva.
- Dispor de meios adequados de comunicação para os moradores fazerem denúncias.
- Dimensionar melhorar as pressões existentes na região e fortalecer os órgãos de fiscalização ambiental (ICMBio e IBAMA).
- Criar um programa de monitoramento ambiental que envolva os moradores, as instituições e os órgãos de fiscalização.

6.5. Subprograma Gestão e Administração

Se propõe estabelecer a estrutura e funcionamento da gestão da unidade, identificando as necessidades de capacitação das instituições que representam à população, assim como prever ações para revisar e ou implementar os acordos firmados com as comunidades e identificar a estrutura administrativa mínima necessária para a gestão compartilhada da unidade.

Com esses objetivos foram propostas as seguintes ações:

- Programa de fortalecimento da AMOMEX e de seus representantes.
- Fortalecimento do Conselho Deliberativo da RESEX.
- Implementação do Plano de Utilização e do Plano de Manejo.
- Apoiar o processo de organização do Conselho Deliberativo e da AMOMEX e esclarecer as funções e deveres destas organizações junto a toda comunidade.
- Organizar um processo de formação dos Conselheiros, dos representantes da AMOMEX e da comunidade nos processos de gestão da unidade.
- Contratação de mais servidores do ICMBio para fazer parte da gestão da reserva.
- Realização de reuniões menores do Conselho Deliberativo, em cada comunidade, com a finalidade de debater com toda a população as principais questões sobre a gestão e administração da unidade.
- Realização de reuniões para a revisão do Plano de Utilização da Unidade.
- Elaboração de projetos que possibilitem a captação de recursos para o funcionamento da Associação e da melhoria da gestão e administração da unidade.

6.5.1. Subprograma Comunicação

A divulgação das riquezas naturais da Reserva foi proposta pelos moradores como parte da implementação de atividades turísticas na unidade. Essas e outras características da RESEX desde o modo de vida tradicional até o funcionamento da gestão, poderiam ser divulgadas nacional e internacionalmente através de diferentes meios de comunicação. Algumas propostas nesse sentido são:

- Elaboração de documentários onde sejam representados a história da RESEX, o modo de vida dos seus moradores, as suas belezas cênicas, etc.
- Participação da Gestão e de moradores em programas de rádio onde sejam divulgadas informações sobre a RESEX.
- Elaboração de cartilhas onde se mostre o modo de vida ribeirinho.
- Elaboração de cartazes e calendários com imagens da RESEX que divulguem a sua riqueza natural e humana.
- Elaboração de projetos de Educação Ambiental com foco na região onde se encontra inserida a Terra do Meio, que levem conhecimento à população sobre as unidades de conservação, a sua importância e funcionamento.
- Promover intercâmbio de experiências entre gestores e moradores da RESEX Rio Xingu e outras reservas do país, e com unidades de conservação estrangeiras que tenham objetivos similares às reservas extrativistas e que possam ser enriquecedoras para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da unidade.
- Elaboração de material didático para estudantes onde se mostrem as características da RESEX, a sua flora, fauna, e a qualidade humana dos seus moradores.
- Promover a vinculação entre os programas de ensino com a visitação de lugares naturais, de modo que os estudantes possam conhecer as realidades sociais da RESEX, assim como os seus atributos naturais.

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente Plano de Manejo foi elaborado com o objetivo de delinear as diretrizes a serem seguidas para a implementação efetiva da RESEX Rio Xingu, orientando os gestores da unidade e a população tradicional residente, de forma a possibilitar a conservação da biodiversidade através do uso sustentável dos recursos naturais existentes na área e a melhoria da qualidade de vida, alinhada à preservação da cultura local.

Essas diretrizes estendem-se às instituições que compõem o Conselho Deliberativo da Unidade, à Associação dos Moradores do Médio Xingu (AMOMEX) e demais associações, entidades e organizações que venham a desenvolver atividades dentro da RESEX Rio Xingu e área de entorno.

As ações previstas neste Plano de Manejo devem ser vistas como referencial de planejamento, refletindo o atual grau de conhecimento sobre a UC, sendo recomendada a realização de monitoramento e avaliação participativa de sua implementação, através do Conselho Deliberativo da Unidade. No entanto, não sendo esta uma atribuição exclusiva do Conselho, cabendo também ao órgão gestor, às próprias comunidades e as instituições parceiras.

A criação do Conselho Deliberativo da Reserva foi uma grande conquista, considerando-se seu tempo relativamente curto de existência, de maneira que a participação efetiva das comunidades e dos demais atores sociais envolvidos em sua gestão, trará legitimidade às ações previstas neste documento.

Com a progressiva implementação do plano e o envolvimento cada vez maior de todos os atores, é possível visualizar um avanço nas questões sócio-econômicas, com a devida melhoria na qualidade de vida da população da UC e de seu entorno, aliada a preservação ambiental. Esta perspectiva será confirmada se os problemas e os pontos fracos existentes forem trabalhados com seriedade tanto pelo órgão, como pela comunidade envolvida, assim como pelas entidades parceiras e que exista um real comprometimento destes para que sejam atingidas todas as instâncias políticas, sociais, ambientais e econômicas que afetam a Reserva.

Considerando o disposto no presente documento e a necessidade de estarmos atentos às demandas condizentes com a atualidade, recomenda-se que este Plano de Manejo seja revisto no prazo de 05 (cinco) anos, por meio de decisões do Conselho Deliberativo ou sempre que condições ambientais adversas ou pressões antrópicas

venham a alterar significativamente a qualidade de vida das populações tradicionais e/ou os ecossistemas abrangidos pela Reserva.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil: Amazonas – Xingu**. Brasília: Senado Federal, 2002. 382 p.

BRUM, E. O Povo do Meio. **Revista Época**. São Paulo, n. 333, 04 out. 2004, pp. 80 a 89.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária na Amazônia: Os desafios do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2000. 355 p.

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Xingu**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. 165 p.

DECRETO Nº. 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Publicado no **Diário Oficial da União** de 31/01/1990.

ESCADA, M. I. et al. **Padrões e processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia: O Interflúvio do Xingu Iriri**. 2007, 17 p.

FERNANDES, Marcionila. **Donos de Terras: Trajetórias da União Democrática Ruralista**. Belém: NAEA/UFPA, 1999. 187 p.

FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR – FVPP. **Diagnóstico Rápido Participativo do Pólo do Proambiente na Transamazônica**. Altamira – Pará. [Mimeo]. 2002.

GREENPEACE. **Parceiros no Crime: A extração ilegal de Mogno – A Amazônia à mercê de “acordos entre cavalheiros”**. **Amazônia Viva** São Paulo. Disponível em: http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/report_parceiros_no_crime.pdf?PHPSESSID=98555fc3eeb6e845d7a97cdb44da78bd. 2001.

HEBETTE, Jean. **Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2006. Vol. IV.

HOMMA, Alfredo Kingo Ohama. **História da Agricultura na Amazônia: Da Era Pré-colombiana ao Terceiro Milênio**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2003. 274 p.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, 18 de setembro de 2007. Publicada no **Diário Oficial da União** Nº. 182, Seção I, páginas 101 e 102, de 20/09/2007.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, 18 de setembro de 2007. Publicada no **Diário Oficial da União** Nº. 182, Seção I, páginas 102, 103 e 104, de 20/09/2007.

LEI Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Publicada no **Diário Oficial da União** de 19/07/2000.

IPAM, 2008. **Levantamento socioeconômico das unidades de conservação da Terra do Meio PARNA Serra do Pardo e RESEX Rio Xingu realizado entre outubro e novembro de 2008.**

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** São Paulo: Editora Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A grilagem de terras públicas na Amazônia Brasileira.** Brasília: MMA – IPAM, 2006, série estudos 8, 108 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu.** Brasília: MMA – ISA, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Estudos socioeconômicos: Reserva Extrativista do Médio Xingu.** Brasília: MMA, 2005. 37 p. (versão preliminar).

NUNES, André Costa. **A batalha do Riozinho do Anfrísio: uma história de índios, seringueiros e outros brasileiros.** Marituba: Halley S/A – Gráfica e Editora. 2003. 352 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (2005). **“BR 163 Cuiabá – Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização”.** p. 67 a 184. In: TORRES, Maurício. (org.). **Amazônia Revelada: Os descaminhos ao longo da BR 163.** Brasília: CNPq, 2005. 496 p.

PANSA, Ângelo Padre. **A realidade humana e ambiental das populações ribeirinhas dos rios Xingu, Iriri e Curuá na Prefeitura de Altamira, Estado do Pará.** [mimeo]. Altamira: Prelazia do Xingu, 1984. 43p.

PINTO, Lúcio Flavio. O trauma amazônico: as estradas de rodagem. **Jornal Pessoal.** Belém, nº 496, julho de 2010, ano XXIII, 12 p.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU – PDRS XINGU. [mimeo]. **Região de Integração do Xingu.** Belém: UFPA / NAEA, 2010. 162 p.

PONTES, F. et al. **Terra do Meio: Poder, Violência e Desenvolvimento.** Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi. Coord. de Pesquisa e Pós-Graduação. 2004.

RESOLUÇÃO CONAMA No. 13/90. Publicada no **Diário Oficial da União** de 28/12/1990, Seção I, p. 25.541.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SEPOF. 2005. **Estatística municipal de Altamira**. Disponível em: <[http://www.sepof.pa.gov.br/estatistica/ESTATISTICAS_MUNICIPAIS/Mesorr Sudoeste/Altamira/Altamira.pdf](http://www.sepof.pa.gov.br/estatistica/ESTATISTICAS_MUNICIPAIS/Mesorr_Sudoeste/Altamira/Altamira.pdf)>. Acessado em 28 de março de 2009.

SILVA, Paulo Amorim da. **Contextualização sócio-ambiental da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio**: Um estudo de caso – Altamira, PA. 231 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, Manaus, 2007.

SILVA, Tarcísio. Feitosa. da . **A criação da reserva extrativista Médio Xingu**: a última peça do mosaico da Terra do Meio – Altamira, PA. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Belém.

SOUZA, Ana Paula Santos. **O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica**: a trajetória de um discurso a muitas vozes. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2006.

TORRES, Maurício. **A despensa viva**: um banco de germoplasma nos roçados da floresta. [mimeo]. São Paulo: USP, 2004. 33p.

TORRES, Maurício. **O boi que não leu o SNUC**: Considerações preliminares sobre a grilagem de terras e degradação ambiental na RESEX do Rio Iriri e região de entorno. 2008. 143 p.

ANEXO A**Decreto de Criação da Reserva Extrativista Rio Xingu.****DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2008.**

Cria a Reserva Extrativista Rio Xingu, no Município de Altamira, Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo nº 02001.006394/2004-67,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Rio Xingu, no Município de Altamira, Estado do Pará, com uma área aproximada de trezentos e três mil, oitocentos e quarenta e um hectares e quatro ares de áreas terrestres, tendo por base as Folhas MI-723, MI-792, MI-793, MI-862, MI-865, MI-866, MI-942 e MI-943, de escala 1:100.000, editadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 04°22'05" S e 52°44'00" Wgr.; deste, segue a montante pela margem esquerda do Igarapé Baliza até a confluência com um igarapé sem denominação, por uma distância aproximada de 12.823,97 metros, até Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 04°24'54" S e 52°49'50" Wgr.; deste, segue por uma linha reta de azimute 193°58'09" e distância de 17.800,44 metros até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 04°34'16" S e 52°52'11" Wgr., situado no Igarapé Floresta; deste, segue por uma linha reta de azimute 203°58'26" e distância de 10.640,99 metros até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 04°39'32" S e 52°54'32" Wgr., situado no Igarapé do Estragado; deste, segue em linha reta de azimute 204°38'06" e distância de 12.278,56 metros até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 04°45'35" S e 52°57'19" Wgr., situado em um afluente sem denominação da margem esquerda do Igarapé Piracuí; deste, segue em linha reta de azimute 197°39'56" e distância de 7.789,31 metros até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 04°49'35" S e 52°58'36" Wgr., situado em um igarapé sem denominação, afluente da margem direita do Igarapé Piracuí; deste, segue

em linha reta de azimute $214^{\circ}25'28''$ e distância de 15.555,12 metros até o Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas $04^{\circ}56'33''$ S e $53^{\circ}03'23''$ Wgr., situado em um igarapé sem denominação; deste, segue em linha reta de azimute $190^{\circ}42'22''$ e distância de 10.452,95 metros até o Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}02'07''$ S e $53^{\circ}04'27''$ Wgr., situado no Igarapé Forte Veneza; deste, segue em linha reta de azimute $171^{\circ}48'15''$ e distância de 20.352,88 metros até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}13'03''$ S e $53^{\circ}02'55''$ Wgr., situado no Igarapé Humaitá; deste, segue em linha reta de azimute $176^{\circ}14'05''$ e distância de 14.250,76 metros até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}20'46''$ S e $53^{\circ}02'26''$ Wgr., situado na confluência de um igarapé sem denominação com o Igarapé do Cipó; deste, segue em linha reta de azimute $158^{\circ}47'45''$ e distância de 15.899,43 metros até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}28'49''$ S e $52^{\circ}59'21''$ Wgr., situado na margem esquerda do Rio do Pardo; deste, segue em linha reta de azimute $132^{\circ}37'30''$ e distância de 3.486,42 metros até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}30'06''$ S e $52^{\circ}57'58''$ Wgr., situado em um igarapé sem denominação, afluente da margem direita do Rio Pardo; deste, segue em linha reta de azimute $118^{\circ}38'42''$ e distância de 10.181,88 metros até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}32'46''$ S e $52^{\circ}53'08''$ Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste, segue em linha reta de azimute $143^{\circ}50'30''$ e distância de 6.451,65 metros até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}35'36''$ S e $52^{\circ}51'05''$ Wgr., situado no Igarapé Caxinduba; deste, segue em linha reta de azimute $165^{\circ}34'34''$ e distância de 9.558,28 metros até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}40'37''$ S e $52^{\circ}49'49''$ Wgr., situado no Igarapé do Coqueiro; deste, segue a jusante pelo referido igarapé por uma distância de 15.785,32 metros até a sua foz no Rio Xingu, no Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}36'54''$ S e $52^{\circ}42'32''$ Wgr.; deste segue em linha reta de azimute $62^{\circ}46'16''$ e distância de 2.583,34 metros situado na margem direita do Rio Xingu, no Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}36'16''$ S e $52^{\circ}41'18''$ Wgr.; deste segue pela margem direita do Rio Xingu por uma distância de 183.539,14 metros até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas $04^{\circ}20'46''$ S e $52^{\circ}41'27''$ Wgr.; deste segue em linha reta de azimute $242^{\circ}45'10''$ e distância de 5.320,77 metros até o Ponto 1, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e um metros e vinte e dois centímetros.

Art. 2º A Reserva Extrativista Rio Xingu tem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Art. 3º Caberá ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes administrar a Reserva Extrativista Rio Xingu, adotando as medidas necessárias para sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando, no caso de terras da União, o contrato de concessão de direito real de uso resolúvel com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados na Reserva Extrativista Rio Xingu.

§ 1º O Instituto Chico Mendes fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata este artigo, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º As áreas que vierem a ser identificadas como de domínio do Estado do Pará somente poderão ser desapropriadas após a devida autorização legislativa.

§ 3º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao Instituto Chico Mendes, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na unidade de conservação ora criada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de junho de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

ANEXO B**Lista de Moradores e Usuários da RESEX Rio Xingu – 2011**

Homem	Mulher	Menores de 18 anos morando na casa
Baliza		
Bernardo Dias Carvalho	Maria de Nazaré Borges da Silva	2
Lidivaldo Borges de Carvalho	Jane Pereira Alves	0
Manoel Barbosa da Silva	Raimunda Ribeiro da Silva	2
Manoel Ribeiro da Silva (Filho Sr. Manoel Cuchelo)		0
Lindolfo Silva de Oliveira Filho	Marinez Lopes de Sousa	4
Quiqley dos Passos Araujo	Angela Maria Ribeiro da Silva	1
Manoel Rezende da Costa	Maria Benedita Borges da Silva	1
José Faustino Borges da Silva	Maria Rosilene Ferreira dos Santos	2
Orlando Coutinho de Araújo	Marinalva Nascimento de Melo	2
Claudecir Borges da Silva	Eloides Ribeiro de Carvalho	2
Aldecir Borges da Silva	Natecia do Nascimento	2
Raimundo Nonato Nascimento dos Santos		
Pedra Preta		
Sebastião de Araujo Coutinho	Maria Martins da Silva Xipaia	3
Leandro Xipaia de Araujo		0
Marcio Xipaia de Araujo		0
Ronaldo Xipaia de Araujo		0
Feliciano Araujo Alves	Rosely Araújo da Silva	9
Guilherme Araujo		0
Dilero Alves		0
Paulo Severino	Raimunda Paiva do Monte	0
Francisco Dumont Severino		0
José Ribamar Dumont Severino	Nilva Borges de Carvalho	2
Cosme do Monte Severino	Inácia Maria Vieira	3
Francisco Coutinho de Araujo	Sebastiana Araújo	0
Rodrigo Pinheiro da Silva	Maria do Carmo Pinheiro	0

Raimundo Araujo do Monte	Cristiane Moreira da Silva	2
--------------------------	----------------------------	---

Monte Alegre

Antonio Braga Oliveira	Maria Tereza Alves Gomes	0
Francisco Aldenor Caetano Guedes	Maria de Lourdes Rosa da Luz	3
Civaldo Caetano da Luz	Conceição Severino do Monte	3
Vivaldo Rosa da Luz	Conceição Costa Bernaldino	2
Luciano Borges de Carvalho		

Dico Preto

José Ricardo Bernaldino de Lima	Francisca das Chagas Costa	5
Sebastiao Costa Bernaldino		0
Francisco Costa Bernaldino		0
Adriano Costa Bernaldino		0
Paulo Costa Bernaldino		0
Francisco Bernaldino Curuaia		0
José Bernaldino de Lima		

Morro Grande

Edirson da Silva Oliveira	Eunice Miranda da Silva	10
Herculano da Costa Silva	Diane Ferreira	2
Valdice Miranda da Silva		0
Alcides Carlos Miranda da Silva	Nazaré Lopes da Silva	0
Roberto Soares Gomes	Francineide Miranda da Silva	2
Francisco Miranda da Silva	Gelma Xipaia de Araujo	2
Anastácio da Silva Avelino Filho	Lenilda Alves	7
Alcilei Curuaia Pereira	Claudiane Silva Mendes	4
Altino Pereira Neto	Maria Jose Curuaia Pereira	0
Adonai Curuaia Pereira	Lucione Santos da Silva	1
Izautino Curuaia Pereira	Maria Alcione Freitas	3
Erivan Santana de Sousa		0
Ronaldo de Oliveira Reis		0
Raimundo Nonato Miranda da Silva		0
Raimundo Nonato Curuaia	Maria Raimunda Pacheco do Nascimento	5
Pedro Rodrigues da Silva	Maria do Socorro Lemos de Souza	7

Vai Quem Quer

Haroldo Brasil Avelino	Neuci do Monte Nascimento	6
------------------------	---------------------------	---

Forte Veneza

José Ronaldo Soares da Silva		0
Ordeli da Silva Aragão	Vanilda Feitosa de Araujo	5
Eládio Gomes da Silva		0
Francisco Rodrigues Costa	Marlene Maria Felix Gomes	0

Morro do Costinha

Benedito Soares da Silva	Lenilda Ribeiro	7
Antonia Ribeiro da Silva		0
Maria Ribeiro da Silva		2
Marinalva Ribeiro da Silva		4

Humaitá

Francisco Simião do Nascimento		0
Eusébio Simião do Nascimento		0
Sebastião Simião		0
Francisco Lopes da Silva	Iraci Feitosa de Araújo	5
Enivaldo Feitosa Lopes da Silva		0
Valdiney Brasil de Souza	Francinete Lopes	1
Francisco Dias Souza Neto	Maria Rosana Brasil Avelino	6
Siany Brasil de Souza		0
Siney Brasil de Souza		0

Belo Horizonte

Francisco das Chagas Dias	Neuma Coimbra Silva	2
José Wilson da Silva		0

Rio Pardo

Elinor Ferreira Vianna	Lucy Pereira de Barros	0
Francisco de Barros Viana	Marisa Luisa Teixeira Lemos	0

Morro do Felix

Edmilson Maranhão Viana	Eliza Pereira de Barros	0
Otávio Viana		0

Ademir Barros Viana	Rosa Maria Moraes de Abreu	0
Adenilson Moraes Viana		0
Robinildo Barros Viana		
Valter Barros Viana		
Everton Barros Viana		

Bela Vista

Dicé Viana do Nascimento	Maria de Nazaré Souza Costa	3
Daniel Costa do Nascimento		0
Artemis Dias de Souza	Francineide Lopes da Silva	2
Maria Pastora Viana do Nascimento		0
José Agrício da Silva Moraes	Tereza dos Santos	0
Leomar Moraes da Silva		0
Antonio Gonzaga do Nascimento		

Bom Jardim

Francisco Barbosa Brasil dos Santos	Terezinha Vieira de Moraes	5
Francinei Moraes dos Santos		0
Raimundo Moraes dos Santos		0

Novos moradores aprovados pelo Conselho (novembro/2010)

Genivaldo Santana Nobrega	Nilciene Oliveira da Silva	0
Everaldo Teixeira Moraes Filho		0
Valdir Teixeira Moraes		
Geraldo Teixeira Moraes Filho		

Novos moradores aprovados pelo Conselho (junho/2011)

Lauro Freitas Lopes		
Moacir Gusmão Filho		
Francisca de Souza Cavalcante		
Daniel Cavalcante Gusmão		
Felix Rodrigues da Silva		
Maria Wanda Monteiro Barbosa		
Francisco de Assis Costa Silva		
Marinalva Ribeiro da Silva		
Antonia Ribeiro da Silva		
Raimundo Pacheco Nascimento		
Valdo Araujo Alves		
Adriano Brasil Avelino		